

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

CARLOS DANIEL DELL'SANTO SEIDEL

POLÍTICAS SOCIAIS E RELAÇÕES DE GÊNERO

**AS POLÍTICAS DE RENDA MÍNIMA E O DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA
DAS MULHERES EM SAMAMBAIA, DISTRITO FEDERAL**

**Brasília
2006**

CARLOS DANIEL DELL'SANTO SEIDEL

POLÍTICAS SOCIAIS E RELAÇÕES DE GÊNERO

**AS POLÍTICAS DE RENDA MÍNIMA E O DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA
DAS MULHERES EM SAMAMBAIA, DISTRITO FEDERAL**

Dissertação apresentada ao
Instituto de Ciência Política da
Universidade de Brasília – UnB,
em cumprimento dos requisitos
para obtenção do título de
Mestre em Ciência Política

Orientadora: Prof^a Dr^a Lúcia Avelar

Brasília

2006

Ficha catalográfica

Seidel, Daniel
Políticas Sociais e Relações de Gênero: as políticas de renda mínima e o desenvolvimento da cidadania das mulheres em Samambaia, Distrito Federal / Daniel Seidel. - Brasília, DF : Instituto de Ciência Política - UnB, 2006.
XXf.

Orientadora Prof^a Dr^a Lúcia Avelar
Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília.
Bibliografia: f.

1. Políticas Sociais. 2. Gênero. 3. Cidadania. 4. Programas de Renda Mínima I. Seidel, Daniel. II. Universidade de Brasília.

CDD

CARLOS DANIEL DELL'SANTO SEIDEL

POLÍTICAS SOCIAIS E RELAÇÕES DE GÊNERO

AS POLÍTICAS DE RENDA MÍNIMA E O DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA DAS MULHERES EM SAMAMBAIA, DISTRITO FEDERAL

Dissertação apresentada ao
Instituto de Ciência Política da
Universidade de Brasília – UnB,
em cumprimento dos requisitos
para obtenção do título de
Mestre em Ciência Política

Aprovada em _____ de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Lúcia Avelar – Orientadora – IPOL – Universidade de Brasília – UnB

Prof Dr Vicente Faleiros – Depto. de Serviço Social – Universidade de Brasília – UnB

Prof Dr Ricardo Caldas – IPOL – Universidade de Brasília – UnB

*À mulher Jussara,
esposa, companheira e mestra,
na realização dos nossos sonhos*

AGRADECIMENTOS

A minha esposa, Jussara, pela paciência, companheirismo e exemplo de garra e coragem.

Às minhas filhas, Isabela Fernanda e Júlia Letícia, por terem partilhado o pouco tempo do pai com os estudos, distraíndo-me e tirando minha atenção para recobrar o fôlego e a motivação.

Às mulheres que participaram da pesquisa, com tanta generosidade.

A minha família do Distrito Federal, do Espírito Santo e de Minas Gerais, pela compreensão e solidariedade.

À Professora Lúcia Avelar, minha orientadora, pela profundidade, coerência, dedicação, paciência e afeto em meus momentos de maior ansiedade.

Ao Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Unicamp e ao Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, por compartilharem os questionários já consagrados nos temas programas de renda mínima familiar e gênero, respectivamente.

À Equipe da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, da Presidência da República do Brasil, pelo financiamento e pelas orientações necessárias à execução do Projeto.

Especialmente à equipe que atuou diretamente na pesquisa: Jussara Mendonça de Oliveira Seidel, como coordenadora. Rose Elaine Silva, Marco Aurélio Dantas e Luiz Carlos Lopes, como assistentes de pesquisa. Também a Roberto Pojo, que muito colaborou com sua experiência em pesquisas.

Agradeço de forma especial às pesquisadoras: Adriana, Camila, Denise, Eleuza, Eugênia, Florilda, Gicele, Iolanda, Ítria, Ivone, Juliana, Laneque, Lúcia, Maria Alice, Maria de Lourdes, Natália, Núbia, Paloma, Patrícia, Rosafllôr, Sheila e Tainara.

À Coordenação do Vida e Juventude: José Ivaldo Araújo de Lucena, César Fernandes, Magda Maria da Silva, Luiz Carlos Lopes, Vera Lúcia de Almeida, Jussara Mendonça de Oliveira Seidel, Cícero Fernando Barbosa, Maridelma Ilário de Lucena, José Carlos Soares Pinto e Sílvia Rejane Águeda Pinto. E à secretária do escritório: Núbia.

A todas as pessoas que nos cederam os espaços para realizar os grupos focais.

Aos membros e consultores da Comissão Brasileira Justiça e Paz – CBJP, da CNBB.

Aos servidores, servidoras e membros do Ministério Público do DF e Territórios, minha casa de trabalho, que concederam os últimos dias para concluir este trabalho.

Às pessoas e instituições que hoje colaboram nos grupos que já se criaram com as mulheres pesquisadas, realizando oficinas de artesanato e cidadania e grupos de ginástica, ou cedendo espaços para que essas ações aconteçam.

*“Eu vim para que todos tenham vida,
e a tenham em abundância”*

Jesus Cristo, no
Evangelho segundo João, 10:10

SEIDEL, Daniel. *Políticas sociais e relações de gênero: as políticas de renda mínima e o desenvolvimento da cidadania das mulheres em Samambaia, Distrito Federal*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília.

RESUMO

Esta dissertação analisa se a participação das mulheres como beneficiárias de programas de garantia de renda mínima, principalmente o Programa Renda Minha, do Governo do Distrito Federal, contribui para o desenvolvimento da cidadania plena das mulheres na cidade de Samambaia (DF). Após extensa pesquisa de campo, realizada com 602 mulheres, por meio de questionário individual e realização de grupos focais utilizando metodologia sociodramática com 215 das mulheres entrevistadas, conclui que as fragilidades institucionais, agregadas à falta de informação sobre os critérios de elegibilidade e de controle social por parte das beneficiárias, impedem o desenvolvimento da cidadania das mulheres. A insegurança e o medo da exclusão inibem os processos de mútuo reconhecimento, que fomentam a criação da consciência de direitos e o passo para autonomização política. Os programas têm grande significação social para as beneficiárias, porém não criam mecanismos para interação com políticas públicas dirigidas às mulheres, nem possibilitam sua auto-organização em grupos de interesse ou de geração de trabalho e renda no marco da economia solidária. Este trabalho propõe como alternativas: a) articulação do programa com políticas para mulheres; b) divulgação dos critérios de elegibilidade do programa; c) estabelecimento de parcerias com as organizações sociais; d) criação de mecanismos de controle social e gestão, onde participem as mulheres beneficiárias; e) realização de encontros regionais das beneficiárias; e f) restabelecimento das redes sociais de convivência.

Palavras-chave: Políticas sociais; Gênero; Cidadania, Programas de garantia de renda mínima.

SEIDEL, Daniel. *Social politics and relations of gender: the politics of minimum income and the development of the citizenship of the women in Samambaia, Distrito Federal*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília.

ABSTRACT

This work analyzes if the participation of the women as beneficiary of programs of guarantee of minimum income, mainly the Program “Renda Minha” (“My Income”), of the Federal District’s Government, contributes for the development of the full citizenship of the women in the city of Samambaia (DF). After extensive research of field, carried through with 602 women, by means of individual questionnaire and the accomplishment of focal groups using *sociodramática* (social dramatical) methodology with 215 of the interviewed women, it concludes that the institutional fragilities, added to the lack of information on the criteria of eligibility and social control on the part of the beneficiaries hinder the development of the citizenship of those women. The unreliability and the fear of being excluded inhibit the processes of mutual recognition, that foment the creation of the conscience of rights and the step for autonomy politics. The programs have great social meaning for the beneficiaries, however they do not create mechanisms for interaction with directed public politics for the women, nor they make possible their auto-organization in groups of interest or generation of work and income, in the field of the solidary economy. This work suggests as alternative: a) the integration of the program with politics for women; b) spreading of the criteria of eligibility of the program; c) establishment of partnerships with the social organizations; d) creation of mechanisms of social control and management, where the beneficiary women participate; e) accomplishment of regional meeting of the beneficiaries; and f) reconstruction of social nets.

Keywords: Social politics; Gender; Citizenship; Programs of guarantee of minimum income.

SUMÁRIO

Introdução	1
Campo de investigação	2
Justificativa	2
Questões de trabalho	3
Hipóteses	4
Procedimentos metodológicos e amostra	4
1 Clientelismo e cidadania: debate teórico	7
Contribuições teóricas	7
<i>Contribuição de Jonathan Fox</i>	8
<i>Contribuição de Leal e Carvalho</i>	13
<i>Contribuição de Marshall e Bendix</i>	14
<i>Contribuição de Pizzorno</i>	16
<i>Contribuição de Axel Honneth</i>	19
Relações de gênero	21
O Estado e as políticas sociais	24
<i>O Estado de bem-estar social e as políticas sociais</i>	26
<i>Crise do Estado de bem-estar social</i>	27
<i>Programas de Garantia de Renda Mínima</i>	29
<i>Programas de Garantia de Renda Familiar Mínima</i>	32
A proposta de Philippe Van Parijs: Renda Básica de Cidadania	33
Constituição do Sistema Social no Brasil	34
<i>Desenvolvimento histórico dos PGRM</i>	35
2 Relatório da pesquisa	38
Resultados do questionário (<i>survey</i>)	38
Resultados dos programas	43
Relações de gênero	45
Participação política	47
3 Resultados e análises	53

4	Considerações finais	65
	Análise dos resultados	65
	Conclusões	67
	Bibliografia	71
	Anexos	
	Anexo 1 – Formulário da pesquisa individual	74
	Anexo 2 – Roteiro para a pesquisa qualitativa	105
	Anexo 3 – Resultado das reuniões dos grupos focais	107
	Anexo 4 – Caderno de formação: mulheres, cultura e cidadania	124

QUADROS E TABELAS

Quadro 1	Estrutura das relações sociais de reconhecimento	20
Quadro 2	Os três modelos de <i>Welfare State</i>	27
Tabela 1	Faixa etária	38
Tabela 2	Escolaridade	39
Tabela 3	Situação escolar	39
Tabela 4	Condição de moradia	40
Tabela 5	Tipo de moradia	40
Tabela 6	Religião	40
Tabela 7	Estado civil	41
Tabela 8	Número de filhos	41
Tabela 9	Criança em creche ou pré-escola	42
Tabela 10	Mudanças na moradia	44
Tabela 11	Posicionamento político	48
Tabela 12	Preferência partidária	49
Tabela 13	Cronograma de reuniões dos grupos focais	54
Tabela 14	Significados dos objetos escolhidos	57
Tabela 15	Significados-sínteses dos objetos escolhidos	64

GRÁFICOS

Gráfico 1	Presença de filhos menores com a mãe e não com o pai	42
Gráfico 2	Recebimento de pensão alimentícia do pai	42
Gráfico 3	Acesso à informática	43
Gráfico 4	Iniciativa para participar dos programas	43
Gráfico 5	Avaliação das reuniões	43
Gráfico 6	Avaliação das exigências dos programas	44
Gráfico 7	Opinião das entrevistadas sobre afirmações feministas	46
Gráfico 8	Opinião das entrevistadas sobre afirmações machistas	47
Gráfico 9	Relação das mulheres com a política 1	47
Gráfico 10	Relação das mulheres com a política 2	47
Gráfico 11	Adesão à democracia	48
Gráfico 12	Posicionamento político	49
Gráfico 13	Preferência partidária	49
Gráfico 14	Preferência para votar	50
Gráfico 15	Posicionamento político e feminismo	50
Gráfico 16	Expectativa de futuro	50
Gráfico 17	Ação de quem pensa diferente	51
Gráfico 18	Posição diante de temas polêmicos	51
Gráfico 19	Participação política das mulheres	52
Gráfico 20	Participação das mulheres na Sociedade Civil	52
Gráfico 21	Presença nas reuniões dos grupos focais	56
Gráfico 22	Programas dos quais as mulheres participam	57
Gráfico 23	Vínculos relevantes em relação aos programas	61
Gráfico 24	Significados dos programas para as próprias mulheres	62
Gráfico 25	Significados dos programas relacionados aos filhos e filhas	63
Gráfico 26	Significados dos programas na relação política	63

Introdução

O objetivo geral de nossa pesquisa consistiu em analisar as mudanças ocorridas na vida das mulheres das famílias de Samambaia, que participaram do Programa “Renda Minha”, promovido pelo Governo do Distrito Federal, com foco no desenvolvimento da cidadania das mulheres beneficiadas. O foco da pesquisa pode ser sintetizado, portanto, em uma pergunta: o programa “Renda Minha” desenvolveu a cidadania das mulheres beneficiadas moradoras de Samambaia?

Os objetivos específicos foram estes:

- analisar os efeitos dos programas nas famílias participantes e no seu ambiente (profissional, educacional, social);
- identificar e verificar se houve alteração no *status* de cidadania, pelo fato de a mulher receber a renda mensal;
- estudar os efeitos na atuação das mulheres no desempenho de seu papel social, principalmente na conquista de sua cidadania, ou se houve manipulação dos benefícios para fins eleitorais;
- sensibilizar e engajar jovens na mobilização das famílias beneficiárias da política social desenvolvida, num processo de cidadania ativa;
- colaborar no processo de mobilização social das famílias empobrecidas em Samambaia, desenvolvendo a consciência de política social como dever do Estado e direito da cidadã, e não como favor de políticos.

Campo de investigação

Uma amostra das mulheres do Distrito Federal beneficiadas pelo programa “Renda Minha”, em Samambaia, com margem de erro de 4 por cento, distribuídas pelas diferentes regiões da cidade, de aproximadamente 600 famílias.¹

Justificativa

A escolha desta área de análise se deu pela importância atual que os temas ligados à política social têm assumido, pelo discurso de prioridade no combate à fome e à miséria que o atual presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, tem desenvolvido, ainda mais porque a precariedade da vida de mais de 55 milhões de pessoas excluídas no Brasil clama por decisões e políticas sociais eficazes.

O autor participou como protagonista em processos de organização popular com famílias em situação de risco social em Samambaia e em São Sebastião, e assim pôde perceber a alteração no manejo governamental das políticas sociais, com a mudança de governo no Distrito Federal. Mostrou-se necessário aprofundar o envolvimento na perspectiva de colaborar para que as famílias, especialmente as mulheres, avancem no exercício de sua cidadania ativa.

O recebimento de benefícios sociais pelas famílias empobrecidas na maioria das vezes é tido como um “favor” dos agentes públicos investidos em funções governamentais, requerendo na concepção das referidas famílias um pagamento desse “favor”, principalmente com a troca pelo voto nas eleições. O estudo desse processo político pode revelar as motivações mais profundas que levam a essa consequência, e quais são os caminhos para superação desse padrão de relação de poder.

A cidade de Samambaia foi escolhida porque é considerada “modelo de assentamento de população de baixa renda”, tendo sido apresentada como tal em conferências internacionais (Habitat 2001, por exemplo) e na própria ONU, como amplamente divulgado pelo atual governador no período pré-eleitoral recente.

Samambaia é parte significativa do universo das famílias que recebeu o benefício no governo do Distrito Federal.

¹ O número de famílias atualmente beneficiadas em Samambaia é da ordem de 12 mil (*Jornal de Brasília*, de 10/09/2003). Utilizando a Análise Exploratória de Dados, erro padrão de 4 por cento, chega-se a 594 famílias.

A cidade de Samambaia é um dos lugares no Distrito Federal onde é mais acentuado o “rorizismo”, que se pode definir como a cultura de idealização do governador Roriz pelas famílias, especialmente pelas mulheres. Nessa perspectiva pode-se perguntar: tais programas alteraram essa relação? A diferença recebida em pecúnia foi suficiente para alterar essa relação? Quais são os fatores que reforçam a fidelização do eleitorado?

O autor participou em Samambaia do Projeto SOL, programa de mobilização das famílias de baixa renda (renda *per capita* mensal igual ou inferior a R\$ 25,00) das quadras 317, 319 e 321. O projeto buscava promover o desenvolvimento social, político e econômico através de atividades mensais, associadas ao atendimento de necessidades básicas das famílias. Porém, essa iniciativa sofreu solução de continuidade com a mudança de governo no Distrito Federal. O que faltou para criar mais autonomia nesse processo de mobilização social?

O foco de nosso estudo no papel da mulher justifica-se pelo desempenho diferenciado das mulheres no que tange à manutenção da família e pelo reconhecimento que esses programas promoveram ao escolhê-la como receptora do benefício social. Terá havido alteração nas relações de poder dentro das famílias?

Questões de trabalho

O presente estudo se propõe a identificar quais foram as mudanças, se é que ocorreram, no desenvolvimento da cidadania das mulheres das famílias de Samambaia, beneficiadas com o programa “Renda Minha”, observando-se principalmente a participação social da mulher.

Historicamente as mulheres foram submetidas a um processo de submissão que se reproduz, através do tempo, na família e nas demais instituições da sociedade atual. Geralmente, elas são alijadas dos processos de tomada de decisão e do controle social, visto serem consideradas “inábeis” para gerir os negócios da família.

Tal quadro se agudiza ainda mais quando se observa a situação econômica e social das famílias. Muitas das divergências são “decididas” até mesmo com o uso da violência, sofrendo a mulher um processo brutal de discriminação e marginalização dos processos decisórios.

As mulheres foram escolhidas para receber o benefício em pecúnia através de cartão magnético. Terá esse fato modificado as regras de relações familiares? E na sociedade,

alterou-se a sua atuação social? Qual é a imagem que essas mulheres fazem dos governadores que promoveram (e promovem) esses programas de Renda Mínima? Será que não se transfere a imagem da dominação masculina do âmbito privado (familiar) para o público (político), reproduzindo-se a mesma relação de dominação e dependência? Que fatores no programa favorecem o *status quo*? Que ações nele desenvolvidas produziram mudança nesse padrão de relação de poder?

Hipóteses

A partir do momento em que as mulheres passaram a receber os benefícios sociais do programa “Renda Minha”, assumiram papel de maior relevância em seu contexto doméstico, alterando assim as relações de poder dentro das famílias.

Ao programa faltaram articulação e mobilização social que desencadeassem um processo de desenvolvimento da cidadania dessas famílias, principalmente das mulheres. O programa “Renda Minha” sofre interferências políticas para o favorecimento de algumas famílias, em sintonia com o pensamento político do governador, com o prejuízo da percepção do benefício pelas famílias de pensamento político diferente.

Procedimentos metodológicos e amostra

A pesquisa foi empírica e desenvolvida através de pressupostos de análise qualitativa e quantitativa, utilizando a Análise Exploratória de Dados e a Socionomia, respectivamente a partir destes instrumentos:

1. **Survey**, entrevistas individuais com questionários, focalizando mulheres beneficiárias dos programas “Renda Mínima” e “Bolsa-Escola Federal” e sua atuação na relação com os agentes do governo local, durante a aplicação do programa em Samambaia e no exercício dos direitos de cidadania. Foi utilizada a EDA (Análise Exploratória de Dados), com erro padrão de 4 por cento, para definição da Amostragem que foi distribuída entre as regiões de Samambaia, a partir das informações obtidas pela equipe da pesquisa. Ao todo, 602 mulheres beneficiadas foram entrevistadas.

2. **Sociodramas** em grupos focais foram realizados com o intuito de identificar o significado dos programas de renda mínima, o grau de consciência de direitos e a predisposição à organização política, ou, no sentido oposto, à passividade após a participação em tais programas. A base teórica que sustenta esta análise pode ser encontrada na socionomia, amplamente discutida no primeiro volume de *Quem sobreviverá?* (Moreno, 1992) e na *Pragmática da comunicação humana* (Watzlawick, Beavin & Jackson, 1993).

A pesquisa foi realizada em duas etapas, entre os meses de julho e setembro de 2005, com 602 mulheres que recebem Programas de Garantia de Renda Familiar, representando aproximadamente 5 por cento do universo de 12.863 beneficiárias moradoras da cidade de Samambaia (DF).

Inicialmente, realizou-se o treinamento de vinte pesquisadoras para realização do Survey (Questionário, Anexo 1) sob supervisão da orientadora, Professora Lúcia Avelar, e coordenação do mestrando, Daniel Seidel, e equipe (uma coordenadora e mais três assistentes).

As vinte pesquisadoras e os três assistentes foram contratados por dois meses, mas, para estes, houve a prorrogação pelo dobro do período, em razão da necessidade da conferência e digitação dos resultados da pesquisa. A coordenadora foi contratada por todo o projeto aprovado, junto à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal.

Obtivemos as informações sobre as mulheres beneficiárias dos Programas Renda Minha e Bolsa-Escola Federal por meio da secretaria de algumas escolas públicas, visto que a Gerência Regional de Ensino de Samambaia não disponibilizou a listagem das participantes dos programas (foi enviado ofício do Instituto de Ciência Política da UnB e, embora havendo insistência, não se obteve nenhuma resposta). Outras foram agregadas por indicação daquelas inicialmente entrevistadas, visto que se conhecem na comunidade.

A primeira etapa consistiu na aplicação do questionário. Cada pesquisadora entrevistou em média trinta mulheres que possuíam proximidade geográfica. Todos os questionários foram conferidos e realizou-se a checagem pessoal, ou por telefone, da realização das entrevistas pelos assistentes da pesquisa.

Entre as duas etapas da pesquisa, foi realizado um novo treinamento das pesquisadoras na perspectiva da mobilização social. O curso ocorreu em 80 horas, sendo utilizado o Caderno de Formação: Mulheres, cultura e cidadania (Anexo 4).

Após a primeira etapa, realizaram-se os sociodramas, em grupos focais (Roteiro, Anexo 2). Cada entrevistadora convidou as mulheres beneficiárias por ela pesquisadas para participarem de uma reunião, em local de fácil acesso (escolas públicas, salões comunitários, residências com áreas grandes, salas de Igreja Católica) e em horário facilitado (à noite, ou no final de semana). Ao todo foram realizadas 18 reuniões focais (o Anexo 3, traz o relatório sintético dos encontros), esclarecendo-se a ausência de dois grupos: um deles foi desmobilizado no dia marcado para a reunião, em razão de vazamento do esgoto na escola pública onde se realizaria o encontro; e uma das pesquisadoras ingressou no mercado formal de trabalho, sendo as mulheres pesquisadas por ela convidadas a participar de outros grupos focais, segundo a proximidade da residência das beneficiárias.

1

Clientelismo e cidadania: debate teórico

Contribuições teóricas

Como abordagem predominante neste trabalho, foi considerado o trabalho de Jonathan Fox,¹ “A difícil transição do clientelismo para a cidadania” (1994), em que o autor desenvolve operacionalmente um conceito de transição entre o clientelismo autoritário e o pleno exercício dos direitos da cidadania: o conceito de *semiclientelismo*, baseando-se na análise de programas sociais desenvolvidos no México.

O diagnóstico do clientelismo foi enriquecido com a revisão dos conceitos sobre coronelismo, mandonismo e clientelismo, num debate centrado em Vitor Nunes Leal (1948) e José Murilo de Carvalho (1997). A ampliação do conceito de participação na perspectiva da conquista do *status* da cidadania plena (diretos civis, políticos e sociais) foi apoiada pelos debates desenvolvidos em Marshall (1967) e Bendix (2000), e pela abordagem da luta por reconhecimento e reafirmação das identidades coletivas, presente nos trabalhos de Pizzorno (1975) e Honneth (2003).

Fez-se o resgate do processo histórico da participação da mulher e a evolução das reflexões acerca das relações de gênero, no contexto das concepções do papel do homem e da mulher na sociedade brasileira.

A partir do conceito de Estado, numa abordagem gramsciana, presente na obra de Coutinho (1985), trabalhou-se a perspectiva de política social, com ênfase nos programas de garantia de renda mínima familiar, contextualizando-a no debate internacional sobre o tema, explicitando os pressupostos que fundamentam o Programa “Renda Minha”.

¹ Jonathan Fox é professor associado do Instituto da América Latina e Estudos Latinos na Universidade da Califórnia, em Santa Cruz. Ele é B.A. em Política pela Universidade de Princeton (1980) e PhD em Ciência Política pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (1986), onde lecionou de 1988 a 1995. Publicou amplamente sobre assuntos de democratização e fortalecimento da sociedade civil, particularmente no México. Fox é o autor de *As políticas de alimentação no México: poder estatal e Mobilização Social* (1992), e editor e co-redator de *A luta para responsabilidade: o Banco Mundial, ONGs e Movimentos de Grassroots* (no prelo);

Contribuição de Jonathan Fox

A base para realização da pesquisa é o estudo “A difícil transição do clientelismo para a cidadania: lições do México” (1994), desenvolvido por Jonathan Fox, onde se analisa o processo de democratização a partir de outra condição necessária: o respeito à autonomia de associação, autonomia que permite aos(às) cidadãos(ãs) se organizarem em defesa de seus próprios interesses e identidades sem medo de intervenção externa ou castigo (Fox, 1994, p.151-2).

Jonathan Fox afirma que a “competição eleitoral é necessária mas não suficiente para a consolidação de regimes democráticos: nem todas são livres e justas; nem todas necessariamente seguem as regras civis vigentes ou respeitam os direitos humanos” (Fox, 1994, p.151). O autor esclarece que, para este estudo,

A democracia política está definida ... em condições processuais clássicas: competição eleitoral justa e livre de influências governamentais, baseada em voto universal, garantidas as liberdades de associação e expressão, respeito à regra legal e controle civil do exército. (Fox, 1994, p.151)

O autor prossegue afirmando que analisar a extensão efetiva da gama de direitos plenos de cidadania ao longo de uma sociedade envolve estudos de como a maioria das pessoas é representada de fato e governada antes, durante e depois dos momentos históricos decisivos de políticas marcantes. Nesse processo, as associações intermediárias são complementos cruciais a partidos políticos, porque elas correspondem mais potencialmente à diversidade de interesses inerentes à sociedade. Cresce o número de cientistas políticos que acentuam a idéia de Tocqueville, de que o governo democrático depende da densidade de vida associativa na sociedade civil. Porém, em vez de tentar explicar a existência de organizações autônomas na sociedade civil (que antedata freqüentemente e encoraja a competição eleitoral), o estudo citado não focaliza empiricamente, mas, pergunta analiticamente como regimes começam a aceitar o direito de os cidadãos procurarem autonomamente suas metas.

Tal caminho é escolhido porque uma gama extensa de sistemas políticos, incluindo muitos daqueles de eleições regulares, obrigam o pobre a sacrificar os seus direitos políticos,

Transformação das relações entre Estado e sociedade no México: a estratégia de solidariedade nacional (1994); e O desafio de democratização rural: perspectivas da América Latina e das Filipinas (1990).

se quiser acesso a programas distributivos. Tal condicionalidade interfere no exercício de direitos de cidadania e, então, arruína a consolidação de regimes democráticos. Essas relações podem ser entendidas de forma ampla como dominação em termos de clientelismo, uma relação baseada em subordinação política em troca de recompensas materiais.

Como as pessoas subordinadas fazem a transição de clientes para cidadãos? O estudo citado analisa como regimes menos democráticos terminam por respeitar organizações autônomas da sociedade representativa como interlocutores legítimos. Utiliza a experiência mexicana para ilustrar um indicador importante dessa transição: o processo pelo qual as pessoas pobres ganham acesso a determinados recursos materiais que o Estado tem para oferecer, sem ter de perder o seu direito de articular autonomamente os seus interesses.

Para efeito deste estudo, delimita-se uma definição operacional de clientelismo político: o foco aqui recai especificamente no clientelismo autoritário, onde relações de barganha desiguais requerem a subordinação política duradoura de clientes e são reforçadas por ameaça de coerção. Tal subordinação pode adotar várias formas: a compra de voto através de máquinas eleitorais, sob regimes de eleitorais semicompetitivos; a proibição rígida de ação coletiva, sob a maioria dos regimes militares; a mobilização de massa controlada, no caso de sistemas comunistas ou populistas autoritários.

A autonomia de associação é um direito especialmente vital para os membros mais pobres de sociedade, por duas razões principais. Primeiramente, eles constituem em geral a maioria vulnerável para coerção de sanções do Estado, se vierem a expressar seu descontentamento. Em segundo lugar, as suas necessidades de sobrevivência os fazem especialmente vulneráveis para incentivos de clientelismo. Juntas, estas ameaças e induzimentos inibem a ação coletiva autônoma.

O exemplo mexicano apresenta políticos que puderam substituir os rígidos e antiquados controles por novos arranjos clientelísticos, mais sofisticados, sem necessariamente se orientarem para um pluralismo democrático. Não obstante, o ponto principal do estudo é que “se a ação política pode criar (ou reavivar) clientelismo, também pode arruiná-lo” (Fox, 1994, p.154).

Desenvolvendo um esquema para analisar a transição do clientelismo para o respeito aos direitos de cidadania, podem-se tirar lições da abordagem interativa para o estudo da transição que leva a regimes eleitorais competitivos.

O argumento causal desenvolvido no estudo é que o direito à autonomia de associação é construído politicamente por ciclos repetitivos de conflitos entre três atores-chaves: movimentos sociais autônomos, elites autoritárias relutantes em ceder poder e os gerentes

estatais reformistas – na tardia definição de como esses aceitarão o aumento da autonomia de associação. Baseia-se na suposição de que, contanto que elites autoritárias permaneçam unidas, há pequeno espaço para a construção de direitos de cidadania. Porém, se às vezes enfrentaram problemas de legitimidade, essas elites políticas autoritárias algumas vezes se dividiram em como responder – entre a repressão e as concessões.

Em primeiro lugar, os agentes estatais reformistas, definidos por sua maior preocupação por legitimidade política e por preferirem a negociação à coerção, podem estar em conflito com colegas de ‘linha dura’ sobre como ceder acesso ao Estado. Em segundo lugar, se e quando tais cisões aparecem no sistema, os movimentos sociais tentam freqüentemente ocupá-las a partir de baixo, exigindo acesso mais amplo ao Estado, enquanto tentam defender a sua capacidade de articular os seus próprios interesses. Em terceiro lugar, uma vez ativados esses ciclos de negociação de recursos entre os de ‘linha dura’, regularmente governantes, e as elites reformistas, os movimentos sociais podem gradualmente aumentar a tolerância oficial em relação a organizações sociais autônomas, enquanto estas seguem adiante freqüentemente um padrão de “dois passos para frente, um para trás”.

Embora os atores sociais freqüentemente não ganhem suas demandas de imediato, eles podem conseguir conservar algum grau de autonomia nos espaços entre ciclos de mobilização, um recurso a ser desdobrado na próxima oportunidade política. Esse processo é muito desigual dentro de Estados-nações. Grupos da sociedade ganham legitimidade e força a taxas muito diferentes e em arenas de negociações diferentes.

Esse esquema repetitivo sugere que a transição de clientelismo para cidadania envolva três padrões distintos de relações entre Estado e sociedade dentro do mesmo Estado-nação: redutos de clientelismo autoritário persistentes podem coexistir com enclaves novos de tolerância pluralista, como também com grandes áreas cinzas de “semiclientelismo”. O desafio analítico consiste em explicar as mudanças nos pesos relativos em cada um desses regimes regionais distintos.

Os pólos autoritário e pluralista dessa passagem do clientelismo para a cidadania são facilmente definidos; mas é a multiplicidade de relações políticas entre eles que desafia os analistas para desenvolver categorias destinadas a sistemas em transição (especialmente porque muitos regimes em transição tendem a ser colocados em um lugar qualquer por falta de um limiar democrático). Este esquema sugere que semiclientelismo seja uma categoria útil para uma exploração dessas relações entre Estado e sociedade que ficam entre o clientelismo autoritário e a posse de cidadania pluralista.

Se a combinação entre autoritarismo e clientelismo de induzimentos materiais e ameaças coercitivas é efetiva, as elites precisam parecer poder obrigar complacência. Se, ao invés, a elas faltam os meios para descobrir, precisam vigiar e castigar o descumprimento: nas transações elas oprimem os seus subordinados, porém de formas muito menos forçadas. Relações semiclientelísticas de poder induzem a complacência “mais pela ameaça da retirada de cenouras que pelo uso de varas”. (Fox, 1994, p.157).

Semiclientelismo difere de clientelismo autoritário porque confia em transações não forçadas, enquanto se difere do pluralismo porque os atores estatais ainda tentam violar o direito à autonomia de associação.

Primeiro, a hegemonia do Estado mexicano esteve durante muito tempo baseada na próspera incorporação clientelística do pobre, entendendo que o respeito ao pluralismo dificilmente poderia ser estendido nesse caso. Tal fato pode esclarecer a dinâmica de mudança sob regimes menos institucionalizados. Segundo, as duas décadas de vai-e-volta nas aberturas políticas mexicanas, como a crise de legitimidade dramática de 1968, tornam possível examinar a relação ambígua entre a liberalização de autonomia de associação e o aumento da competição eleitoral.

A discussão empírica do estudo de referência começa com uma análise dos ciclos de mobilização da sociedade de baixo para cima, aberturas de cima, conflito e ‘jogo morto’ entre Estado e sociedade. Essa aproximação interativa é aplicada, então, a uma análise dos determinantes de respeito à autonomia de associação, no caso de povos indígenas que tiveram acesso a programas de desenvolvimento rurais. A análise empírica combina mudanças com o passar do tempo, no curso de três gerações sucessivas de desenvolvimento rural, observando o programa com uma explicação da gama de resultados por uma política de desenvolvimento que especialmente estava prometendo, em termos de respeito, o aumento da autonomia de associação.

Assim, desde a crise de legitimidade que seguiu a severa repressão de 1968 ao movimento estudantil, a classe política que está governando o México buscou modos para acomodar mudanças, sem ceder poder. O resultado foram ciclos periódicos de conflitos sobre relações entre Estado e sociedade que barganham condições. De baixo, organizações da Sociedade Civil levaram o Estado a respeitar a autonomia de associação. De cima, reformistas buscaram deslocar a máquina (ao estilo de negociadores autoritários cuja intransigência provoca oposição e desassossego), criando canais de negociação alternativos que evitaram ruptura entre governo e oposição. Nesse estilo da máquina estatal do México, os negociadores

políticos cumpriram um papel fundamental, mediando relações entre Estado e sociedade, ambos dentro e sem o aparato corporativista.

A negociação política clássica demandou a incorporação oficial de grupos sociais sob tutela estatal em troca de acesso a programas sociais. Protesto de massa que era estritamente ‘social’ foi às vezes tolerado, mas se fosse percebido como ‘político’ (em outras palavras, como desafiando a hegemonia do partido governante), tinha como resposta habitual uma mistura de concessões parciais com repressão posterior. Movimentos seriam mais provavelmente rotulados como políticos se expressassem a sua autonomia, rejeitando publicamente a subordinação oficial.

A pirâmide de gerentes estatais administrou os desafios à estabilidade por décadas, mas como eles foram crescentemente ossificados e provocaram ressentimento cada vez maior, grupos sociais buscaram maior autonomia. Pelos anos 80, o pobre foi mirado diretamente pelos tecnocratas ascendentes (que viram os gerentes antiquados como política social movida de forma cara e politicamente ineficaz, longe da confiança do patronato tradicional e dos subsídios generalizados para medidas que ostentavam). Esse processo favoreceu uma mistura de funcionários e movimentos sociais não partidários. Em contraste com a repressão do passado, este novo estilo de negociação reconheceu os líderes de movimentos autônomos como interlocutores legítimos, contanto que eles deixassem de fazer clara oposição política pública.

Essa aproximação nova alterou a mistura de “cenouras clientelísticas e varas”, enfrentada por movimentos sociais. Os gerentes estatais substituíram sua crua insistência tradicional de controle do partido governante por formas mais sutis de controlar o acesso ao sistema, podendo-se falar da emergência de relações de semiclientelismo. Todavia, tais relações não são pluralistas porque elas ainda desencorajam qualquer questionamento das políticas sócio-econômicas mais amplas do governo e suas práticas eleitorais controversas.

Assim, enquanto a transição de clientelismo para semiclientelismo puder parecer um passo na direção de governo responsável, o enfraquecimento de controles rígidos em complacência de eleitor também pode aumentar os incentivos para gerentes estatais confiarem em fraude eleitoral para minimizar incerteza. Isto pode estar acontecendo no México.

É importante mostrar que a classe política do México pós-revolucionário tem uma tradição longa de combate à mobilização de grupos sociais para resolver seus próprios conflitos internos. Com os anos 70 e 80, os movimentos sociais puderam reter melhor algum grau de autonomia em suas negociações com o Estado. Nesta perspectiva, como os movimentos poderiam conservar esses pequenos aumentos da tolerância por sua autonomia

nos espaços entre ondas de mobilização, eles poderiam aumentar a sua capacidade para tirarem proveito da próxima oportunidade política.

Esses ciclos de conflito conduziram a três padrões distintos de interação entre os movimentos sociais e o Estado: clientelismo continuado, semiclientelismo modernizado e barganha mais pluralista, distribuídos de maneira desigual, geográfica e socialmente. Como as organizações autônomas de sociedade civil ampliaram-se e fincaram as suas raízes ainda nascentes, para pesos relativos, esses padrões mudaram e os enclaves pluralistas cresceram com o passar do tempo. A análise de Fox na seqüência localiza esse processo no ambiente mexicano mais hostil para a consolidação de organizações representativas autônomas: as regiões mais pobres, as vastas áreas rurais indígenas.

Contribuição de Leal e Carvalho

José Murilo de Carvalho (1997) traz luzes para delimitar conceitos muito utilizados na literatura da ciência política brasileira, quais sejam: mandonismo, coronelismo e clientelismo. Começa situando o conceito de coronelismo, consagrado por Leal (1948), como um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis, que definia as relações de poder desenvolvidas na Primeira República (1889 a 1930). Uma rede complexa de relações de compromissos recíprocos envolvendo o coronel, governadores e presidente da República, fruto da confluência de um fato político – o federalismo da República – com uma conjuntura econômica – a decadência dos fazendeiros, que os leva a buscarem nova fonte de poder: cargos públicos.

Essas interações criaram relações de mútua dependência entre coronel e governador de estado: este último garantia aos coronéis o controle da indicação dos cargos públicos, do delegado à professora primária, em troca de apoio político, por meio dos votos, para o governador. O governador, por sua vez, dava apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento, por este, de seu domínio no estado (cf. Carvalho, 1997, p.2).

Por seu turno, mandonismo é uma característica da política tradicional. Teve sua origem no Brasil, já na colônia, e vigora até hoje em regiões isoladas. É caracterizado pelo domínio pessoal e arbitrário de um chefe local sobre a população, impedindo-a de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandão tem a origem de seu poder no controle de algum recurso estratégico, geralmente, a posse de terras (cf. Carvalho, 1997, p.2).

Clientelismo, por sua vez, é um atributo de um sistema político, que revela como se dá a relação entre atores políticos que detêm poder político desigual, envolvendo a concessão de benefícios públicos (empregos, benefícios fiscais ou pecuniários e isenções, entre outros) em troca de apoio político e ou de votos. A fonte de poder reside na capacidade de atender (ou influenciar o poder executivo) às necessidades e ou demandas locais, regionais ou dos eleitores (cf. Carvalho, 1997, p.3).

Carvalho (1997) problematiza a fluidez do conceito de clientelismo, percebendo que ele perpassa toda a história política brasileira, reduzindo-se quando há a tomada de consciência dos atores sociais com déficit de poder, quando, então, partem para a reivindicação de seus direitos, por meio de organizações autônomas. O autor compara a presença histórica dos três fenômenos políticos, afirmando que apresentam diferentes curvas de evolução:

O coronelismo retrata-se como uma curva tipo sino: surge, atinge seu apogeu e cai num período de tempo relativamente curto. O mandonismo segue uma curva sempre descendente. O clientelismo apresenta uma curva ascendente com oscilações e uma virada para baixo nos últimos anos. (Carvalho, 1997, p.4)

O clientelismo também pode ser matizado pelo seu caráter patrimonialista, revelando formas de dominação política em que não existem divisões nítidas entre as esferas de atividade pública e privada, levando à personalização do Estado, ou seja, à identificação da política social com a pessoa do governante (cf. Schwartzman, 1988).

Contribuição de Marshall e Bendix

A concepção de pleno exercício de direitos de cidadania será compreendida dentro do marco histórico-conceitual de Marshall e Bendix, autores que se complementam apresentando a origem histórica da participação política.

No início do capitalismo havia limitação para se galgar determinados postos da hierarquia laboral. A tradição definia o lugar de cada um e, nesse sentido, por exemplo, sob o aspecto histórico considerava as mulheres “incapazes” para a maioria dos postos de comando na produção capitalista. Para cada classe de conquista de direitos, há sempre outro patamar a se conquistar.

A sociedade ocidental passou, não sem conflitos, do feudalismo para o capitalismo. O poder é tirado dos senhores feudais e passa a ser exercido pelos burgueses. Os burgueses organizam os seus comércios a partir de um capital, contratando pessoas – que vendem sua força de trabalho. Surgem, assim, duas classes: a burguesia e a classe trabalhadora.

A luta pelos direitos de cidadania surge junto com a luta pela defesa dos direitos dos(as) trabalhadores(as), dos pobres. São os chamados direitos das minorias: não porque são em número menor na sociedade, mas porque seu poder é “minorado” (diminuído) pelas elites dominantes das sociedades.

Bendix (2000) afirma que no final do século XIX e no início do século XX, nas várias regiões da Europa Ocidental estouravam nos tribunais diversas demandas coletivas (a Era do Coletivismo). Foi quando se deu a tomada de consciência dos direitos civis.

É impossível conceber a luta pela igualdade e cidadania de amplos setores marginalizados sem mencionar a revolução filosófica alemã e a Revolução Francesa (1789), que teve como lema: “liberdade, igualdade e fraternidade”. É a partir delas que se conquistam os *direitos civis* (século XVIII): liberdade pessoal, liberdade de palavra, pensamento e fé, direito à propriedade, direito de contrair contratos válidos, direito à justiça, direito ao trabalho. Os tribunais de justiça nacionais são as instituições associadas à garantia dos direitos civis (Marshall, 1967, p.63).

No desenvolvimento do capitalismo, após a revolução industrial (1830) é que surgem as primeiras organizações socialistas dos trabalhadores. Inicia-se a reivindicação pela participação política. Nessa trajetória, os *direitos políticos* (século XIX) são conquistados junto com os direitos de participação da classe trabalhadora: votar e ser votada, atuar em conselhos, participar de governos, assumir cargos públicos. O parlamento e conselhos do governo local são espaços institucionais que concretizam essa possibilidade formal dos direitos políticos (Marshall, 1967, p.63).

Os *direitos sociais* – previdência social, acesso à saúde pública e gratuita, acesso à escola pública de qualidade – começam a ser conquistados no século XX. É a partir deles que se constroem os sistemas educacionais laicos e a rede de serviços sociais alusivos à saúde e à assistência social (Marshall, 1967, p.63).

Os direitos sociais do indivíduo eram originários do seu *status*. Na sociedade feudal, o *status* era a marca distintiva de classe e a medida da desigualdade. Na abordagem de Marshall (p.64), os direitos civis e políticos corroboram o aperfeiçoamento do sistema de desigualdade, enquanto os direitos sociais geram conflitos com o estatuto capitalista, visto que requerem distribuição de renda e igualdade nas condições sociais e de oportunidades.

Na imagem desenvolvida pelo autor, não se trata apenas de “arrumar” o porão do edifício da desigualdade para que lá os pobres continuem vivendo, tendo “formalmente” a possibilidade de acessar direitos civis e políticos; mas de construir um novo edifício, o da cidadania, onde os espaços possam ser mais igualitários e as pessoas possam habitar qualquer dos andares, efetivamente.

Contribuição de Pizzorno

A contribuição de Pizzorno (1975) para esta pesquisa está na caracterização concreta do que significa a participação política e de quais mecanismos a promovem, a necessidade da consciência da desigualdade como base construtora de identidades coletivas para a autonomia de associação, permitindo a construção de áreas de igualdade em sistemas de interesses.

Assim, Pizzorno desenvolve uma teoria conceitual e histórica. Seu ponto de partida é um estudo histórico sobre a participação política e o questionamento sobre os indicadores de participação política consolidados pela Teoria da democracia eleitoral (liberal).

Existem formas pré-capitalistas de participação, consistindo na ação direta: saques a supermercados, ‘quebra-quebras’; e existe a ação política, ação de resultado negociado. A participação se torna um problema com a queda do absolutismo e a queda da aristocracia, ou seja, com o desenvolvimento do capitalismo.

No princípio existiam as guildas, em que a profissão passava de pai para filho. A posição social era igual à posição política, neste caso não era possível falar em participação política. Com a transformação do mundo do trabalho, com a criação da diferenciação de classe social – burguesia e proletariado –, é que surge a participação política, traduzida na reivindicação popular pela extensão dos direitos. Afinal, a crise urbana – os trabalhadores deixaram as terras para trás, para vender sua força de trabalho – provocou a quebra dos estamentos e, assim, dos mecanismos que garantiam um mínimo de “assistência social” aos que trabalhavam nas áreas rurais.

O Estado tradicional se enfraquece com a emergência da burguesia. Nesta perspectiva, o Estado nacional necessitava de novas fontes de legitimidade.

Segundo Pizzorno, o mecanismo que provoca a participação é a diferenciação entre *status* social e o político. Quando o *status* social é igual ao *status* político, não há sentido em se falar de participação, visto que cada indivíduo desfruta de iguais condições sociais e, de per si, da possibilidade de atuar politicamente. Todavia, quando há diferença entre o *status* social

e o político, o indivíduo se percebe como desigual, reconhecendo a estrutura de desigualdade da sociedade civil, ou seja, existe um déficit de reconhecimento. Nesse caso, ele busca participar – visto que a participação política é que pode alterar seu *status* político – para construir novos espaços políticos (coletividade).

Vale ressaltar a proposição de Pizzorno: a potencialidade igualitária da extensão do sufrágio eleitoral (co)responde à organização política dos interesses privados, conseqüentemente, ao afiançamento dentro da sociedade política do sistema de desigualdade da sociedade civil.

Na prática, pode-se traduzir que a democracia liberal legitima o sistema de desigualdade existente na sociedade. E até mais que isso, sustenta a desigualdade, sob o argumento da igualdade formal: todos, formalmente, têm os mesmos direitos e deveres.

Pizzorno desenvolve a teoria de que Estado e classe são sistemas de solidariedade. A solidariedade de Estado é limitada pelo contorno dos territórios nacionais, enquanto a solidariedade de classe se limita pelos modos de produção. A luta pelo reconhecimento não é marcada territorialmente. Afirma, ainda, que coexistem Sistemas de Interesses e Sistemas de Igualdade. Os sistemas de interesses definem áreas de desigualdade, enquanto os sistemas de solidariedade geram áreas de igualdade. Nessas áreas de igualdade há a identificação de fins comuns, sintetizando interesses individuais e coletivos, que fomenta a ação coletiva. É através da ação coletiva (participação política) que se disputa a ampliação dos espaços de igualdade frente ao Sistema de Interesses, na busca pelo reconhecimento da identidade daquele “grupo de iguais”.

Pizzorno apresenta o modelo da centralidade social e consciência de classe: a percepção do *status* social é condicionada pelo local de nascimento, ocupação, renda e escolaridade – todos esses itens podem ser mensurados, – enquanto a consciência de classe segue uma relação dialética: quanto maior a consciência de classe, maior a participação; Quanto maior a participação, maior é a consciência de classe.

Pizzorno afirma que não basta a auto-identificação de classe, como mencionava Marx. O processo de formação de consciência de classe se dá a partir do sentimento de pertencimento, daí se forja a identidade, a partir do mútuo reconhecimento de sua condição, que gera poder e autonomia, ou seja, capacidade política para lutar pela sua legitimação.

Assim, Pizzorno desenvolve a teoria de identidade, uma teoria política reflexiva. Ou seja, é através do reconhecimento recíproco que se gera a identidade – e esse é um processo dialético (Hegel). A visão de desenvolvimento social decorre da consciência de classe.

Pizzorno destaca a importância da organização e das lideranças na criação de áreas de igualdade. A organização mobiliza o descontentamento existente entre os desiguais. É com a organização política que os fins comuns se concretizam e que se criam espaços de igualdade. Os sistemas de solidariedade lutam para negar as referências do sistema de interesses, que legitima a desigualdade. Quem precisa de organização são os que se percebem desiguais. A ideologia consolida a organização, fortalece a participação.

Sinteticamente, pode-se afirmar que, segundo Pizzorno, classe e Estado são Sistemas de Solidariedade, a partir de onde se constroem os instrumentos de participação para atuarem sobre o Sistema de Interesses (baseado na desigualdade). É a organização que sintetiza o movimento dialético entre interesses e solidariedade para criar áreas de igualdade. A dimensão da solidariedade iguala as pessoas social e psicologicamente.

Finalmente, Pizzorno diferencia subcultura, movimentos sociais e partidos políticos. A subcultura se exclui. Desenvolve linguagem própria que quer se afirmar isolando-se da sociedade. Nesse sentido coloca-se à margem, por uma decisão de sua identidade. Já os movimentos sociais querem apoio da opinião pública para a conquista de suas reivindicações, porém não podem ser confundidos com movimentos *ad hoc* – movimentos de massa reivindicatórios, de caráter passageiro.

Os movimentos sociais falam por si mesmos, pregam um projeto de sociedade nova, atuam autonomamente. São instáveis, externos à política, estruturam identidades. Já os partidos políticos pertencem ao sistema liberal de democracia. São os instrumentos para que se possa atuar dentro do sistema democrático, por isso se submetem à ordem social capitalista. Atuam no sentido de mediar interesses privados dentro do Estado. Podem ser de quadros e ou de massa.

Nosso intuito, nesta pesquisa, consiste em perceber se as mulheres beneficiárias do Programa de Renda Mínima têm criado áreas de igualdade, buscando sua autonomia, a partir do reconhecimento de sua situação desigual. Os programas de garantia de renda mínima criam áreas de igualdade ou dificultam a gestação de sistemas de solidariedade?

Contribuição de Axel Honneth

Finalmente, recorremos a Axel Honneth (2003) para aprofundar o mecanismo criador de identidades individuais e coletivas, mencionado por Pizzorno: a luta pelo reconhecimento.

Mead e Hegel são as principais fontes de Honneth, que identifica construções idênticas: uma na psicologia social e outra na filosofia, porém ambas afirmando a luta pelo reconhecimento. Esta se dá tanto na relação interpessoal amorosa como na relação com o Estado, através do direito (cognitivo), e ainda na estima social, por meio da solidariedade (comunidade de valores).

Segundo Honneth (2003, p.201), sempre que classificamos, estigmatizamos. Existem dois tipos de poder classificatório: o macro-classificatório e o micro-classificatório, mas ambos vêm de um processo de reconhecimento. E todo conhecimento é fruto do ordenamento, que requer o poder de classificar, o qual, finalmente, depende do reconhecimento. Esta é a resposta hegeliana ao contratualismo de Hobbes: o processo de categorização ordena o contexto da ação, tendo por base o reconhecimento mútuo. A ação do sujeito volta-se para ele mesmo. Ao receber a estima do outro, ele se reconhece. Ao se reconhecer, atribui-se uma identidade social. O reconhecimento interno está na origem da formação das áreas de igualdade, e o reconhecimento recíproco é que forma a identidade social e, assim, a organização.

O elemento cognitivo conforma a identidade, quando permite lutar pela estima social, mas também se reconhece identidade no confronto com o diferente. A honra é atemporal e espiritual, e a luta termina à custa da própria vida do outro. No contratualismo, o sujeito é a propriedade, visto que esta é mais preciosa que a vida humana.

O reconhecimento recíproco é a base da confiabilidade, que cria condições para superação do medo que imobiliza, gerando organização para a participação. É um chamado a abandonar o esquema 'meio e fim' na ciência política.

Honneth apresenta (p.211) um quadro sintético da estrutura das relações sociais de reconhecimento.

Quadro 1: Estrutura das relações sociais de reconhecimento

Modos de Reconhecimento	Dedicação emotiva	Respeito Cognitivo	Estima Social
Dimensões da personalidade	Natureza carencial e afetiva	Imputabilidade moral	Capacidades e propriedades
Formas de reconhecimento	Relações primárias (amor e amizade)	Relações jurídicas (direitos)	Comunidade de valores (solidariedade)
Potencial evolutivo	—	Generalização, materialização	Individualização e igualização
Auto-relação prática	Autoconfiança	Auto-respeito	Auto-estima
Formas de desrespeito	Maus-tratos e violação	Privação de direitos e exclusão	Degradação e ofensa
Componentes ameaçados da personalidade	Integridade física	Integridade social	“Honra”, dignidade

A Luta pelo Reconhecimento surge quando um grupo se dá conta de que:

- 1) o benefício de seu trabalho e energia vai para outros que não lhe retribuem de forma recíproca;
- 2) são excluídos das atividades sociais maiores, relegados a um outro lugar, marginalizados;
- 3) têm pouca ou nenhuma autonomia sobre si mesmos, vivendo ou trabalhando sob autoridade de outros;
- 4) sofrem violência;
- 5) não têm oportunidade de expressar suas vivências e perspectivas. (Young, 2001)

A luta pelo reconhecimento das mulheres acontece no bojo da luta pelo reconhecimento dos direitos da cidadania pelos demais explorados pelo sistema capitalista, desde sua origem, até chegar, atualmente, à sua forma neoliberal.

Perguntar sobre a contribuição dos programas de garantia de renda mínima para ampliação do acesso aos direitos da cidadania equivale a verificar se as mulheres beneficiárias participam desses programas com autonomia para questionar e exercer o controle social, ou, se são “clientes” de um Estado ainda autoritário (e populista) que as inclui para manter o sistema de desigualdade liberal intacto, ou ainda, se, dialeticamente, esses programas estão na transição do semiclientelismo, passando do clientelismo para a cidadania.

Relações de gênero

Situar o debate sobre as relações de gênero requer algumas colocações de base:

- 1) o conceito “relações de gênero” se refere a relações entre pessoas de sexos diferentes ou do mesmo sexo (ou seja, relações entre homens e mulheres; mulheres e mulheres; homens e homens);
- 2) a diferença de sexos é biológica; a diferenciação de gênero refere-se à construção da identidade do masculino e do feminino, sendo por isso uma construção cultural;
- 3) o debate sobre “relações de gênero”, no marco da cultura ocidental, revela que existe uma enorme desigualdade no exercício dos papéis de homens e mulheres, sendo essa construção histórica marcada por um milenar processo de dominação dos homens sobre as mulheres, num fenômeno histórico chamado “patriarcalismo”.

Esse fenômeno se traduz na construção histórica do modelo burguês de família, em que as mulheres são responsáveis pelo mundo privado, e os homens, pelo mundo público. Contudo, o desenvolvimento do capitalismo e a concentração de renda obrigaram as mulheres a buscarem seu espaço de trabalho profissional; não se alteraram, todavia, as relações de gênero, nem no espaço familiar (dupla jornada: trabalho profissional e cuidado com a casa, filhos, marido), nem no ambiente do trabalho profissional (salários diferentes para homens e mulheres, fazendo o mesmo trabalho; as mulheres ocupando posições operacionais e subalternas no processo produtivo; as mulheres sem direito ao voto).

Com o avanço das conquistas da classe trabalhadora, direito ao voto, à organização sindical, as mulheres também se organizaram e foram conquistando seus direitos. Constituíram um marco importante nesse processo a revolução filosófica alemã e a Revolução Francesa. Quando a classe trabalhadora conquista os direitos civis e políticos, as mulheres, no bojo dessa mesma luta, vão conquistar parte de seus direitos civis e políticos. Assim, a história do feminismo se confunde com a história do socialismo, ou seja, com a luta por uma sociedade sem desigualdades.

Pode-se afirmar que o século XX foi o século das mulheres, visto que nesse período “a situação das mulheres, as relações entre mulheres e homens, e as representações do feminino e do masculino ganharam mais visibilidade e foram amplamente problematizadas nas diversas sociedades” (Rodrigues, 2001, p.7).

Foi no século passado que as mulheres se organizaram enquanto sujeito político em várias regiões do mundo a partir de suas privações, discriminações e opressões, criando movimentos feministas e de mulheres. Ocorreu a politização das situações e das representações que envolviam mulheres e homens.

Foi o século das conquistas das mulheres: o direito a freqüentar escolas e universidades; o direito ao trabalho remunerado; o direito de votar e ser votada, o direito à liberdade sexual e reprodutiva; o direito ao tratamento digno pela família e pelo cônjuge, enfim, o direito à igualdade de direitos e de oportunidades e o direito à diferença sem desigualdade (cf. Rodrigues, 2001, p.7).

Nos últimos 25 anos do século passado é que se realizaram as primeiras Conferências Mundiais sobre a mulher, promovidas pela Organização das Nações Unidas – ONU. Elas ocorreram em seguida no México (1975), em Copenhague, Dinamarca (1980), e em Nairóbi, Quênia (1985). A IV Conferência Mundial Sobre a Mulher realizou-se em Pequim, China (1995).

As propostas aprovadas nessas conferências internacionais constituem um marco fundamental no processo de reconhecimento dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero. São plataformas referenciais para a luta das mulheres nos vários países. Assim, definiu-se na “Plataforma de Ação” da IV Conferência que “os Estados ... têm a obrigação de promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais ... das mulheres, a fim de se chegar à igualdade, ao desenvolvimento e à paz” (Avelar, 2002, p.41-2). Foram definidos objetivos estratégicos:

- 1º) considerar a questão da pobreza através de políticas e programas macroeconômicos que tomem como referência o gênero;
- 2º) revisar leis e práticas administrativas que assegurem à mulher a igualdade de direitos e de acesso aos recursos econômicos;
- 3º) garantir o acesso da mulher aos serviços de saúde adequados de baixo custo e de boa qualidade, bem como o fortalecimento de programas preventivos que promovam a saúde da mulher;
- 4º) prevenir e combater a violência contra a mulher, como danos físicos, sexuais e psicológicos, incluindo-se a coerção ou a privação da liberdade, tanto na vida pública como na privada;
- 5º) maior participação das mulheres nos níveis de decisão econômica e nas formulações de políticas financeiras e salariais;

6º) incrementar a presença das mulheres nas instâncias de poder e nas decisões governamentais;

entre outros objetivos que se referem a educação, conflitos armados, direitos humanos, meios de comunicação, meio ambiente e meninas (cf. Avelar, 2002, p.42-4).

No Brasil, muitas iniciativas ocorreram a partir da preparação para a I Conferência Mundial Sobre Mulheres, realizada em 1975 no México. São práticas desenvolvidas pelos movimentos feministas no Brasil: a realização de encontros, debates e troca de experiências; a construção de redes e articulações de grupos de mulheres; a realização de campanhas de denúncia e de conscientização; o cultivo de datas históricas e expressivas para o movimento; a construção de alianças e parcerias no âmbito da sociedade civil para a defesa e promoção de direitos e cidadania das mulheres; a apresentação de propostas para a elaboração de leis e de políticas públicas; e a interlocução com o Estado para a promoção de intervenções e mudanças sociais a partir da perspectiva de gênero (Rodrigues, 2001, p.9).

Assim, houve notáveis conquistas no Brasil, além da assinatura desses acordos internacionais, tendo se consagrado direitos importantes na Constituição de 1988. Além disso, ainda em 1985, por meio da Lei 7.353, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, com o objetivo de formular políticas públicas para as mulheres, promover a articulação e a integração de ações no âmbito do governo federal e a sua interlocução com a sociedade civil.

Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vinculada à Presidência da República com *status* de Ministério. Em julho de 2004 foi realizada a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, com a participação de 1.787 delegadas (representando os 26 estados e o Distrito Federal, e envolvendo mais de 120 mil mulheres, atuando no processo em nome de mais de 2 mil municípios brasileiros), que aprovaram as diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM.

O PNPM se constitui de quatro eixos de atuação: a) autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; b) educação inclusiva e não sexista; c) saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e d) enfrentamento à violência contra as mulheres. Entre as metas prioritárias estabelecidas até 2007, estão: a) elevação em 5,2 por cento da taxa de atividade das mulheres na População Economicamente Ativa – PEA; b) redução em 15 por cento da mortalidade materna; e c) aumento em 12 por cento do número de crianças até 6 anos, freqüentando creche ou pré-escola na rede pública (cf. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, 2004).

O Estado e as políticas sociais

Desde Maquiavel até Hobbes, de Locke e Rousseau até Marx, o Estado vem sendo definido das mais diversas maneiras. Em Hobbes, todas as experiências históricas totalitárias podem ser referenciadas no poderoso *Leviatã*, e, em Locke, temos o Estado liberal, protetor da propriedade privada. Todos esses modelos agregam visões da passagem da humanidade do estado natural para o estado de vida em sociedade. Porém, apenas em Marx o Estado é ‘dessacralizado’, ou seja, sua existência é relacionada às contradições das classes sociais existentes na sociedade. Assim, em vez do Estado imanente e superior, acima dos homens, Marx apresenta-o como um instrumento da classe dominante. A gênese do Estado para Marx reside portanto na divisão da sociedade em classes, sendo sua principal função conservar e reproduzir essa divisão, garantindo os interesses da classe que domina as demais.

Essa descoberta de Marx alterou significativamente as relações sociais, em decorrência das diversas inferências que a classe trabalhadora pôde daí extrair, principalmente no sentido de estimular a luta pela superação das contradições internas da sociedade.

Gramsci supera o conceito de Estado como sociedade política (ou aparelho coercitivo que visa adequar as massas às relações de produção). Ele distingue duas esferas no interior das superestruturas. Uma delas é representada pela *sociedade política*, conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle dos grupos burocráticos ligados às forças armadas e policiais e à aplicação das leis. A outra é a *sociedade civil*, que designa o conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias, compreendendo o sistema escolar, os partidos políticos, as corporações profissionais, os sindicatos, a Igreja, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e cultural etc. (Coutinho, 1985, p.61).

Sociedade civil e sociedade política diferenciam-se pelas funções que exercem na organização da vida cotidiana e, mais especificamente, na articulação e na reprodução das relações de poder. Em conjunto, formam o Estado em sentido amplo: “sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção” (Coutinho, 1985, p.61). Na sociedade civil, as classes procuram ganhar aliados para seus projetos através da direção e do consenso. Já na sociedade política as classes impõem uma ‘ditadura’, ou uma dominação fundada na coerção.

Segundo Gramsci, as esferas distinguem-se por materialidades próprias. Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos coercitivos de Estado, na sociedade civil operam os aparelhos privados de hegemonia. Tais aparelhos, gerados pelas lutas de massa, estão empenhados em obter o consenso como condição indispensável à dominação. Por isso, prescindem da força, da violência visível do Estado, que colocaria em perigo a legitimidade de suas pretensões. Atuam em espaços próprios, interessados em explorar as contradições entre as forças que integram o complexo estatal.

O termo *hegemonia*, apesar de ter sido usado anteriormente por Lênin, traz uma dupla interpretação: a primeira, teria o significado de dominação; a segunda, um significado de liderança, tendo implícita alguma noção de consentimento. É nesta segunda definição que esse termo assume um papel de destaque na elaboração de todo o quadro teórico gramsciano. É interpretando como se dá a dominação da burguesia na Itália, e utilizando Maquiavel e Pareto, sobre seus conceitos de Estado como força e consentimento, que o conceito de hegemonia em Gramsci assume papel fundamental na sua concepção de Estado.

O Estado se compõe, assim, de dois segmentos distintos, porém atuando com o mesmo objetivo, que é o de manter e reproduzir a dominação da classe hegemônica. É interessante observar que essa sociedade civil vem assumir sua dimensão material com maior intensidade apenas no começo do século XX, com os partidos de massa, sindicatos de milhares de trabalhadores e outras formas complexas de organizações sociais. É somente após sua evolução histórica que a sociedade civil pôde ser capturada teoricamente. Antes disso, o Estado-coerção era muito superior, em sua base material, para se permitir tal percepção.

Carlos Néilson Coutinho (1985, p.61) chama nossa atenção para as palavras interessantes e esclarecedoras de Gramsci, que explicita melhor ainda a dialética (unidade na adversidade) entre sociedade política e sociedade civil. Gramsci afirmou que “a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como domínio e como direção intelectual e moral. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a liquidar ou submeter também a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados”. Assim, segundo Coutinho (1985, p.61), “o termo supremacia designa o momento sintético que unifica (sem homogeneizar) a hegemonia e a dominação, o consenso e a coerção, a direção e a ditadura”.

A constituição de uma hegemonia é um processo historicamente longo, que ocupa os diversos espaços da superestrutura. Para Gramsci, a hegemonia pode (e deve) ser preparada por uma classe que lidera a constituição de um bloco histórico (ampla e durável aliança de classes e frações). A modificação da estrutura social deve preceder uma revolução cultural que, progressivamente, incorpore camadas e grupos ao movimento racional de emancipação.

O Estado de bem-estar social e as políticas sociais

Segundo Briggs,² *Welfare State* é

um Estado no qual se usa deliberadamente o poder organizado (através da política e da administração) num esforço para modificar o jogo das forças de mercado em pelo menos três direções: primeiro, garantindo aos indivíduos e às famílias, uma renda mínima, independentemente do valor de mercado de seu trabalho ou de sua propriedade; segundo, restringindo o arco de insegurança, colocando indivíduos e famílias em condições de fazer frente a certas “contingências naturais e sociais” (por exemplo, a doença, a velhice e a desocupação) que, de outra forma, conduziriam a crises individuais ou familiares; e terceiro, assegurando que a todos os cidadãos, sem distinção de *status* ou classe, sejam oferecidos os mais altos padrões de uma gama reconhecida de serviços sociais.

As políticas sociais surgem como a alternativa construída pela social-democracia da Europa Ocidental aos avanços obtidos pela Revolução Socialista no Leste Europeu. É o Estado capitalista que busca reconhecer e atender à reivindicação da classe trabalhadora que se organiza pela conquista de seus direitos sociais.

Assim, segundo Ferrera (1993, p.56), entre 1945 e 1973, três modelos nortearam os sistemas de Proteção Social: o Residual, o Remunerativo e o Institucional (ou Redistributivo). O Quadro 2 define as principais características desses modelos elaborados por Titmus. Embora inspirados em casos concretos, dificilmente os *Welfare States* assumiram essas características em sua totalidade. Elas podem, entretanto, ser usadas para uma visão analítica de cada situação concreta e, especialmente, para que se possam avaliar as dimensões reais da crise dos *Welfare States* (cf. Bittar, 1996).

² A afirmação de Briggs aparece em “The Welfare State in Historical Perspective”, *Archives Européennes de Sociologie*, n.2, 1961, p.228, e é citada em Aureliano & Draibe (1989, p.90).

Quadro 2 – Os três modelos de *Welfare State*

	Residual	Remunerativo	Institucional Redistributivo
Cobertura	Marginal	Ocupacional	Universal
Principal destinatário	Pobres	Trabalhadores	Cidadãos
Prestação:			
Gama:	Limitada	Média	Extensa
Estrutura:	Ad hoc	Contributiva/redistributiva	Soma fixa / homogênea
Nível	Modesto	Variável	Adequado
Requisito:	Prova de meios	Participação dos assegurados	Cidadania / residência
Financiamento	Fiscal	Contributivo	Fiscal
Despesa:			
Nível:	Baixo	Médio	Amplio
Comp. Predominante:	Programa de testes de meio	Transferência	Consumo público
Programa de prevenção	Ausente	Modesto	Amplio
Papel do Estado	Mínimo	Complementar	Substitutivo
Redistribuição	Pouca/ vertical	Média/ Horizontal	Alta/ vertical

Fonte: “Rielab. della tabella 1 in Sainsbury (1991)” e “Dello schema 1 in Roebroek (1991)”, em Ferrera (1993).

A eficácia desses sistemas era garantida pelas altas taxas de crescimento do período. Graças à demanda crescente por trabalho, isso acarretava elevadas taxas de emprego, com aumentos constantes dos salários reais. Soma-se, ainda, o fato de, nesse período, as economias serem relativamente fechadas, permitindo que os Estados nacionais possuíssem certo poder de regulação sobre a conjuntura econômica de cada país. Esses dois fatores garantiam o relativo equilíbrio entre as fontes de receita (impostos, taxas e contribuições) e de gasto do Estado (consumo, investimento e transferências).

Crise do Estado de bem-estar social

Nos anos 70 essa situação se reverte pelo conjunto de modificações ocorridas no mundo, entre as quais pode-se destacar a incorporação de novas tecnologias que, além de dispensarem mão-de-obra, exigem uma qualificação cada vez maior. Esse processo acaba se traduzindo num desemprego estrutural e em massa, o que leva à deterioração das fontes de financiamento e ao aumento das demandas por serviços sociais, com a introdução de formas

particularistas em oposição aos princípios universalistas de alguns sistemas. Além disso, a crescente globalização da economia leva à redução da capacidade de regulação no espaço de cada Estado-nação (Silva, 1995).

A guerra fria entre os blocos socialista e capitalista (que permeou todo o panorama da geopolítica no contexto mundial do pós-guerra), constituiu-se num *front* de disputas entre as classes sociais, especialmente no interior dos países capitalistas e, de forma mais acirrada, naqueles considerados terceiro-mundistas ou subdesenvolvidos, classificação compreensível à época. Porém, a falência da experiência do socialismo real do Leste Europeu, marcada simbolicamente pela queda do Muro de Berlim (1989), reforçou a idéia de um pensamento único: de que não havia alternativas fora do capitalismo, conforme Francis Fukuyama (ver Anderson, 1992). Destarte, houve o recrudescimento da experiência capitalista mundial, apresentada em sua forma mais realista como neoliberal, desenvolvendo-se assim um novo sistema de dominação chamado de *globalização*.

Nesse contexto, o *Welfare State* entra em crise e abre-se um grande debate em torno dos “sistemas de proteção social”. Debate no qual se avolumaram as críticas de vários matizes econômicos, políticos e ideológicos. Além disso, começa-se a pensar em novas alternativas de política.

Os Programas de Garantia de Renda Mínima surgem como resultado da necessidade de reformulação das políticas sociais, diante da inadequação entre o histórico *Welfare State* e as mudanças econômicas ocorridas a partir dos anos 70. As críticas se dirigem não só ao seu caráter setorizado, centralista e institucionalista, mas também ao fato de esse sistema limitar a liberdade de escolha dos indivíduos. Soma-se a isso o problema da não universalidade do sistema, resultante de sua vinculação com o mercado de trabalho e o alto nível de desemprego.

Vivencia-se, dessa forma, em nível mundial uma forte tendência de reversão dos direitos sociais, sob o argumento da crise de financiamento do Estado capitalista, bem como a idéia de maximização dos lucros, com a exploração de novos ‘negócios’, antes ‘serviços’ sob a proteção do Estado, na perspectiva de implantação do Estado Mínimo, onde as relações sociais pudessem se regular pelo mercado.

Além disso, a redução da capacidade de regulação do Estado é acompanhada de críticas quanto ao alto custo derivado da burocracia necessária para gerenciar o Estado de bem-estar social.

Programas de Garantia de Renda Mínima

Da necessidade de reformulação dos programas de assistência social existentes, surge a idéia do Programa de Garantia de Renda Mínima. Como afirma Goujon (1994), a questão da garantia de um mínimo de subsistência se situa como parte da interrogação na busca de solução à crise de integração do social e do econômico, vista como estrutural.

Os Programas de Garantia de Renda Mínima têm como objetivo, em geral, a transferência monetária a indivíduos ou famílias, garantindo um patamar considerado mínimo para a satisfação das necessidades básicas dos beneficiados. A partir dessa idéia, programas desse tipo têm sido concebidos, recomendados ou mesmo criticados por orientações e razões muito diferenciadas, respondendo a objetivos diversos (NEPP, 1996). No entanto, pode-se dividir o debate em três tendências básicas: a Liberal, a Distributivista (ou Progressista) e a que articula a idéia de Renda Mínima à de inserção ou reinserção no mundo do trabalho.

Segundo Goujon (1994), para a corrente liberal, a renda mínima está ligada a uma renovação dos princípios de justiça que servem de fundamento à proteção social, à restauração da racionalidade econômica e à estabilização da despesa social. A crítica que dirigem ao “Estado-Providência” se dá com relação à sua ineficiência econômica (gestão burocrática e não capitalista) e social (não atende à demanda social). Para solucionar os problemas da pobreza e do desemprego de longa duração torna-se então necessária a reinstalação das lógicas de concorrência em matéria de cobertura do risco (Goujon, 1994) e a elaboração de um programa assistencial dirigido aos mais pobres (nivelando-se as oportunidades para o conjunto da população). Isso seria conseguido por meio da *substituição* dos serviços sociais por uma alocação monetária, atribuída a indivíduos ou famílias.

A preocupação central das propostas liberais consiste, segundo Silva (1995), na possibilidade de desestímulo ao trabalho, valor fundamental do liberalismo. Assim, para não comprometer o interesse pelo trabalho, sugerem a fixação de um teto máximo a ser recebido pelos beneficiados.

Já a *corrente distributivista* (ou *progressista*), segundo Silva (1995), propõe, na sua essência, a renda mínima como novo modo de distribuição de renda, com base nas transformações da organização industrial, que vêm provocando uma crescente dissociação entre volume da produção, volume do emprego e aumento da produtividade, decorrentes da automação dos processos de trabalho. Assim, a remuneração do indivíduo não se dá mais segundo sua produtividade, mas em função de sua integração num processo de produção altamente automatizado, sendo essa integração possível apenas para uma parcela cada vez

menor da população. Exige-se, portanto, a utilização de novos mecanismos de distribuição de riquezas.

Segundo Euzeby,³ que denomina essa corrente de *intervencionista*, a Renda Mínima é um mecanismo de construção de um sistema social novo, integrando um conjunto de prestações sociais e finanças públicas, para organizar uma solidariedade fundada na quebra da relação entre renda e quantidade de trabalho. O pressuposto do Programa de Renda Mínima será, para essa corrente, de *ampliação* e não de substituição de outros programas sociais.

A terceira corrente, defendida por Milano,⁴ articula a idéia de renda mínima com a noção de *inserção-reinserção social* e profissional do beneficiário. Ou seja, vincula direitos sociais a obrigações morais. A transferência monetária suprindo as necessidades básicas dos necessitados é vista como um meio de combate à pobreza e de garantia da independência e dignidade do beneficiário.

A renda mínima tem o papel, portanto, de superar o caráter discriminante e passivo dos serviços sociais. Isso seria conseguido por meio da *Renda Contratual*, em que há a exigência da inserção como contrapartida à Renda Mínima e rígido acompanhamento dos beneficiados. A duração do programa seria limitada, e a família constituiria a unidade de referência para atribuição da renda. Para Milano, assim como para os progressistas, a Renda Mínima deve ser *complementar*, havendo forte articulação com outras rendas, programas e serviços adotados pelo atual sistema de proteção social. Essa é a corrente que orienta a maioria das experiências internacionais (Silva, 1995).

Silva (1995) faz algumas críticas à política de inserção. Segundo essa autora, a passagem de uma política de integração para uma de inserção é contraditória se levarmos em conta que sua aplicação se dá num contexto em que a transformação no mundo do trabalho coloca limites a uma sociedade que vincula o trabalho ao assalariamento. A exigência da assinatura de um contrato por parte do beneficiário transfere a função reguladora do Estado para os cidadãos, deslocando a responsabilidade sobre a pobreza, das estruturas para os indivíduos. Além disso, introduz um caráter idealista às políticas sociais.

Assim, em todo o mundo, os programas de renda mínima vêm sendo discutidos e implantados como formas menos centralizadas e burocratizadas de distribuição de bens e serviços. Tais programas são considerados um avanço com relação ao Estado de bem-estar social na medida em que dissociam os benefícios da condição de empregado, criando,

³ O texto de C. Euzeby, presente em *Pauvreté, protection social, revenu minimum garanti* (Paris: Grenoble, 1988), é citado em Silva (1995).

⁴ O texto de S. Milano surge em “Le revenu minimum garanti: les idées, les faltes, la choix”, *Regards sur l'Actualité*, Paris, n.143, p.19-31, Juillet 1988, e é citado em Silva (1995).

segundo o argumento progressista, “uma nova forma de solidariedade social” e “fortalecendo a eficácia redistributivista do sistema de proteção social”. Além disso, ampliam a liberdade de escolha dos indivíduos dos serviços sociais e bens de acordo com seu grau de prioridade (Ramos, 1994).

Mas, como afirmou Draibe (1994), os programas de renda mínima não significam a eliminação dos outros programas sociais públicos, funcionando mais como uma renda adicional.

Segundo Silva (1995), as principais críticas que surgiram com relação aos Programas de Garantia de Renda Mínima são:

1. Tais programas não atacam o problema da exclusão social pela raiz. São considerados assistencialistas, conseguindo apenas atenuar o problema da pobreza no curto prazo. No longo prazo, tal problema pode ser até mesmo agravado.
2. Há desmobilização de lutas sociais pela busca de melhorias das condições de vida.
3. Não garantem a inserção no mercado de trabalho, por serem incapazes de, por si próprios, alavancarem novos empregos na economia.
4. Há ainda o perigo do incentivo ao não trabalho. Ao garantir uma renda mensal, esses programas criam uma dependência por parte dos beneficiados, que acabam se acomodando, não procurando alternativas para garantir sua renda.
5. Discute-se também até que ponto a liberdade de escolha dos indivíduos não acaba fazendo com que algumas necessidades básicas como alimentação, educação e saúde não sejam preenchidas.
6. Com relação aos custos, esses programas são considerados caros. Além dos gastos com a renda dirigida à família, outros se referem à burocracia necessária para distribuição, seleção e fiscalização dos beneficiados. Exigiriam, portanto, que se desviassem gastos de outros serviços essenciais, como saúde e educação, ou que se criassem novos tributos.
7. Os mecanismos de auferir renda são precários e incertos, o que acaba introduzindo desigualdades entre os beneficiados.

Uma outra crítica, levantada na pesquisa realizada pelo NEPP (1996), é a de que tais programas limitam o acesso dos beneficiários potenciais por falta de divulgação (informação), pelas suas exigências e burocratização excessiva, pela recusa dos critérios estabelecidos para acesso e por falta de condições materiais e pessoais dos beneficiários potenciais para fazerem uso do programa.

Programas de Garantia de Renda Familiar Mínima

Dentro desses programas de garantia de renda mínima surge a idéia de garantia de renda mínima familiar e não individual – “para garantir a alimentação básica dos seus membros, acesso aos equipamentos sociais básicos, ampliar as possibilidades de manter sob seus cuidados idosos ou familiares incapazes” (Draibe, 1994, p.113). Essa idéia se justifica quando se observa a situação da pobreza nos dias de hoje.

Atualmente, como afirmou Carvalho (1994, p.96), a família e a comunidade, entre os pobres, têm sido garantidas como “estratégia indispensável à sobrevivência material afetiva”. As condições de vida da marginalidade urbana fazem que essas famílias adotem como estratégias a solidariedade entre vizinhos e a inserção dos seus membros (chefes e crianças) no mercado informal de trabalho. Assim, a participação dos filhos no orçamento doméstico é essencial para garantir o consumo dessa classe social.

É nesse contexto que surge a necessidade de criação de políticas sociais que levem em conta a família e a comunidade. Ao garantir uma renda complementar às famílias, poder-se-ia liberar as crianças e jovens para que estes pudessem freqüentar escolas e cursos profissionalizantes, permitindo que se modifique a situação (o grau de instrução, de formação) da nova geração. Para Carvalho (1994), essa visão pode ser considerada como ponto de partida de “práticas sociais alternativas” e não, simplesmente, alternativas (sem eliminação das desigualdades). Assim, a política de garantia de renda familiar mínima pode ser considerada, para a autora, como um salto qualitativo no reconhecimento da cidadania para todos, por significar um rompimento com a cultura de tutela.

Além disso, segundo Draibe (1994), ao se levar em conta a unidade familiar como parâmetro da proteção, devem ser consideradas as diferenças na situação de pobreza derivadas dos diversos tipos familiares:

Na família domiciliar, em primeiro lugar, se juntam os rendimentos e dentro dela o consumo ocorre em comum, nivelando no seu interior, até certo grau, a satisfação das necessidades de seus membros. O relativo bem-estar ou pobreza da família dependerá assim, não apenas do nível de remunerações obtidas por alguns de seus componentes, mas também das características sócio-demográficas da família, em particular do seu tamanho e da distribuição sexo-idade de seus membros. (Draibe, 1994, p.111)

A Proposta de Philippe Van Parijs: Renda Básica de Cidadania

É preciso salientar que internacionalmente, no âmbito da BIEN – *Basic Income Earth Network*, Philippe Van Parijs tem defendido a idéia da Renda Básica de Cidadania, inspirado por duas questões ‘fontes’: a *primeira*, “Como lutar contra o desemprego nos países ricos sem contar com um crescimento econômico muito acelerado?” (Parijs, 2002, p.76), e a *segunda*, “Como se pode formular um projeto mobilizador para a esquerda sem abandonar os grandes ideais de emancipação e justiça social que motivaram, desde seu início, os movimentos socialistas e as esquerdas do mundo?” (ibidem, p.77).

Trata-se da proposta de possibilitar o acesso a uma Renda Básica Incondicional a todo cidadão, independente de quanto tenha de ingresso, “na forma de uma renda monetária concedida a todos incondicionalmente”, e “poderia ser completada com os diversos tipos de rendimentos que existem na sociedade...”; “com o desenvolvimento das forças produtivas, essa renda básica poderia aumentar gradualmente em termos absolutos e em termos proporcionais ao produto total...” (Parijs, 2002, p.78).

Parijs argumenta que tal opção é superior às políticas focalizadas, visto que não estigmatiza os recebedores, escapa da armadilha do clientelismo (inerente aos mecanismos seletivos do Estado) e facilita o controle social, prescindindo da pesada burocracia, consolidando a Renda Básica Incondicional no âmbito dos Direitos Sociais, fortalecendo a perspectiva da cidadania, dentro dos parâmetros sistematizados por Marshall (1967). A idéia é de um subsídio universal, comparando-o ao mínimo do poder político, o sufrágio universal. “Um elemento mínimo do poder econômico, não só do poder de compra, mas também do poder de negociação no contexto do seu trabalho” (Parijs, 2002, p.80), que permita ao(à) trabalhador(a) valorizar sua mão-de-obra, não se submetendo a qualquer tipo de trabalho.

Constituição do Sistema Social no Brasil

No Brasil, o processo de constituição de um sistema social se deu no período entre 1930 e 1945, seguindo as grandes transformações sócio-econômicas derivadas da passagem do modelo de desenvolvimento agro-exportador para o modelo urbano industrial. Nessa fase há um reordenamento do Estado, que passa a assumir papel ativo no desenvolvimento econômico e na garantia de educação, saúde, previdência, habitação popular, programas de alimentação e nutrição, saneamento e transporte coletivo (NEPP, 1994).

Assim, o padrão de cidadania desenvolvido nesse período tem por base o mercado de trabalho, rigidamente controlado pelo Estado. Segundo Santos (1987), ser cidadão significa ter carteira assinada e pertencer a um sindicato.

A esse respeito, Wanderlei Guilherme dos Santos (1987) vai chamar essa experiência de “cidadania regulada”, e José Murilo de Carvalho (2005) afirmará que a cidadania no Brasil começa “invertida”. Diante da ameaça de crescimento do movimento operário de identidade comunista no Brasil, Vargas se antecipa no reconhecimento dos Direitos Sociais, que foram consagrados na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com um déficit de reconhecimento dos Direitos Cíveis e Políticos na cidadania brasileira, estigmatizada profundamente por dois processos sócio-culturais: a escravatura e o colonialismo.

Durante as décadas de 1970 e 1980, marcadas pelo autoritarismo da ditadura militar, há uma grande expansão dos serviços sociais como forma de compensar a repressão e legitimar o regime político vigente. Principalmente a partir de meados dos anos 70, a rearticulação da sociedade civil leva a um aumento das demandas sociais, processo que, embora avance nos anos 80, começa a ser afetado pela crise econômica e do próprio Estado, sendo esta última um reflexo da onda Neoliberal internacional:

A opção pelo ajuste econômico no Brasil, como em outros países ... teve como conseqüências a estagnação do crescimento econômico e a precarização e instabilidade do trabalho, o desemprego e o rebaixamento do valor da renda do trabalho, com conseqüente ampliação e aprofundamento da pobreza. (Silva, 2004, p.23)

Assim, o clientelismo, a burocracia elevada, a instabilidade dos programas, a ineficiência e insuficiência com desperdício de recursos, a concorrência entre programas, o

distanciamento entre formuladores e beneficiários e a ausência de mecanismos de controle são algumas das características que marcam o sistema social na década de 1990. Não se consegue, portanto, alterar a estrutura desigual da sociedade brasileira.

Desenvolvimento histórico dos PGRM

Segundo Silva (2004), os PGRM passaram no Brasil por cinco momentos em seu processo de desenvolvimento:

O *primeiro* data de 1975, quando foi publicado o artigo “Redistribuição de Renda”, de autoria de Antônio Maria da Silveira, na *Revista Brasileira de Economia*. A proposta apresentada se baseava na idéia do Imposto de Renda Negativo,⁵ de autoria de Friedman (1962). Essas idéias influenciaram muito o projeto de lei nº 80/1991,⁶ apresentado pelo senador Eduardo Suplicy. O financiamento dessa proposta viria da substituição de outros já existentes (diagnosticados como ineficientes e fontes de desperdício),⁷ o que desencadeou no país a discussão em torno do tema.

Segundo Ramos (1994, p.10), “no caso específico do Brasil, a conveniência da implementação de uma renda mínima vem sendo justificada a partir de três argumentações”:

- 1) o programa de renda mínima, definido como um direito à cidadania, estabelece uma relação Estado-cidadão que não precisa de intermediários (os benefícios sociais deixam de ser utilizados como uma troca de favores entre o político e o eleitor);
- 2) as dificuldades encontradas por grande parcela da população em se inserir nos mercados formais de trabalho levam a uma expansão acelerada do setor informal da economia, onde os benefícios como aposentadoria, FGTS e seguro-desemprego, entre outros, não existem. A renda mínima torna-se, nesse caso, essencial. Ao ser generalizada a todos os setores, diminui os efeitos da falta de cobertura social dessa parcela excluída do mercado de trabalho.

⁵ A idéia do imposto negativo propõe que quem ganhe acima de um piso pague imposto de renda, e quem ganhe abaixo desse piso, receba uma renda em dinheiro. Trata-se, portanto, da utilização de um mecanismo de taxaço negativa.

⁶ Baseado na idéia de imposto de renda negativo, o programa beneficiaria as pessoas maiores de 25 anos que auferissem renda mensal inferior a 2,25 salários mínimos. A complementação monetária para cada indivíduo seria equivalente a 30 por cento da diferença entre seu patamar bruto e o patamar mínimo. Sua implementação seria gradual, tendo como critério a idade: inicialmente, seriam beneficiados os maiores de 60 anos, até que se atingissem todos os maiores de 25 anos.

- 3) a renda mínima é assumida aqui como uma forma de melhorar a distribuição de renda, dada a dificuldade de elevar os salários reais por meio da política social. Além disso, evita pressões com relação a aumentos salariais.

Outra característica não citada por Ramos é o efeito positivo sobre os setores produtores de bens de consumo das classes mais pobres (provocado pelo aumento da demanda).

O *segundo momento* foi inaugurado por Camargo (1991; 1993; 1995), que articula a idéia da Renda Mínima familiar à escolarização de filhos e dependentes em idade escolar: “Tratava-se de uma proposta de política social que, a curto prazo, amenizasse a pobreza e, a longo prazo, reduzisse a reprodução da pobreza” (Silva, 2004, p.89).

O *terceiro momento* ocorreu em 1995, com o início da realização de experiências municipais (Campinas e Ribeirão Preto) e no Distrito Federal (Brasília), seguidas de inúmeras outras. Em nível nacional, no contexto de estabilização da economia, o então presidente Fernando Henrique Cardoso substituiu o Plano de Combate à Fome e à Miséria (de Itamar Franco) pelo Programa Comunidade Solidária, com focalização conservadora, concentrando-se somente nos municípios considerados mais miseráveis e afastando a participação dos movimentos sociais.

Em 2001 inicia-se o *quarto momento*, caracterizado pela proliferação de programas do governo federal, realizados em parceria com os municípios – Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação –, e a expansão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e dos Benefícios de Prestação Continuada. Nesse clima, em 2002, o senador Eduardo Suplicy lança o livro *Renda da Cidadania: a saída é pela porta*, defendendo a substituição da Renda Mínima pela Renda de Cidadania e apresentando o Projeto de Lei 266/2001 ao Congresso Nacional.

O *quinto momento* se inicia com o advento do governo Lula, marcado por mudanças quantitativas e qualitativas para a construção de uma política pública de transferência de renda, das quais podemos destacar:

- a) prioridade no enfrentamento da fome e da pobreza, lançando-se o Programa Fome Zero;
- b) unificação de programas nacionais de transferência de renda existentes no Programa Bolsa-Família;

⁷ Segundo relatório do Banco Mundial, o Brasil gasta mal os recursos que aplica na área social. Os 20 por cento mais pobres ficam com 15 por cento dos gastos sociais, e os 20 por cento mais ricos acabam se beneficiando de 21 por cento dessas verbas. (*Folha de S. Paulo*. 28/04/96).

- c) incremento de recursos orçamentários destinados ao desenvolvimento de programas de Transferência de Renda;
- d) criação, em 2004, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, procurando integrar as ações de Assistência Social e do programa Fome Zero;
- e) sanção da Lei de Renda Básica de Cidadania, a partir do PL nº 266/2001, com proposta de implantação gradual da transferência de uma renda incondicional para todos. (cf. Silva, 2004, p.87-95)

2

Relatório da pesquisa

Resultados do questionário (*Survey*)

A faixa etária das mulheres pesquisadas distribuiu-se conforme descrito na Tabela 1: 30 por cento tinham de 18 a 34 anos, dois terços entre 35 e 59 anos e 3,5 por cento estavam acima dos 60 anos, revelando um contingente de avós que têm a responsabilidade pelos netos.

Tabela 1 – Faixa etária

Idades	Número	Percentual
18 a 24	33	5,5
25 a 34	153	25,4
34 a 44	259	43,0
45 a 59	136	22,6
60 ou mais	21	3,5
Total:	602	100,0 %

De acordo com a Tabela 2, de Escolaridade, dois terços possuem até o Ensino Fundamental; 16,6 por cento fizeram o ensino médio (completo ou não) e apenas uma das entrevistadas cursava o ensino superior. Oito de cada dez mulheres entrevistadas não estão estudando, e 6,8 por cento nunca estudaram. Estes dados revelam um baixo grau de escolaridade, certamente impedindo que a maioria delas ingresse em postos de trabalho com remuneração mais elevada que o salário mínimo.

Tabela 2 – Escolaridade

Escolaridade	Número	Percentual
Até 3ª série	91	15,1
4ª série	88	14,6
5ª a 7ª série	169	28,1
8ª série	55	9,1
1ª ou 2ª série Médio	34	5,6
3ª série Médio	66	11
Superior incompleto	1	0,2
Não respondeu	9	1,5
Total:	513	85,2 %

Tabela 3 – Situação escolar

Situação	Número	Percentual
Está estudando	44	7,3
Parou de estudar	501	83,2
Nunca estudou	41	6,8
Não respondeu	5	0,9
Total:	591	98,2 %

A grande maioria tem origem urbana (58,3%), e um pouco mais de um terço tem origem rural (35%).

Sete em cada dez mulheres entrevistadas moram em casa própria (70,4%), três em cada vinte moram de aluguel e um pouco mais de uma mulher em cada dez moram em lugar cedido ou emprestado (revelando o grau de solidariedade existente). Destaca-se que uma mulher em cada quatro entrevistadas mora em barracos ou cortiços (25%).

Tabela 4 – Condição de moradia

Condição	Número	Percentual
Própria	424	70,4
Alugada	94	15,6
Cedida/emprestada	66	11,0
Invasão/Ocupação de imóvel existente	5	0,9
Outras	6	1
Total:	599	99,5 %

Tabela 5 – Tipo de moradia

Tipo	Número	Percentual
Casa	443	73,6
Barraco	129	21,4
Cortiço	24	4,0
Outros	6	1,0
Total:	602	100,0 %

Tabela 6 – Religião

Religião	Número	Percentual
Católica praticante	213	35,4
Católica não praticante	152	25,2
Evangélica pentecostal	129	21,4
Evangélica não pentecostal	45	7,5
Umbandista	2	0,3
Candomblé	3	0,5
Espírita kardecista	7	1,2
Outra religião	13	2,2
Acredita em Deus, mas não tem religião	31	5,1
Não acredita em Deus	1	0,2
Não sabe	1	0,2
Não respondeu	4	0,7
Total:	601	99,8 %

Quase dois terços são de mulheres católicas, mais da metade das quais, praticantes. Uma mulher em cada quatro é evangélica. Pertencem a religiões afro-brasileiras menos de 1 por cento das entrevistadas, ao espiritismo kardecista 1,2 por cento, e a outras religiões 2,2 por cento. Ganha relevo o fato de uma em cada grupo de vinte mulheres (5,1 por cento) acreditar em Deus, mas não pertencer a nenhuma religião. Apenas uma mulher afirmou não acreditar em Deus.

Quanto ao Estado Civil, um pouco mais da metade (56,7%) convive com seu esposo (30,6%) ou companheiro (26,1%). E quatro em cada dez (43%) entrevistadas criam seus filhos sozinhas. Merece destaque o fato de quase uma em cada quatro ser mãe solteira (23,9%).

Tabela 7 – Estado civil

Situação	Número	Percentual
Casada no civil	184	30,6
Amigada/Casada sem registro	157	26,1
Solteira	144	23,9
Separada	82	13,6
Viúva	32	5,3
Não respondeu	1	0,2
Total:	601	99,8 %

Tabela 8 – Número de filhos

Número de filhos	Número	Percentual
1	39	6,5
2	139	23,1
3	144	23,9
4	123	20,4
5	60	10
6	36	6
7	26	4,3
8 ou mais	34	5,4
Não respondeu	5	0,9
Total:	601	99,8 %

Uma em cada quatro mulheres possui cinco ou mais filhos, acima da média do Distrito Federal. Três de cada quatro delas têm entre 1 e 4 filhos. Sete de cada dez crianças (72,9%) em idade apropriada estão fora da creche ou da pré-escola.

Tabela 9 – Crianças em creche ou pré-escola

Freqüente	Número de mães	Percentual
Sim	135	22,4
Não	439	72,9
Não respondeu	18	3
Total:	592	98,3%

É relevante que 64 por cento das mulheres que detêm a guarda dos filhos não contam com o pagamento da pensão alimentícia por parte do genitor. As razões são as mais diversas.

Gráfico 1 – Presença de filhos menores com a mãe e não com o pai

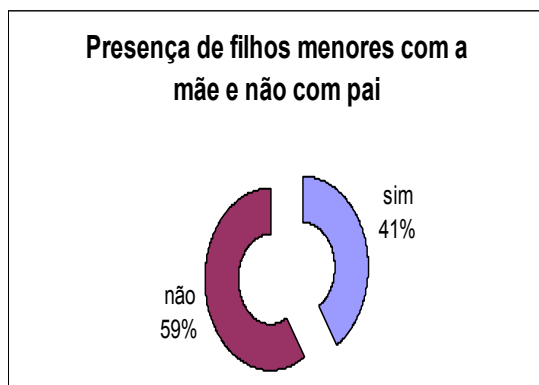
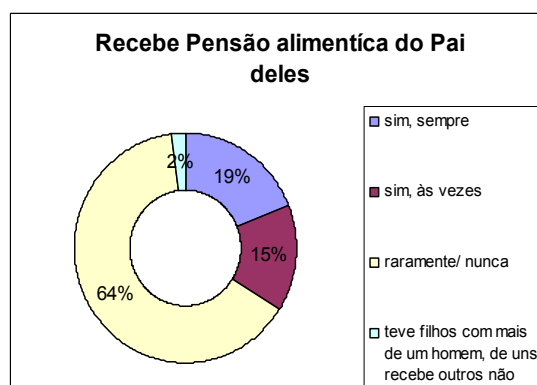
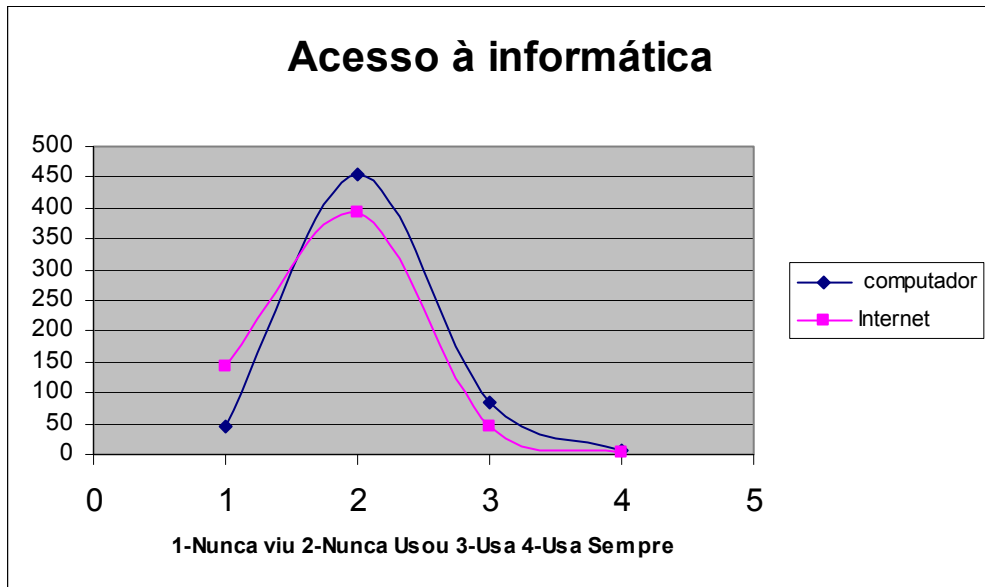


Gráfico 2 – Recebimento de Pensão alimentícia do pai



Finalmente, quando questionadas sobre o acesso à informática, revela-se o analfabetismo funcional: a esmagadora maioria não conhece ou nunca usou computador (83,3%) ou a Internet (89,2%).

Gráfico 3 – Acesso à Informática



Resultados dos programas

A iniciativa de participar dos programas foi fruto do protagonismo das beneficiárias (91,7%). Apenas um terço das entrevistadas gostam das reuniões do programa, nas reuniões focais, a informação é que não existem reuniões sobre os Programas. As reuniões das quais participam são da escola.

Gráfico 4 – Iniciativa para participação

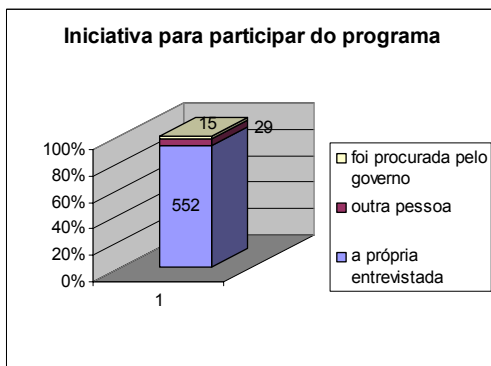
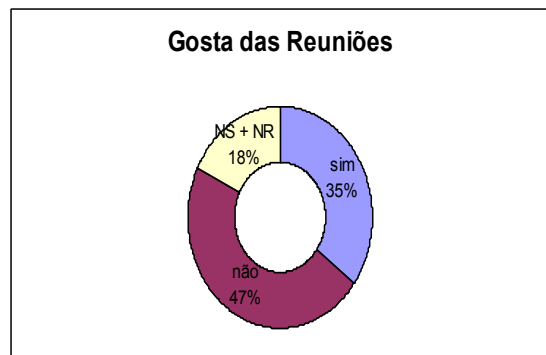
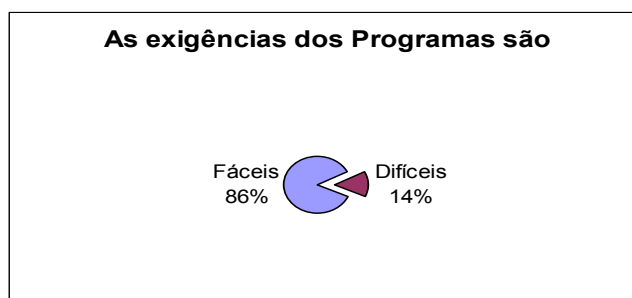


Gráfico 5 – Avaliação das reuniões



Em relação às exigências para participar dos programas, a ampla maioria acha fácil cumpri-las (86%).

Gráfico 6 – Avaliação das exigências dos programas



Uma mulher em cada vinte (5%) está fazendo melhorias em sua moradia, e três em cada quatro iniciaram essas melhorias depois do ingresso em algum dos programas de Renda Mínima.

Tabela 10 – Mudanças na moradia

Condição	Número	Porcentagem
Sim	30	5
Não	562	93,4
Subtotal:	592	98,4 %

Treze por cento das crianças ficavam nas ruas antes de serem atendidas pelo programa, e uma em cada dez apresentou dificuldades na escola, no retorno. Chama atenção, porém, o fato de que, antes dos programas, quase seis em cada dez já haviam sofrido reprovação e, agora, oito em cada dez passaram de ano.

O programa representa a principal renda para 17,9 por cento das famílias pesquisadas, e 85,7 por cento delas não recebem nenhuma outra ajuda institucional.

Relações de gênero

Quase dois terços das entrevistadas (63,8%) afirmam que a condição da mulher melhorou, todavia, menos que a metade (46,7%) constatam que têm mais ‘coisas boas’ em ser mulher, revelando que ainda há muito a conquistar.

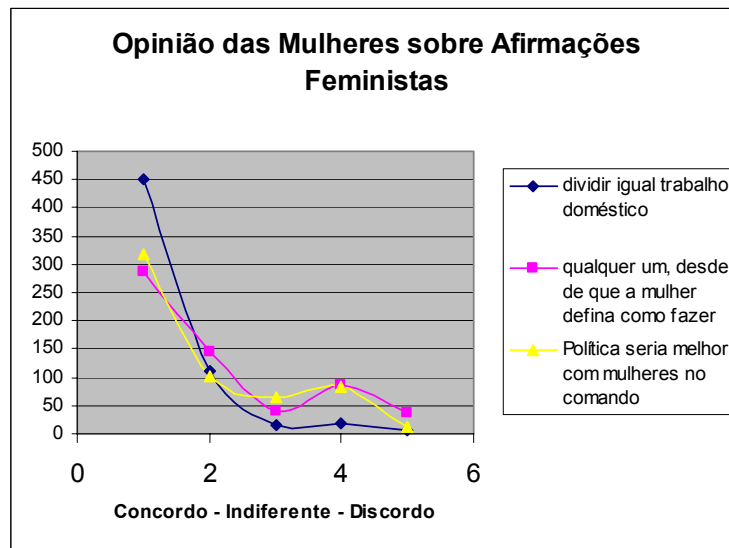
Praticamente um terço se assume feminista (32,2%), e a percepção do machismo é bastante clara para 9 em cada dez mulheres (93%).

Apenas 3 em cada vinte entrevistadas (15,3%) acreditam que as mulheres não estão preparadas para governar. A maioria absoluta, quase dois terços, acredita que as mulheres estão preparadas para governar a cidade, o estado e o país. E esses dados não diferem significativamente da pesquisa “A mulher brasileira nos espaços públicos e privados”, realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2001 (disponível em www.fpa.org.br).

Aproximadamente o mesmo percentual de mulheres, se pudesse escolher livremente, escolheria entre ter um emprego e trabalhar fora de casa (42,9%) ou dedicar-se mais às atividades de casa e à família (39,9%).

Quando convidadas a darem sua opinião sobre afirmações que revelam um posicionamento feminista, tais como a “divisão igualitária do trabalho doméstico entre homem e mulher”, ou sobre “quem deve decidir o que fazer”, ou ainda “se o mundo seria melhor se as mulheres estivessem no comando”, as opiniões foram bastante convergentes, como se pode observar no Gráfico 7, merecendo destaque a grande aprovação da divisão igualitária do trabalho doméstico (93%).

Gráfico 7 – Opinião das entrevistadas sobre afirmações feministas

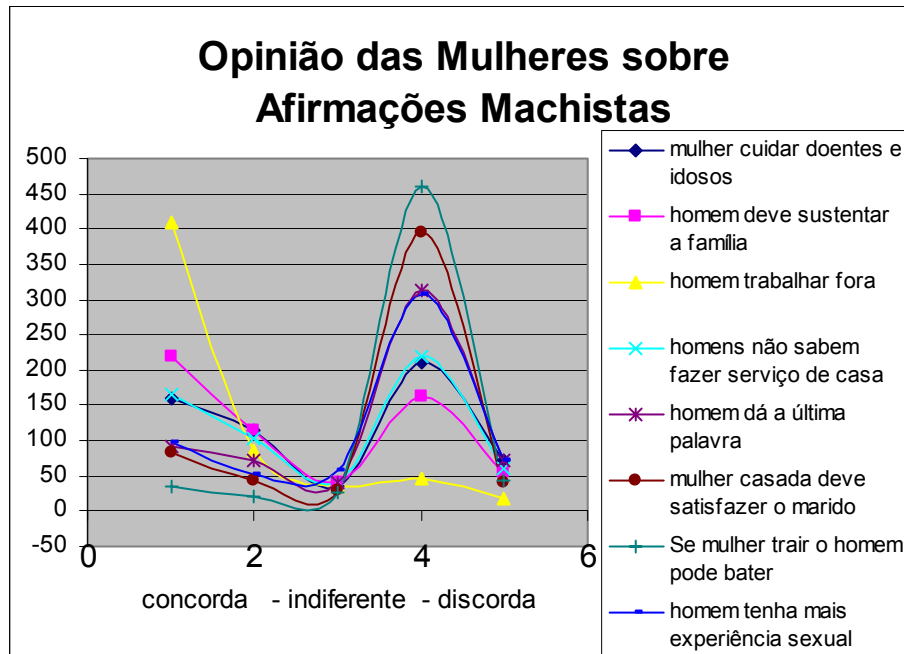


O consenso é menor quando as entrevistadas são convidadas a opinar sobre afirmações machistas. O grau de dispersão e divergência é um pouco maior, em que pese a concordância geral com o rumo que as respostas assumiram em sua maioria. As questões foram estas:

- A mulher é que deve cuidar dos doentes e idosos?
- O homem é quem deve sustentar a família?
- O homem é quem deve trabalhar fora?
- Homens não sabem fazer o serviço de casa?
- O homem deve dar a última palavra em decisões importantes?
- Mulher casada deve satisfazer sexualmente o marido?
- Se a mulher trair, o homem pode bater?
- É necessário que o homem tenha mais experiência sexual?

A afirmação que mais se distanciou das outras respostas foi que o homem deve sustentar a família (por mais que quase 50 por cento delas não contem com um homem dentro de casa).

Gráfico 8 – Opinião das entrevistadas sobre afirmações machistas



Participação política

A relação com a política apresenta um quadro de descrença na possibilidade de as mulheres influenciarem na política, mesmo reconhecendo a importância desta em suas vidas.

Gráfico 9 – Relação das mulheres com a política (1)

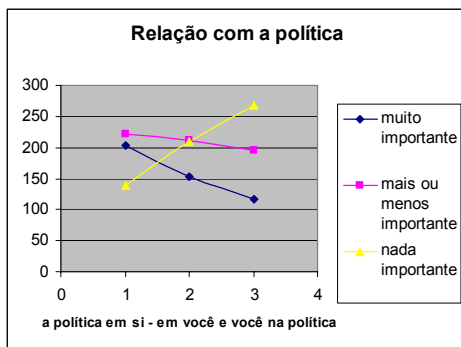
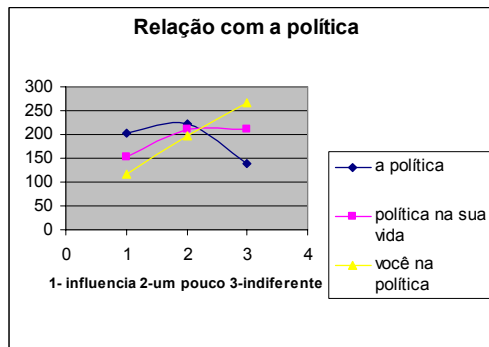
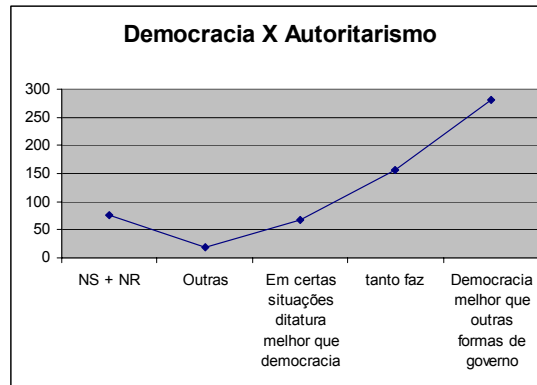


Gráfico 10 – Relação das mulheres com a política (2)



Quase a metade (46,8%) acredita que a democracia é melhor, enquanto as demais 38 por cento vêm a questão com indiferença, ou não sabem, ou não responderam.

Gráfico 11 – Adesão à democracia



Mais de dois terços se posicionam como de centro-direita, resposta esta coerente com a escolha do espectro partidário. O número das que não se posicionaram (16,1%) praticamente equivale ao daquelas que responderam associando-se à esquerda. Samambaia é uma cidade onde os partidos de centro-direita geralmente obtêm cerca de 60 por cento dos votos válidos (ver dados das eleições de 2004). As que se posicionaram à direita não têm preferência por partidos, ou votam em pessoas, como se observa na Tabela 12 (38%).

Tabela 11 – Posicionamento político

Posicionamento	Número	Percentual	Agrupado
1 – esquerda	32	5,3	
2	37	6,1	17,7
3	38	6,3	
4 – centro	162	26,9	26,9
5	52	8,6	
6	50	8,3	39,2
7 – direita	134	22,3	
8	27	4,5	
Não sabe	53	8,8	
Não respondeu	17	2,8	
Total:	602	100,0 %	

Gráfico 12 – Posicionamento político

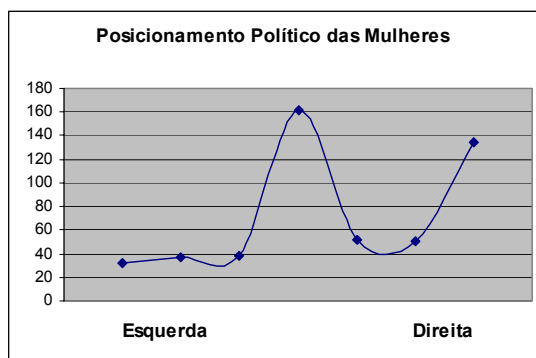
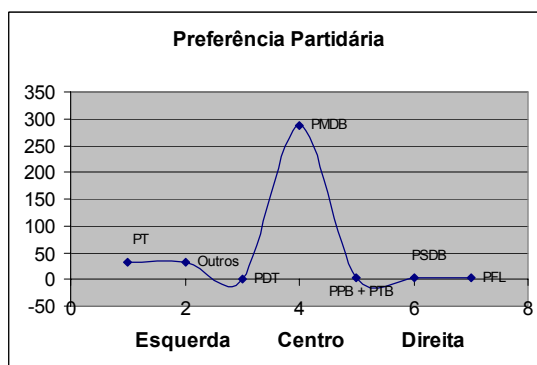


Tabela 12 – Preferência partidária

Partido	Número	Percentual
PT	33	5,5
Outros	31	5,1
PDT	1	0,2
PMDB	287	47,7
PPB + PTB	2	0,4
PSDB	3	0,5
PFL	4	0,7
Subtotais	361	60,1
Nomes	106	17,6
Nenhum	123	20,4
Não sabe	5	0,9
Não respondeu	7	1,2
Total:	602	100,0 %

Gráfico 13 – Preferência partidária



A preferência majoritária das mulheres pesquisadas (80%) consiste em votar em pessoas. Fica patente a diferenciação de gênero, quando se cruza este dado com o posicionamento político.

Gráfico 14 – Preferência para votar

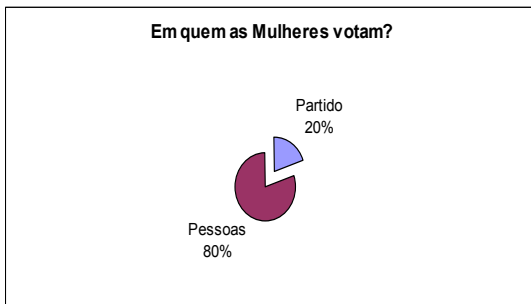
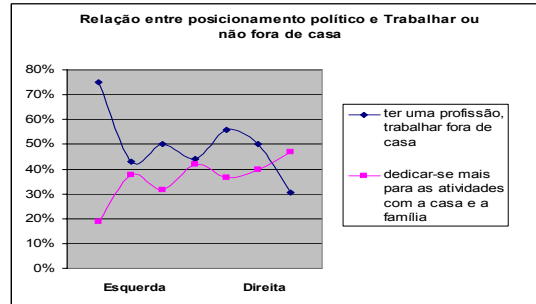
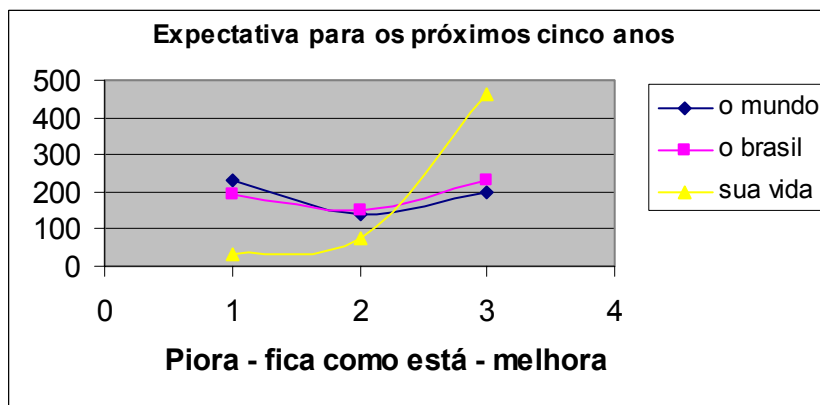


Gráfico 15 – Posicionamento político e Feminismo



Apesar da descrença na política, há expectativa positiva para a vida das mulheres nos próximos cinco anos, expressada por mais de três quartos das entrevistadas, bem acima da que elas têm em relação ao mundo (cerca de um terço) ou ao Brasil (pouco mais de um terço). Vale ressaltar que as pesquisas foram realizadas no auge da crise do ‘mensalão’, que envolvia escândalos no Congresso Nacional e foi largamente noticiado pela grande imprensa brasileira.

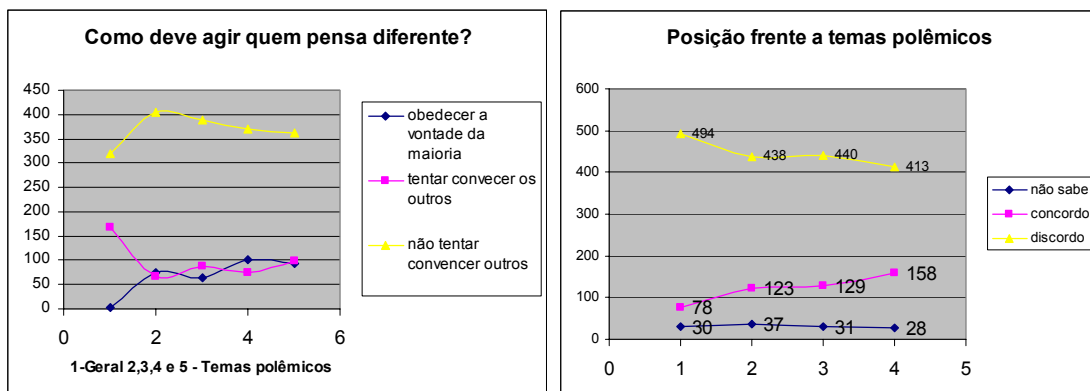
Gráfico 16 – Expectativa de futuro



Em relação à tolerância a pensamentos diferentes da maioria, percebe-se que no geral ela existe, porém, quando se toca concretamente nas temáticas, revela-se o desejo de não permanecer exposta ao debate. Os temas abordados foram estes:

- 1) descriminalização do aborto (82,1% discordam);
- 2) união civil de pessoas do mesmo sexo (72,8% discordam);
- 3) homens são superiores às mulheres (73,1% discordam);
- 4) pena de morte (68,6% discordam).

Gráfico 17 – Ação de quem pensa diferente **Gráfico 18 – Posição diante de temas polêmicos**

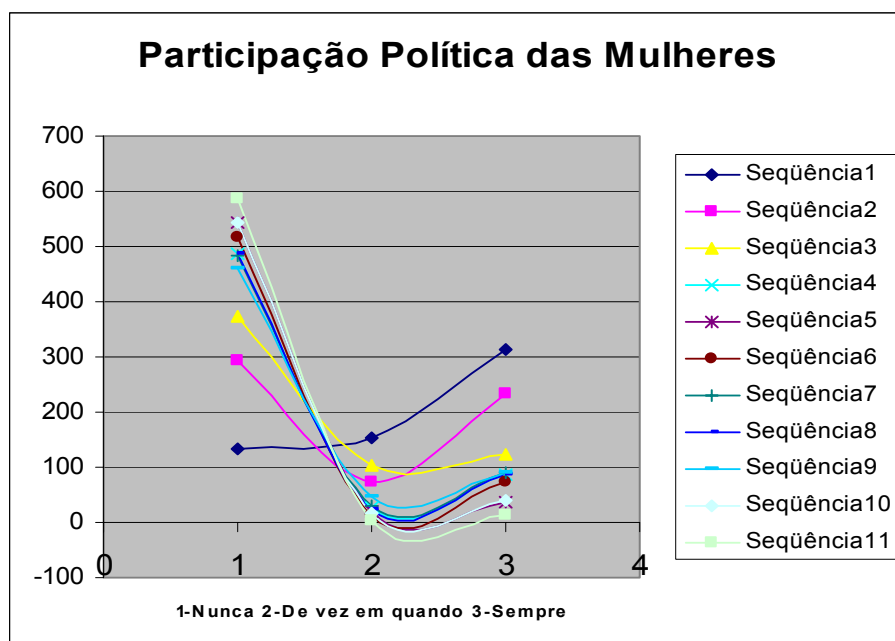


Quanto à participação política, as práticas mais desenvolvidas pelas mulheres sempre ou esporadicamente são (seqüência 1) ler ou assistir a noticiário sobre política (77,5%); (seq. 2) conversar com outras pessoas sobre política (51,5%) e, no período eleitoral, (seq. 3) tentar convencer alguém de seu candidato (37,8%).

Outras ficam entre 14 e 23 por cento: (seq. 9) assina manifestos de protestos ou de reivindicações (23%); (seq. 7) faz trabalho voluntário para candidatos nas eleições (19,9%); (seq. 4) participa de reunião para resolver problemas da quadra (19%); (seq. 6) participa de reuniões de partidos políticos (14,2%); e (seq. 8) faz pedidos para funcionários públicos (18,6%).

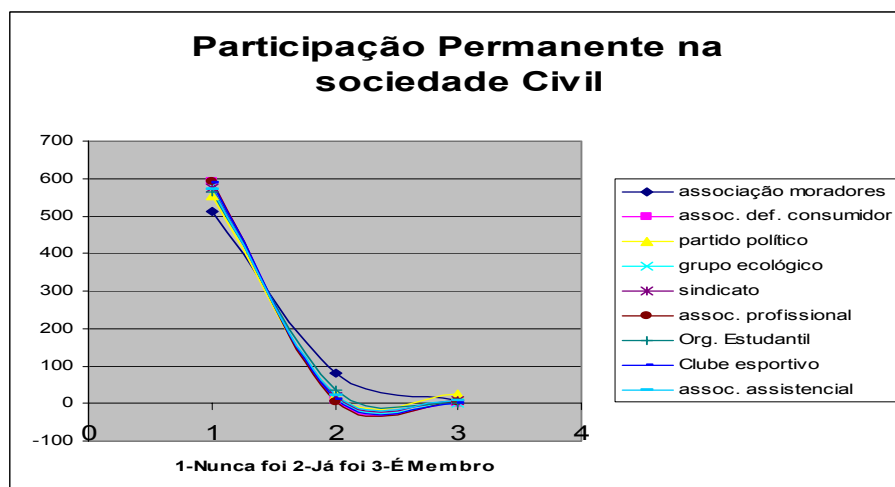
As que contam com menor participação são (seq. 5) mobilizar-se em torno de alguma causa social (9,6%); (seq. 10) de manifestações contra o governo (9,3%); ou (seq. 11) participar de alguma outra atividade política (2,5%).

Gráfico 19 – Participação política das mulheres



A participação permanente em organizações da sociedade civil é muito baixa. Os índices mais relevantes estavam relacionados à participação em associações de moradores (14,5%), partidos políticos (7,8%) e grêmios estudantis (6,3%). Na sua grande maioria, as respostas concentraram-se na opção “já foi membro”; apenas no caso de partido político o número das que afirmam “sou membro” é maior (4,3%).

Gráfico 20 – Participação das mulheres na sociedade civil



3

Resultados e análises

Resultados da pesquisa realizada nos grupos focais

A pesquisa por meio de grupos focais foi realizada logo após as entrevistas individuais. A técnica utilizada foi o *sociodrama*, criado por Jacob Levy Moreno (1992). Após a apresentação dos objetivos e o estabelecimento de um contrato de convivência, fez-se um rápido momento de integração, para criar e fortalecer um clima de confiança. Em seguida, houve o aquecimento, em que as participantes foram levadas a pensar sobre o significado do programa para elas, enquanto mulheres. Na seqüência, foram oferecidos objetos intermediários para facilitar a expressão do significado e permitir a exploração de outras informações, que sob a forma verbal estariam sob controle racional.

Foram realizadas dezoito reuniões com grupos focais, conforme cronograma apresentado na Tabela 13, com registro fotográfico, audiovisual e por escrito de todas as sessões realizadas. Esse material está sob a guarda deste mestrando.

Ao todo, 215 beneficiárias participaram, representando mais de um terço (36%) das mulheres entrevistadas com o questionário. Destas que compareceram, um pouco mais da metade recebia o Programa Renda Minha (54%); em seguida vinha o número das que recebiam o Renda Minha e o Bolsa-Escola Federal (20%); logo depois, as que recebiam o Bolsa Família (16%). É preciso esclarecer que esse foi o período da troca de cartões, em razão do processo de unificação de programas promovido pelo governo federal, fato que gerou grande interesse na compreensão de como funcionava cada programa. A maioria das mulheres afirmou ser a primeira vez que participavam de uma reunião sobre o Programa Renda Minha.

Tabela 13 – Cronograma de reuniões dos grupos focais

<p>1. DATA: 27/08/05, Sábado, Início: 9:40h, Término: 11:00h EVENTO: 1ª Reunião com o grupo pesquisado por Laneque LOCAL: QR 206, Conjunto 02, Casa 01 PESQUISADORA: Laneque Nº de participantes: 8</p>
<p>2. DATA: 28/08/05, Domingo, Início: 10:30h, Término: 11:30h EVENTO: 1ª Reunião com o grupo pesquisado por Ivone LOCAL: Paróquia Maria de Nazaré, QN 316, Samambaia Sul PESQUISADORA: Ivone Nº de participantes: 16</p>
<p>3. DATA: 28/08/05, Domingo, Início: 14:10h, Término: 15:15h EVENTO: 1ª Reunião com grupo de mulheres LOCAL: Paróquia Maria de Nazaré, QN 316, Samambaia Sul PESQUISADORA: Maria de Lourdes Nº de participantes: 18</p>
<p>4. DATA: 28/08/05, Domingo, Início: 17:14h, Término: 18:15h EVENTO: Reunião com o grupo de mulheres pesquisadas por Camila LOCAL: Paróquia Santo Inácio de Loyola, Samambaia Sul PESQUISADORA: Camila Nº de participantes: 7</p>
<p>5. DATA: 03/09/05, Sábado, Início: 8:45h, Término: 10:00h EVENTO: Reunião com as pesquisadas de Natália LOCAL: QR 112, Conjunto 08, Casa 19, Samambaia Sul PESQUISADORA: Natália Nº de participantes: 11</p>
<p>6. DATA: 03/09/05, Sábado, Início: 10:30h, Término: 11:45h EVENTO: Reunião com o grupo de mulheres pesquisadas por Adriana LOCAL: QR 305, Conjunto 15, Casa 10, Samambaia PESQUISADORA: Adriana Nº de participantes: 16</p>
<p>7. DATA: 03/09/05, Sábado, Início: 14:58h, Término: 16:07h EVENTO: Reunião com o grupo pesquisado por Denise LOCAL: Escola Classe 423 PESQUISADORA: Denise Nº de participantes: 7</p>

<p>8. DATA: 03/09/05, Sábado, Início: 17:20h, Término: 18:10h</p> <p>EVENTO: Reunião Grupo Tainara</p> <p>LOCAL: QR 206, Samambaia Sul</p> <p>PESQUISADORA: Tainara</p> <p>Nº de participantes: 6</p>
<p>9. DATA: 04/09/05, Domingo, Início: 10:45h, Término: 11:50h</p> <p>EVENTO: Reunião com o grupo pesquisado por Lúcia</p> <p>LOCAL: QR 311, Conj. 1, Casa 9, Samambaia</p> <p>PESQUISADORA: Lúcia</p> <p>Nº de participantes: 16</p>
<p>10. DATA: 04/09/05, Domingo, Início: 14:35h, Término: 15:40h</p> <p>EVENTO: Reunião Grupo Alice</p> <p>LOCAL: QR 120, Samambaia Sul</p> <p>PESQUISADORA: Alice</p> <p>Nº de participantes: 11</p>
<p>11. DATA: 04/09/05, Domingo, Início: 17:20h, Término: 18:35h</p> <p>EVENTO: Reunião com o grupo de mulheres pesquisadas por Gicele</p> <p>LOCAL: QR 305, Conjunto 05, Casa 13, Samambaia Sul</p> <p>PESQUISADORA: Gicele</p> <p>Nº de participantes: 19</p>
<p>12. DATA: 05/09/05, Segunda-feira, Início: 18h36, Término: 19h15</p> <p>EVENTO: Reunião com o grupo de mulheres pesquisadas de Samambaia</p> <p>LOCAL: Paróquia Santa Luzia, Samambaia Sul</p> <p>PESQUISADORA: Juliana</p> <p>Nº de participantes: 10</p>
<p>13. DATA: 06/09/05, Terça-feira, Início: 19:05h, Término: 19:50h</p> <p>EVENTO: Reunião com o grupo pesquisado por D. Iolanda e Ítria</p> <p>LOCAL: Escola Classe 604, Samambaia</p> <p>PESQUISADORA: D. Iolanda e Ítria</p> <p>Nº de participantes: 13</p>
<p>14. DATA: 07/09/05, Quarta-feira, Início: 10:20h, Término: 11:20h</p> <p>EVENTO: Reunião Grupo Eleuza</p> <p>LOCAL: Paróquia Maria de Nazaré, Samambaia Sul</p> <p>PESQUISADORA: Eleuza</p> <p>Nº de participantes: 8</p>

<p>15. DATA: 08/09/05, Quinta feira, Início: 17:45h, Término: 19:08h</p> <p>EVENTO: Reunião com o grupo pesquisado por Eugênia</p> <p>LOCAL: QR 312, Conjunto 07, Casa 14, Samambaia Sul</p> <p>PESQUISADORA: Eugênia</p> <p>Nº de participantes: 8</p>
<p>16. DATA: 10/09/05, Sábado, Início: 10:45h, Término: 11:50h</p> <p>EVENTO: Reunião com o grupo pesquisado por Patrícia</p> <p>LOCAL: QR 313, Conj. 10, Casa 26, Samambaia</p> <p>PESQUISADORA: Patrícia</p> <p>Nº de participantes: 9</p>
<p>17. DATA: 10/09/05, Sábado, Início: 15:00h, Término: 16:00h</p> <p>EVENTO: Reunião com o grupo pesquisado por Florilda</p> <p>LOCAL: Paróquia QR 327</p> <p>PESQUISADORA: Florilda</p> <p>Nº de participantes: 16</p>
<p>18. DATA: 10/09/05, Sábado, Início: 17:30h, Término: 18:30h</p> <p>EVENTO: Reunião com o grupo pesquisado por Núbia e Paloma</p> <p>LOCAL: Sub-Administração, Salão do Centro Comunitário da Expansão, Samambaia Norte</p> <p>PESQUISADORA: Paloma/Núbia</p> <p>Nº de participantes: 16</p>

Gráfico 21 – Presença nas reuniões dos grupos focais



Os objetos apresentados para todos os grupos foram os mesmos, justamente para que se pudesse avaliar o significado que eles adquiriram em cada reunião. Na Tabela 14 estão listados os objetos mais escolhidos e os significados mais freqüentes que tiveram.

Gráfico 22 – Programas dos quais as mulheres participam

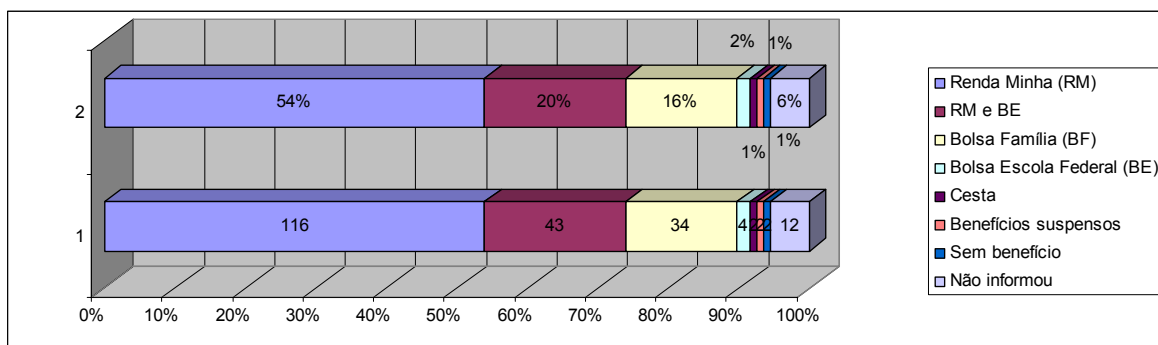


Tabela 14 – Significados dos objetos escolhidos

Objeto Escolhido	Frequência	Significados
Boneca	17	“Representa os filhos. Agora quando os filhos pedem alguma coisa eu posso comprar: roupa, lápis, caderno.” “As crianças ficam mais animadas para irem à escola.” “O Renda Minha entrou na minha vida no momento que eu precisava.” “O (dinheiro do) dia que eu trabalho é meu e o Renda Minha é dos meus Filhos.” “Serve para terminar a casa.” “Representa criança que passa(va) fome e que já não passa mais.” “Representa pra mim alegria, o dia que recebo o Renda Minha é alegria para minha família.”
Chave	16	“Lembre que pegamos o dinheiro só que temos que trabalhar também.” Os nossos filhos também devem ter uma ocupação.” “Moro de favor. Não consigo emprego e o RM me ajuda.” “Tá lá no Banco para ninguém pegar o dinheiro. Só eu posso pegar.” “As chaves representam que o Bolsa Escola abriu as portas pra mim.” “Me ajuda apesar de não ser muito.” “Significa que é um começo, oportunidade, as crianças se interessam mais pela escola. Porta que se abre.” “O estudo acaba sendo ajuda familiar.” “O Bolsa Família foi uma chave para mim que não tinha saída nenhuma.”
Calculadora	14	“Posso calcular o tanto que esta renda me ajuda.” “É para somar as contas, o Renda Minha é tudo, sem ele...? Moro na invasão.” “Faço orçamento para ver o quanto vou gastar.” “Devemos ter controle.” “Para calcular direitinho. Não podemos extrapolar.” “Calcular para não gastar com besteiras.” “Representa multiplicação não só para mim, mas para todos. Evoluindo cada vez mais, tem muitos necessitados ainda.” “Faço contas sobre quanto estou devendo e vou pagar com o RM. Mas não dá para pagar. Eu prefiro trabalhar.”
Bolsa	13	“É ótimo. É a bolsa que era vazia antes. Hoje tem uns trocadinhos. É pouco mas é a única renda que eu tenho.” “O Renda Minha ajuda muito.” “Significa pegar o Renda Minha.” “Coloco na bolsa e vou pagar o gás e a comida.” “Significa muita esperança para gente. Muitas mulheres não trabalham.”

Cruz	12	“Agradeço a oportunidade do Governo.” “Não vivemos sem a cruz. Os meninos não faltam mais aula. Agradeço muito a Deus.” “Deus me ajude para todas as vezes o dinheiro esteja lá.” “A Bolsa Escola abriu uma porta para mim.” “Compro muitas coisas para meus filhos. Meu filho estava com o sapato rasgado. Por isso agradeço todos os dias.”
Relógio	10	“Benefício pontual. O dinheiro no dia certo está lá.” “Representa boas horas que Deus colocou meus filhos na escola.” “Regula bem a vida.” “O dinheiro chegou em boa hora.”
Brinquedo de montar	9	“Luto muito, continuo quebrando a cabeça e lutando.” “Com essa ajuda você pode comprar alimentos e brinquedos.”
Caixa de óculos	9	“Caixa é pequena mas significa muito, assim como o RM. Ajuda muito.” “Meus filhos não faltam aula, tem mais disposição para ir a escola.” “Para fazer o óculos se meu filho precisar, com o dinheiro do Renda Minha.” “Ajuda na auto estima da mulher. Não depender dos homens. Quem não tem emprego que ficar pedindo ao marido.”
Coração	9	“Meu coração tem que ser aberto para a família. Representa uma coisa muito boa. (Sobre os programas).” “O Renda Minha está no coração de quem recebe.” “O coração representa o amor que eu tenho por aqueles que se dedicam ao Renda Minha.” “Quero que Deus abençoe quem me ajudou a receber o Renda Minha, que é o Roriz.” “O dinheiro é pouquinho mas dá para muita coisa.”
Óculos	8	“Porque necessito do Renda Minha. Sem ele você passa dificuldades.” “Para enxergar melhor o dinheiro que estamos ganhando.” “Para enxergar bem as coisas. Compro coisas para os meninos.” “Visão além do alcance. Saiu quando justamente eu mais precisava.”
Pote de creme	8	“O Renda Minha significa um pouco mais de conforto para meus filhos.” “O Renda minha é importante e me ajuda muito.” “O frasco de creme representa que agora compro as coisas para os filhos.” “Vende produtos de beleza. Ajuda a filha a pagar curso para ela.”
Cadeado	7	“Representa o que o Bolsa Família faz comigo, me sinto segura, estamos desempregados e representa segurança.” “Significa segurança, o Bolsa Família trás segurança.” “Ajudou quando eu mais precisava, falta emprego! Ajuda em casa, e na construção da casa.”
Calendário	7	“Representa o dia de receber o Renda Minha, nunca esqueço. Senão perco meus compromissos.” “O Renda Minha ajuda em casa e na escola.” “Conto os dias para receber e comprar coisas para os filhos.” “É importante o calendário para ver a data de receber o Renda Minha e BE. O que eu não podia comprar agora com essa ajuda posso.”

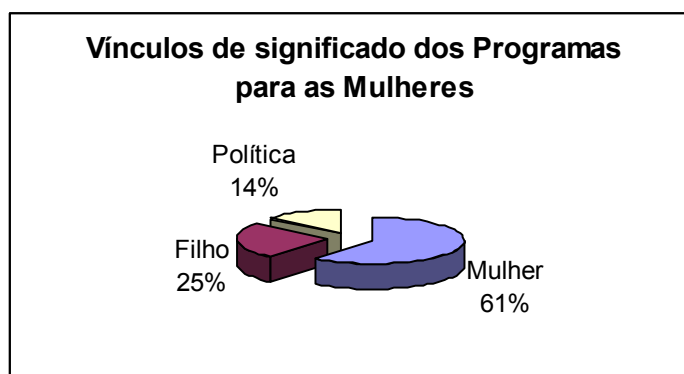
Carteira com Calculadora	7	“Serve para guardar dinheiro. Para todas as mães a ajuda é grande para o material e uniforme.” “Ajuda grande. Antes tinha a Cesta e pedi para mudar p/BF. Paguei dividas atrasadas.” “Com ela posso calcular o quanto eu gasto.” “Dinheiro contado e para pagar um curso de computação para o filho.”
Coco	7	“Representa alimentação. Garante a alimentação.” “Seja mais panela cheia.” “Representa um copo. Todos os dias de manhã tem leite para os meninos, não falta. Graças o Renda Minha.” “Representa alimento. É nisso que o Renda Minha me ajuda.” “Vira um belo artesanato. É um complemento para a nossa ajuda financeira. Serve muito para o esposo para complementar a renda financeira de casa.”
Sem objeto	6	“Quando tirei o dinheiro, tinha uma mulher acabando com o Roriz. Acho que uma pessoa dessa é mal agradecida. O Renda Minha foi uma bênção na minha vida.” “É bom o RM, mas não é o suficiente. Deveria se estender até o Ensino Médio, por causa das inúmeras dificuldades.”
Brinquedo de peixinho	5	“Feliz, sou feliz por receber o Renda Minha.” “Assim como o peixe precisa da água para viver assim os pobres dos Programas. Boa a atitude do Governo.” “Única ajuda que eu tenho. Que venha se multiplicar e atender outras pessoas e países. Estão de parabéns.” “Adoro criança. Compro brinquedo para meu filho com do dinheiro do RM e ele fica contente.” “Meus filhos gostam muito de peixe, por isso com o dinheiro compro para agradar os filhos.”
Isqueiro	5	“Representa luz, o Renda Minha representa luz.” “O meu marido está desempregado, por isso o Renda Minha significa muito.” “Uma ajuda boa, uma idéia.” “O fogo representa a luz e o RM é a luz para muitas mulheres aqui. Representa força para gente.”
Carimbo	4	“Sou grata, sou satisfeita. O carimbo marca documento, a secretaria usa. Sou grata pelo Bolsa Escola.” “Controlar e seguir em frente, receber mais.”
Corrente	4	“Significa jóia. Que Deus abençoe quem teve esta idéia.”
Leque	4	“O Renda Minha não resolve tudo, mas dá um refrigério como o leque.” “Quando estamos sufocados usamos o leque. O RM me tira do sufoco. Ameniza mais.”
Roda	4	“O carro não anda sem a roda. E nós temos essa ajuda para não ficar parada. O dinheiro ajuda nas compras de casa e remédio.” “A roda é um objeto concreto, e o único dinheiro que é meu é o Renda Minha, o único que eu pego.” “Descia de pé para creche. Através da Renda Minha pode pagar uma Kombi e chegar na hora.”
Vela	4	“A vela branca significa paz, luz para me ajudar a criar meus filhos. Assim como a vela vai acabar, também o RM, mas continuo lutando.” “Representa paz, o Bolsa Escola é gratificante. Foi uma luz divina.”

Vidro de Perfume	4	“Porque árvore dá flores, e da flor se faz o perfume. O perfume não deixa sufocar. O Renda Minha a gente não fica sufocada com as dívidas.” “Representa um círculo para não acabar, para passar um para outro quando precisa.” “Como se ficasse mais leve a vida com o Bolsa Família, assim com o perfume.”
Bate-bate	3	“Não ajuda em tudo mas é bom. Ajuda quem não tem estudo, nem emprego.”
Brinquedo	3	“Representa um chaveiro para uma porta de emprego, esse é meu objetivo.”
Gancho	3	“Parece um S, mas é um gancho. Não tenho emprego e o Renda Minha é um gancho. Prende as pessoas, mas devemos trabalhar não ficar dependentes.” “Ele é forte, dura mais. Tem a ver com o Renda Minha, quero que dure. O gancho serve para pendurar a bolsa com o dinheiro.”
Desodorante Rolon	3	“O Renda Minha é de grande serventia.”
Caneta, Fita adesiva e Grampeador	3	“Compro material com o dinheiro do Renda Minha, que eles levam para a escola.”
Lanterna	2	“Estou desempregada e o programa chegou no momento certo. É a luz no fim do poço.”
Saca-rolha	2	“Representa abrir as portas que estavam fechadas.”
Barco	1	“É como o barco o RM, não pode deixar afundar. Tem muita família que precisa.”
Brinquedo vermelho	1	“Quando não recebia passava muito sufoco.”
Presilha	1	“Projeto de vida melhor para os filhos.”
Total:	215	

Dos significados, pode-se perceber que eles se referiam a três vínculos básicos: o significado que o programa assumia para a vida da própria mulher; o significado que assumia na relação com seus filhos (e a família, por extensão); e o sentido político que adquiria em relação ao Estado (governo). Para esta análise utilizou-se o conceito de *redundância*, que caracteriza vínculos interacionais construídos e de significado relevante (Watzlawick, 1993).

No âmbito desses três vínculos principais, fez-se a classificação dos principais significados-sínteses que os objetos escolhidos adquiriram para as mulheres participantes dos grupos focais.

Gráfico 23 – Vínculos relevantes em relação aos programas



A percepção é de que os programas têm um significado importante para elas mesmas (61%), pois mudam suas vidas, pelo fato de tirá-las do ‘sufoco’ da responsabilidade pela sobrevivência do grupo familiar, marcadamente dos filhos. A mulher é quem mais se onera e se mobiliza para superar as carências da casa, ainda mais num grupo em que praticamente uma em cada duas mulheres cria os filhos sozinha.

Em segundo lugar vêm os significados assumidos pelos programas em relação aos filhos (25%), no sentido de animá-los à freqüência na escola, tendo suas necessidades básicas satisfeitas: alimentação, vestuário, transporte e material escolar. O dia de receber o benefício social é aguardado por todos, especialmente pelos filhos que dão motivo à inclusão no programa, pois estes têm interesse em saber como será gasto o recurso.

Em terceiro lugar em nível de incidência e importância está a relação política (14%) com o governo (ou Estado). A fragilidade institucional, agregada à falta de informação e de controle social por parte das beneficiárias, cria um medo constante de serem ‘cortadas’. Para que o programa não acabe, nem elas sejam excluídas, a relação que se estabelece é de gratidão ao Estado como um ente abstrato. Surgem “Parabéns àqueles que fazem este programa”, ou a personalização do Estado na pessoa de seu governante: “Quero agradecer muito a Roriz, por ter me dado este benefício”. Nessa relação, os critérios de acesso ao programa e o acompanhamento das exigências a ele vinculadas perdem o valor. É um favor, uma dívida que se tem junto ao governante de plantão.

Gráfico 24 – Significados dos programas para as próprias mulheres

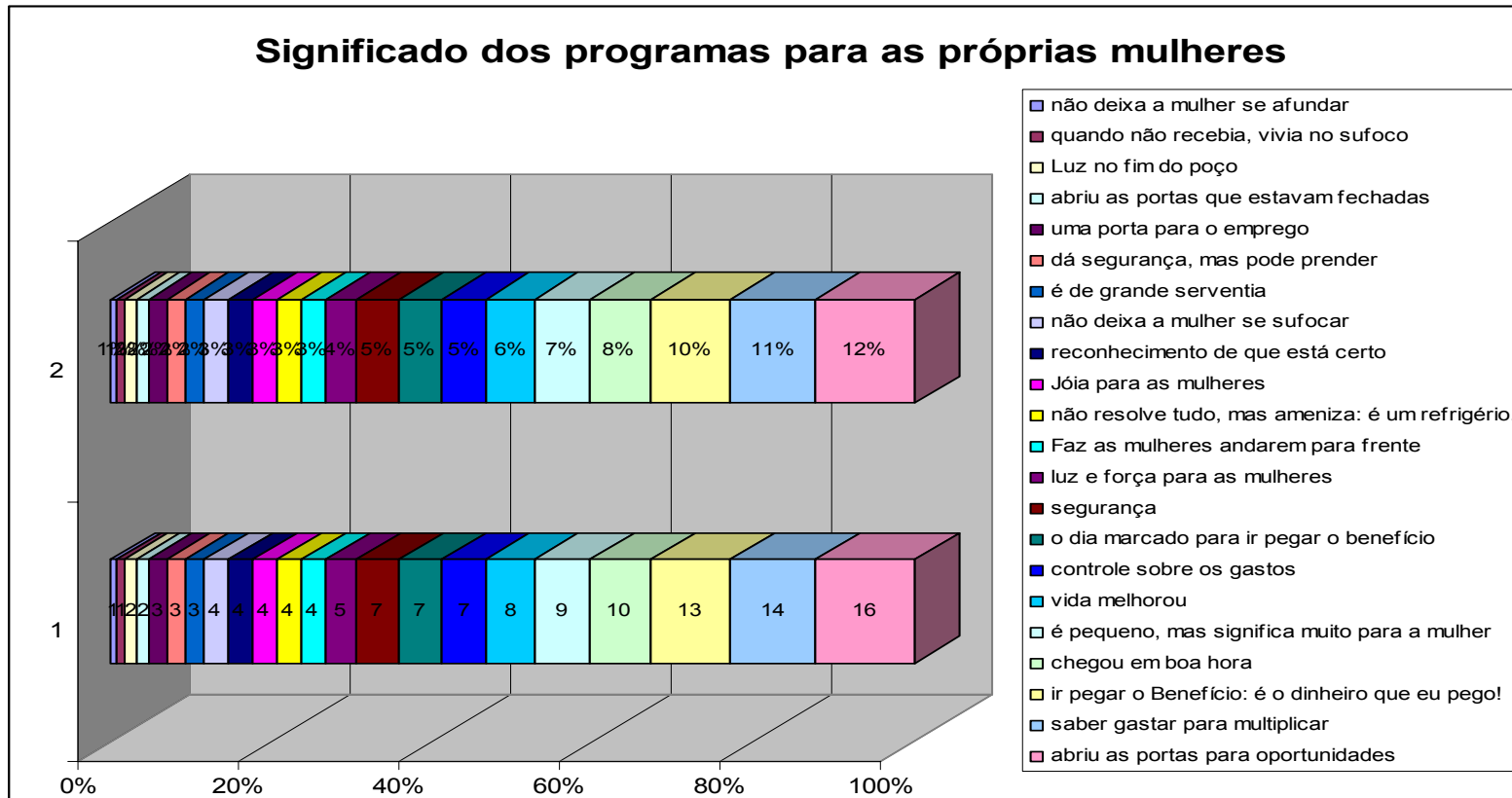


Gráfico 25 – Significados dos programas relacionados aos filhos

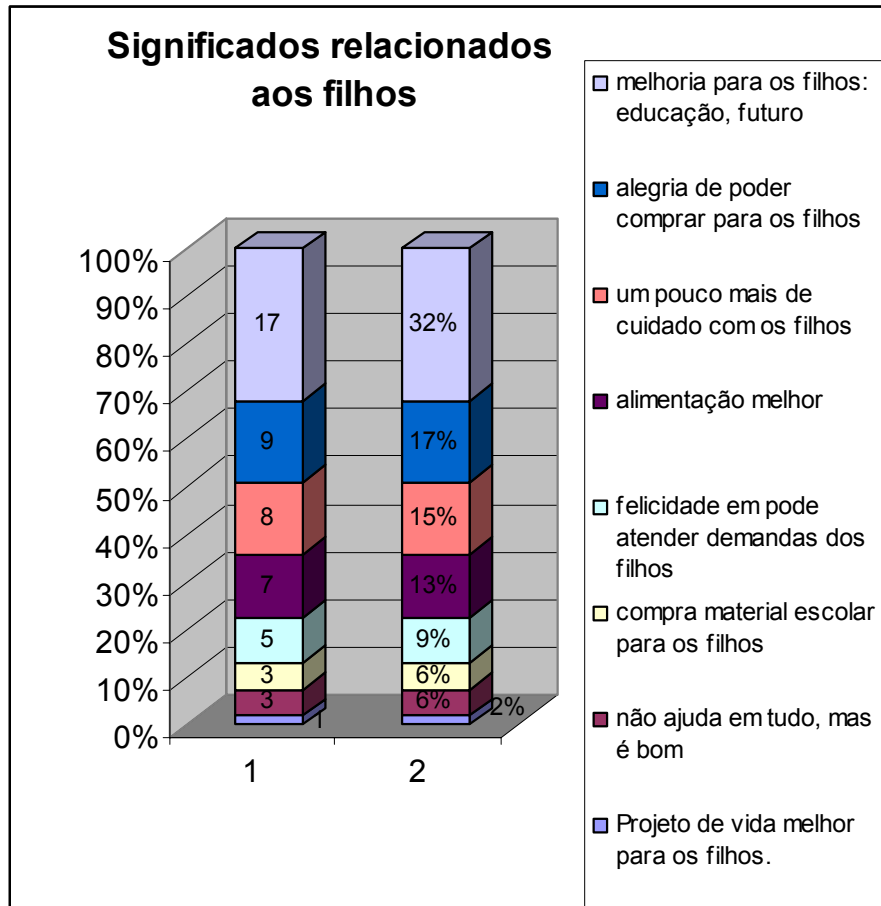


Gráfico 26 – Significados dos programas na relação política

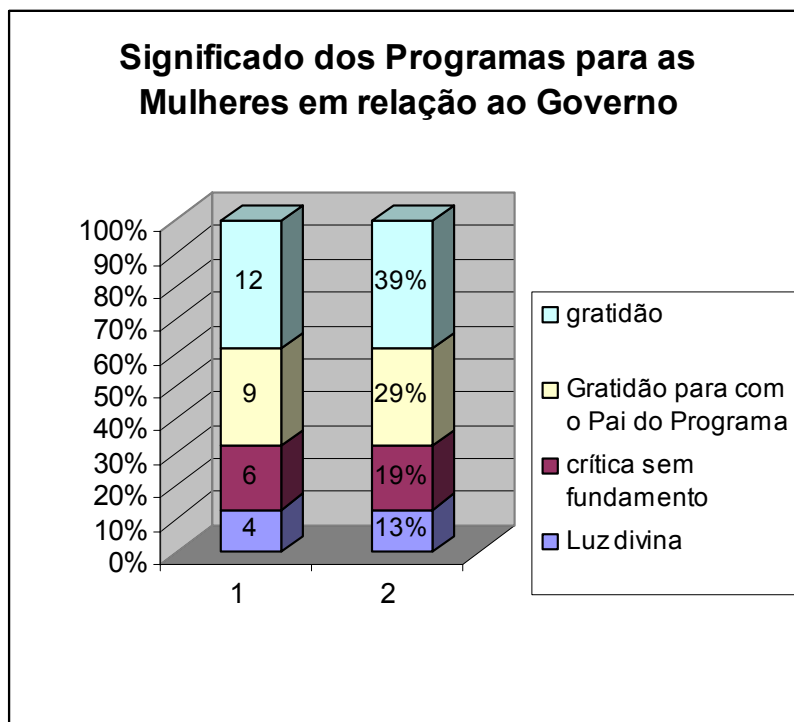


Tabela 15 – Significados-sínteses dos objetos escolhidos

Objeto Escolhido	Frequência	Vínculo de relação	Significado-síntese
Boneca	17	F	Melhoria para os filhos: educação, futuro
Chave	16	M	Abriu as portas para oportunidades
Calculadora	14	M	Saber gastar para multiplicar
Bolsa	13	M	Ir pegar o Benefício: é o dinheiro que eu pego!
Cruz	12	P	Gratidão
Relógio	10	M	Chegou em boa hora
Caixa de óculos	9	M	É pequeno, mas significa muito para a mulher
Coração	9	P	Gratidão para com o Pai do Programa
Brinquedo de montar	9	F	Alegria de poder comprar para os filhos
Óculos	8	M	Vida melhorou
Pote de creme	8	F	Um pouco mais de cuidado com os filhos
Cadeado	7	M	Segurança
Calendário	7	M	O dia marcado para ir pegar o benefício
Carteira c/ calculadora	7	M	Controle sobre os gastos
Coco	7	F	Alimentação melhor
sem objeto	6	P	Crítica sem fundamento
Brinquedo de peixinho	5	F	Felicidade em poder atender demandas dos filhos
Isqueiro	5	M	Luz e força para as mulheres
Vela	4	P	Luz divina
Vidro de Perfume	4	M	Não deixa a mulher se sufocar
Carimbo	4	M	Reconhecimento de que está certo
Corrente	4	M	Jóia para as mulheres
Leque	4	M	Não resolve tudo, mas ameniza: é um refrigerio.
Roda	4	M	Faz as mulheres andarem para frente
Bate-bate	3	F	Não ajuda em tudo, mas é bom
Brinquedo	3	M	Uma porta para o emprego
Gancho	3	M	Dá segurança, mas pode prender
Desodorante Rolon	3	M	É de grande serventia
Caneta, Fita adesiva e			
Grampeador	3	F	Compra material escolar para os filhos
Lanterna	2	M	Luz no fim do poço
Saca-rolha	2	M	Abriu as portas que estavam fechadas
Barco	1	M	Não deixa a mulher se afundar
Brinquedo vermelho	1	M	Quando não recebia, vivia no ‘sufoco’
Presilha	1	F	Projeto de vida melhor para os filhos.
Total:	215		

4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Análise dos resultados

O fato de receber a renda organiza a vida das mulheres. Elas ficam na expectativa de chegar aquele dia, porque significa sair de casa, ir ao banco (local antes pouquíssimo freqüentado por elas), encontrar outras mulheres, conversar, comentar sobre a vida delas e dos filhos. Para isso se arrumam, até porque saindo dali vão pagar as contas e, quem sabe, comprar algo mais. Geralmente terminam por comprar algo para as crianças: sapato, roupa, material escolar.

Elas têm muito medo de não encontrar seu dinheiro no banco (ou porque cortaram, ou porque outra pessoa fez a retirada em seu lugar). Isso expressa uma falta de confiança no controle realizado pelo Estado, bem como a fragilidade de uma política pública “de governo”, e não “de Estado”.

Esse encontro na fila do banco ou do caixa eletrônico começa a gerar identidade: elas perguntam umas às outras informações sobre o programa, como vão os filhos na escola, se está havendo algum recadastramento nas outras escolas.

Quando questionadas sobre a possibilidade de haver reuniões sobre o programa, todas manifestaram esse desejo. Sugeriram ainda que o programa ofereça cursos (artesanato e salgados, por exemplo) e encaminhamento dos filhos mais velhos para a capacitação e o emprego. Percebem claramente a necessidade da integração das políticas sociais.

Outro aspecto que chamou atenção é o desejo de obter informações relacionadas ao programa: por que recebem valores diferentes?; como ingressar no programa?; quem tem direito a receber a Renda?; quais são as razões para que sejam cortadas do programa? Da fala das mulheres transparece uma relação muito desigual entre elas e os agentes públicos encarregados pelos programas, que as tratam como se não fossem cidadãs: “Eu pago imposto

igual a todo mundo, por que tratam a gente assim? Só porque a gente é pobre, mora em Samambaia?”. Aqui se pôde perceber o nascimento de uma consciência de cidadania. A sensação expressa era de que elas estavam na dependência de serem consideradas, pelo agente público, merecedoras ou não de receber a renda, por algum motivo por elas desconhecido. Como se vê, esta relação aproxima-se muito da relação clientelista, descrita por Fox.

Percebeu-se claramente uma relação de gratidão com o governador, “por ele ter dado aquela Renda”; “Ele é um homem muito bom, pensa nos pobres”. Poucas percebem essa renda como um direito. Têm consciência de que um dia ela vai acabar, mas, quanto mais demorar, melhor: “Tomara que se esqueçam de me cortar”.

Algumas deram depoimentos que indicam sua liderança potencial. Se houver maior articulação com a sociedade civil organizada para sua mobilização, o programa pode dar um grande salto para o desenvolvimento da cidadania das mulheres.

A grande maioria chegava muito desconfiada às reuniões focais, com medo de dizer algo e serem cortadas. Muitas nem foram à reunião, para não correrem o risco de serem excluídas dos programas. Numa das reuniões, houve superlotação de mulheres querendo saber como podiam se inscrever no programa de Renda Minha.

As reuniões focais serviram, antes de tudo, para tomada de consciência de que a esmagadora maioria que recebe essa renda são as mulheres. Percebia-se, claramente, o orgulho em saber que o governo confia mais nela que nos pais dos filhos, e elas diziam: “É isso mesmo, se o pai dos meus meninos recebesse, ia gastar tudo na cachaça”.

Pode-se afirmar, preliminarmente, que os programas criam possibilidades importantes para o desenvolvimento da cidadania das mulheres beneficiárias, porém, não desenvolvem de modo planejado uma ação integrada para que elas se organizem. E o motivo para isso talvez seja o medo de desenvolverem consciência crítica e cobrarem a partir de seu direito cidadão.

Chama atenção o fato de não haver nenhuma instância de controle social que possa ser protagonizada pelas mulheres beneficiárias, demonstrando o baixo grau de institucionalização da política social, com que os agentes públicos interagem com as beneficiárias.

É urgente uma articulação com a sociedade organizada para que possa interagir com as mulheres beneficiárias, bem como a elaboração de ações que corroborem o reconhecimento de sua identidade. Há experiências significativas realizadas pela prefeitura de Santo André (SP) que desenvolveram uma abordagem de gênero na interação com as beneficiárias (Caccia-Bava, 1998; Carvalho, 2001).

Outra tarefa consiste em passar de uma política de governo para uma política pública, garantindo a renda mínima familiar, para que possa haver vinculação constitucional dos

recursos disponibilizados para o programa e o direito possa ser universalizado para todas que se encontrem na situação de miséria ou pobreza, conforme explicitado no debate atual sobre a Renda Básica de Cidadania.

Conclusões

Como vimos, os programas de Garantia de Renda Mínima Familiar, executados no Distrito Federal, não possibilitam o desenvolvimento da cidadania entre as mulheres beneficiárias, nem ao menos o passo do “semiclientelismo”, porque:

1. Não têm articulação com políticas públicas voltadas para as mulheres;
2. Fazem um “uso instrumental” das mulheres: pelo fato de serem mães, elas administram com mais racionalidade os recursos oriundos dos programas;
3. Relacionam-se com as mulheres apenas com base em seu papel de genitoras, cobrando delas a melhoria das condições de vida para que seus filhos possam acessar os bens de cidadania (educação e saúde, principalmente). Cabe a elas oferecer a possibilidade de ruptura com o círculo da exclusão social (baixa escolaridade, subemprego e desemprego);
4. O Estado constrói com essas mulheres uma relação baseada no medo e na desconfiança. Elas são tratadas como “clientes” de um Estado que as suporta. Não há mecanismos de controle social da política de transferência de renda por parte das beneficiárias. Os critérios de elegibilidade (e, dito de outra forma, de exclusão do programa) são muitas vezes indecifráveis. Elas não sabem quantos “pontos” receberam na classificação, para serem atendidas ou não – o que pode levar à sua exclusão dos programas. Os burocratas detêm o poder de incluir e excluir.
5. Não havendo participação popular e transparência na gestão do Programa, as condições para que haja o passo da autonomização (ou seja, o mútuo reconhecimento, como apresentado por Axel Honneth) não ocorrem, porque na fila do banco, lugar onde elas geralmente se encontram (a outra ocasião surge nas reuniões bimestrais na escola dos filhos), elas aguardam temerosas o seu momento de atendimento: “Será que eu ainda estou na lista?”; “Será que alguém recebeu em meu lugar?”; “Você vai ver, se eu for cortada, eu vou lá e denuncio, porque eu sei de um monte de gente que recebe e não precisa, e muitos que precisam e não recebem...”. O medo e a insegurança não permitem o passo fundamental para a cidadania. A maioria delas amanhece nas filas para serem atendidas,

muitas esperam horas e horas e não se sentem no direito de reclamar, visto que imaginam estar recebendo um favor do governo, ao receber aquela “ajuda”. Quando alguma questiona, as demais condenam: “Quando tirei o dinheiro, tinha uma mulher acabando com o Roriz. Acho que uma pessoa dessas é mal-agradecida”. As beneficiárias não se forjaram enquanto ‘sujeito coletivo’, por essas razões.

6. Há uma grande confusão sobre os vários programas sociais existentes: Renda Minha, Bolsa-Escola Federal, Bolsa-Família, Vale-Gás, Pão e Leite, Cesta básica. Elas não compreendem o que leva algumas a receber um valor maior, apesar de terem o mesmo número de filhos.

Quando questionadas sobre o significado da Renda, seus olhos brilham, e elas afirmam a importância, falam de como se arrumam para ir ao banco. A data de recebimento mensal é aguardada com ansiedade por todos da família. O fato de deterem um cartão do banco com seu nome já é uma alegria: “sempre que eu recebia alguma coisa pelo correio, vinda de banco, era cobrança. Hoje, não; eu vou lá receber a Renda-Minha”.

O fato de ter havido interrupção no programa anterior em vigor no Distrito Federal, chamado de Bolsa-Escola, associada à criação de outro programa, chamado de Renda Minha, vinculou este último ao então governador, Joaquim Roriz. Muitas delas, quando escolhiam o coração (objeto de representação do que significava o programa para elas), teciam inúmeros elogios ao bom coração daquele governador. Mesmo o Programa Bolsa-Escola é identificado como uma “coisa boa” que o ex-governador Cristovam criou. Nesse sentido, há uma recente pesquisa comparativa entre os dois programas que corrobora a crítica ora apresentada (Pacheco, 2005):

1. A relação das beneficiárias com o Estado é frágil: o nível de informação é precário. Informação é poder. Quando buscam informações junto à Gerência Regional de Ensino, na maioria das vezes são tratadas de forma inadequada; quando não, são encaminhadas à sede da Secretaria de Educação, que se situa na Asa Norte, no Plano Piloto, sem garantia de orientação segura.
2. Elas têm a noção de que os recursos dirigidos a essas políticas são limitados, e que o fato de uma sair pode significar a entrada de outra beneficiária ou a ampliação do número de filhos a serem beneficiados. Isso reforça o clima de desconfiança e medo, bem como o caráter de punição, previsto na descrição do clientelismo oferecida por Fox (medo da punição). O medo torna fiel o eleitor, reduzindo a possibilidade de se avançar na perspectiva da cidadania.

3. Há uma estigmatização das mulheres na fila do banco, quando os gerentes não disponibilizam um horário próprio de atendimento. Chegam a ouvir frases ofensivas sobre “Esse tipo de gente que agora frequenta o banco. Esse bando de miseráveis...”.

Há insensibilidade da gestão pública no trato com as mulheres beneficiárias. Elas são tratadas como “cidadãs de segunda categoria”. Mas existem alternativas possíveis para o desenvolvimento da cidadania das mulheres participantes dos programas de Garantia de Renda Mínima familiar:

1. Articulação do programa com políticas para mulheres, criando grupos de mulheres para o diálogo e formação em temas de interesse (saúde da mulher, direitos da mulher, políticas específicas dirigidas às mulheres) e criação de grupos de geração de renda, buscando satisfazer necessidades e interesses das mulheres.
2. Divulgação dos critérios de elegibilidade do programa e da listagem das famílias (mulheres) beneficiárias, permitindo transparência nos critérios de pontuação e o exercício do controle social.
3. Estabelecimento de parcerias com as organizações sociais existentes na região, para promover a circulação de informações úteis ao acesso aos direitos sociais e a oportunidades de inserção no mercado de trabalho, ou ainda oportunidade de desenvolvimento de habilidades e novas competências profissionais.
4. Criação de mecanismos de controle social e gestão, onde participem as mulheres beneficiárias, bem como trabalhadores(as) da área social, governo e organizações sociais, visando estabelecer processos de desenvolvimento local sustentável. Fazendo circular informações sobre as possibilidades de iniciativas dentro da economia popular solidária.
5. Realização de encontros regionais das beneficiárias, para identificação de necessidades comuns e busca de alternativas coletivas para solução de problemas cotidianos.
6. Restabelecimento das redes sociais de convivência, ocupando os espaços públicos de lazer e cultura para o desenvolvimento de atividades dirigidas às mulheres e aos outros integrantes das famílias.

É louvável o empenho do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome na perspectiva de ampliar o acesso às informações do Programa Bolsa Família, bem como a dura jornada de implantação do cadastro único e da unificação dos Programas Sociais. Vale destacar a cartilha *Bolsa-Família: agenda de compromissos da família*, lançada neste ano, com informações básicas, precisas e suficientes sobre o acesso ao programa, possibilitando o

exercício do controle social (Brasil, 2006). O desafio está na sua distribuição e no processo de educação popular que deve acompanhar sua divulgação.

A esse propósito, urge incrementar o investimento que o governo federal realiza por meio da Rede de Educação Cidadã do Programa Fome Zero, conhecida como “Talher”, viabilizada por meio de convênio com o Instituto Paulo Freire. Essa iniciativa possibilita a ação de educadores populares em todo o país, no processo de mobilização social das famílias atendidas pelos programas sociais do governo federal. Consta serem menos de cem educadores atuando junto a mais de nove milhões de famílias. É preciso ajustar o tamanho da Rede à necessária envergadura de sua atuação, caso exista desejo de um processo de construção da cidadania das famílias beneficiárias, sem olvidar o necessário enfoque de gênero e raça, além da integração com outras ações públicas dos entes federados.

Algumas questões restam em aberto:

- 1) Estão os governos interessados em promover a cidadania ativa das mulheres beneficiárias?
- 2) Pela experiência do autor na atuação em programas de inclusão social, é relevante articular parcerias com outras famílias ou organizações, sob o risco de as próprias famílias em situação de extrema pobreza não conseguirem se mobilizar para superação da situação de exclusão social.
- 3) A possibilidade de um ingresso dessas mulheres beneficiárias no mercado formal de trabalho é muito remota, motivo pelo qual a temporalidade da permanência nos programas é questionável. As alternativas que se apresentam são a participação em sistemas de economia popular solidária e ou o estabelecimento da Renda Básica de Cidadania, inspirada em Philippe Von Parijs e defendida no cenário político brasileiro pelo atual senador Eduardo Suplicy.

Enquanto não se criam condições possíveis para a alteração no processo virulento de concentração de renda brasileiro é preciso criar alternativas, como algumas das propostas aqui apresentadas, no sentido de se criar maior mobilização social dos setores duramente excluídos no Brasil, marcadamente as mulheres.

Os melhores resultados obtidos neste trabalho materializaram-se nos grupos de mulheres que já se forjaram e que hoje se constituem em grupos de geração de renda, de cidadania e de resgate de auto-estima. Pessoas que agora já se reconhecem enquanto mulheres, moradoras de Samambaia e sujeitos de direitos.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, M.; ARAÚJO, C. H. *Bolsa-escola: educação para enfrentar a pobreza*. Brasília: Unesco, 2002.
- ANDERSON, P. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- ARRETCHE, M. T. S. Políticas sociais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.40, p.111-41, 1999.
- AURELIANO, L.; DRAIBE, S. M. A especialidade do “Welfare State” brasileiro. In: BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Comissão Econômica para a América Latina. *Economia e desenvolvimento*. Brasília, v.1, p.86-119, 1989.
- AVELAR, L. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Ed. Unesp, Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 2002.
- AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Org.) *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- BENDIX, R. *Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança*. Tradução: Mary A. L. de Barros. São Paulo: Edusp, 2000.
- BITTAR, M. *As estruturas de gastos das famílias beneficiárias pelo programa de garantia de renda familiar mínima da Prefeitura Municipal de Campinas* (Monografia). Campinas: NEPP/Unicamp, 1996.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Bolsa-Família: agenda de compromissos da família*. 2006.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília, 2004.
- CACCIA-BAVA, S. (Org.) *Programas de renda mínima no Brasil: impactos e potencialidades*. São Paulo: Pólis, 1998.
- CAMARGO, J. M. Os Miseráveis. *Folha de S. Paulo*, 3 mar. 1993.
- CAMARGO, J. M. Os Miseráveis 2. *Folha de S. Paulo*, 18 mai. 1995.
- CAMARGO, J. M. Pobreza e garantia de renda mínima. *Folha de S. Paulo*, 26 dez. 1991.
- CAMPINEIRO, D. C. *Programa de renda mínima, educação e saúde infantil: a experiência de Campinas* (Monografia). Campinas: NEPP/Unicamp, 1996.
- CANESQUI, A. M.; QUEIROZ, M. S. *Estratégias de consumo em saúde em famílias trabalhadoras*. Relatório Final de Pesquisa. Convênio Unicamp/NEPP/Finep. Campinas, 1988.
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

- CARVALHO, J. M. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, v.40, n.2, 1997. 16p.
- CARVALHO, M. C. A. A.; RIBEIRO, M. (Org.) *Gênero e raça nas políticas públicas: experiências em Santo André, SP*. São Paulo: Pólis, 2001.
- CARVALHO, M. C. B. A priorização da família na agenda da política social. In: *Família Brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez, 1994.
- COUTINHO, C. N. *A dualidade de poderes: introdução à teoria marxista do Estado e da revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DELLA PORTA, D. *Democracia, democracias*. Milano: Il Mulino, 2002.
- DRAIBE, S. M. Da assistência social aos programas de renda mínima. In: SUPLICY, E. *Programa de garantia de renda mínima*. Brasília: Gráfica do Senado, 1992.
- DRAIBE, S. M. Por um reforço da proteção à família: contribuição à reforma dos programas de assistência social no Brasil. In: *Família Brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez, 1994.
- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3.ed. rev. Porto Alegre: Globo, 1976. v.2.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 5.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s.d. p.1144.
- FERRERA, M. *Modelli di solidarietà*. Política e riforme sociali nelle democrazie. Bologna: Il Mulino, 1993.
- FOX, J. The difficult transition from clientelism to citizenship – lessons for Mexico. In: *Worlds Politics*, v.46, n.2, p.151-84, jan. 1994.
- FRIEDMAN, M. *Capitalism and freedom*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- GOUJON, D. Le revenu minimum en Europe. Quelles perspectives pour un projet communautaire de lutte contre l'exclusion? *Révue Française des Affaires Sociales*, n.2, p.89-109, Avril/Juin 1994.
- GRAMSCI, A. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: *Cadernos do cárcere*, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.11-109, 2000.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução: Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- HONNETH, A.; FRASER, N. *Retribución or recognition?* London: Verso, 2003.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Forense, 1948.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Tradução: Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MORENO, J. L. *Quem sobreviverá?* Fundamentos da sociometria, psicoterapia de grupo e sociodrama. Goiânia: Dimensão, 1992.

- NEPP. *Acompanhamento e Avaliação da implementação do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM) da Prefeitura Municipal de Campinas*. Relatório Parcial de Pesquisa. Campinas, fev. 1996.
- PACHECO, R. G. *Bolsa Escola e Renda Minha: renda mínima e educação na visão das mães*. Brasília, março de 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, UnB.
- PARIJS, P. V. A renda básica: por que, como e quando nos países dos hemisférios Norte e Sul? *Econômica*, v.4, n.1, p.75-93, jun. 2002.
- PARRA Fº, D.; SANTOS, J. A. *Apresentação de trabalhos científicos: TCC, teses e dissertações*. 3.ed. São Paulo: Futura, 2000.
- PHILLIPS, A. *The Politics of Presence*. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- PIZZORNO, A. *Participación y cambio social en la problemática contemporánea*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1975.
- RAMOS, C. A. *Programa de garantia de renda mínima*. Texto para discussão, n.367. Brasília: IPEA, nov. 1994.
- REIS, E. P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.42, p.143-53, 2000.
- REIS, F. W. *Mercado e utopia*. São Paulo: Edusp, 2000.
- RODRIGUES, A. *Cidadania das mulheres e legislativo federal: novas e antigas questões em fins do século XX no Brasil*. Brasília: CFEMEA, 2001.
- SANTOS, W. G. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- SILVA, M. O. S. *Crise da sociedade salarial e renda mínima: nova forma de política social?* Texto preliminar para discussão interna. Campinas: NEPP/Unicamp, 1995.
- SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SUPLICY, E. *Programa de garantia de renda mínima*. Brasília: Gráfica do Senado, 1992.
- SUPLICY, E. *Renda de cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo: Cortez, 2002.
- WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J. H.; JACKSON, D. D. *Pragmática da comunicação humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação*. 9.ed. São Paulo: Cultrix, 1993.
- WEFFORT, F. *Populismo na política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- YOUNG, Í. M. *Inclusion and democracy*. London: Oxford University Press, 2001.

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA
POLÍTICAS SOCIAIS E RELAÇÕES
DE GÊNERO

Data: / / 2005 Horário início: ___h ___min Fim: ___h ___min

Iniciais.	
No.QUEST	

Pesquisadora:

Bom dia/ boa tarde. Meu nome é....., trabalho para o Instituto....., você poderia me dar uma entrevista?
(caso a entrevistada pergunte, seja sincera, diga que leva cerca de 60 min)

P.Filtro - Nessa residência existe alguma beneficiária do Programa Renda Minha? Se não existir não faça o questionário.

Qual o nome da beneficiária? _____

Eu poderia fazer uma entrevista com ela/você?

P. 001 – Qual é a sua idade? 1 15 a 17 anos 3 25 a 34 anos 5 45 a 59 anos
(ANOTE E CIRCULE a faixa da idade) 2 18 a 24 anos 4 35 a 44 anos 6 60 anos ou mais

Nós vamos conversar sobre vários assuntos e eu gostaria de lembrar duas coisas antes: primeiro, é que nenhuma pergunta tem resposta certa ou errada, o que importa é a sua opinião, o que você pensa sobre cada coisa; segundo, é que as suas respostas vão ser trabalhadas junto com as respostas de outras mulheres de Samambaia, em nenhum momento você vai ser identificada. O importante é que você seja sincera, está bem?

CONTEXTO NO INÍCIO DA ENTREVISTA – Local (CIRCULE A RESPOSTA):

1 portão/entrada 2 algum cômodo da casa 3 outro: _____

Você e a entrevistada estão (RM):

1 sozinhas? ou tem por perto/ no mesmo ambiente/podendo ouvir:

2. criança até 4 ou 5 anos 3. menina + velha/ adolescente mulher 4. menino + velho/ adolescente homem

5. mulher adulta que não a mãe (se entrevistada jovem) 6. homem adulto que não marido/parceiro ou o pai

Se estiver presente algum adulto no recinto informar que a pesquisa deve ser conduzida sem a presença de outras pessoas adultas por perto.

TREINAR PROCEDIMENTO PARA ESSA SITUAÇÃO

Nº de famílias residentes no domicílio:

Tempo de Habitação

P.002 - Qual o tempo de moradia na residência?

P.003 - Qual o tempo de moradia no Distrito Federal?

P.004 - De que cidade/estado sua você/sua família veio? _____ UF _____

P.005 - Área?(CIRCULE) 1.Urbana 2. Rural 98. NS 99. NR

P.006 - Condição de ocupação do imóvel (CIRCULE):

1. Próprio P.006A

1. Comprado (quitado ou em aquisição)

2. Invadido

3. Cedido/Emprestado

4. Recebeu do Governo do Distrito Federal (ganhou o lote)

5. Outros: _____

98. NS 99. NR

2. Alugado

3. Cedido/Emprestado

4. Invasão ou ocupação de imóvel já existente

5. Outros: _____

98. NS 99. NR

P.007 – Forma de aquisição (aplicar para todos os casos em que o imóvel não seja alugado ou cedido):

1. Compra

2. Autoconstrução (construção executada pela família)

3. Mandou construir

4. Mutirão

5. Invasão

6. Outros: _____

98. NS 99. NR

Uso da habitação:

P.008 – Tipos e número de cômodos da casa (CIRCULE E ANOTE):

1. quarto

2. sala

3. cozinha

4. banheiro

5. outros (especificar): _____

P.009 - Tipos e número de cômodos usados permanentemente para dormir (CIRCULE E ANOTE):

- 1. quarto
 - 2. sala
 - 3. cozinha
 - 4. banheiro
 - 5. outros (especificar): _____
98. NS 99. NR

P. 010 - Se a moradia tiver banheiro, especificar se é:

- 1. dentro de casa com vaso sanitário
 - 2. fora de casa com vaso sanitário
 - 3. fora de casa sem vaso sanitário (fossa, casinha)
 - 4. outro (especificar): _____
98. NS 99. NR

P. 011 - Tipo de uso da habitação:

- 1. moradia
 - 2. moradia e atividade econômica
 - 3. outro (especificar): _____
98. NS 99. NR

P.012 - aluga algum cômodo (inclusive garagem)?

1. sim 2. não 98. NS 99. NR

P.012A Caso a resposta seja positiva, especificar o cômodo e o valor:

Cômodo: _____ Valor: _____

Alterações na moradia:

P.013 -.Está fazendo alguma modificação na moradia?

1. sim 2. não 98. NS 99. NR

P.013A – (CASO SIM) O início dessa alteração é :

1. anterior ao ingresso no Programa 2. posterior ao ingresso no Programa 98. NS 99.NR

P.013B – Onde foram efetuadas as modificações? (Respostas Múltiplas)-(CIRCULE):

1. no revestimento
 2. no piso
 3. no telhado
 4. ampliação de algum cômodo. Qual: _____ Tipo de material: _____
 5. outra (especificar): _____
- Caso não. Por que? _____
98. NS 99. NR

Características do entorno:

P.014 - Transporte coletivo:

1. tem perto da residência (até 500m ou 5 ruas)
2. tem longe da residência
3. não tem 98. NS 99. NR

Acesso aos serviços urbanos:

P.015 - O lixo de sua casa é:

1. coletado na porta
 2. colocado na caçamba! levado a um ponto de coleta
 3. enterrado
 4. queimado
 5. jogado no terreno baldio
 6. jogado na rua ou córrego!represa
 7. outro (especificar): _____
98. NS 99. NR

P.016 - De onde vem a água de sua casa? (CIRCULE)

- Rede geral com canalização interna:
1. medidor individual
 2. medidor coletivo
 3. utilização conjunta com vizinho

- Rede geral sem canalização interna:
4. medidor individual
 5. medidor coletivo
 6. utilização conjunta com vizinho
 7. poço ou nascente com canalização interna
 8. poço sem canalização interna
 9. bica ou nascente sem canalização interna
 10. outra forma (especificar): _____
98. NS 99. NR

P.017 - Para onde vai o esgoto de sua casa?

1. rede geral
 2. fossa séptica
 3. fossa negra
 4. rio, córrego ou represa
 5. céu aberto
 6. outro (especificar): _____
98. NS 99. NR

P.018 - A iluminação de sua casa é? (CIRCULE)

- | | |
|--|-------------------------------|
| 1. energia elétrica com medidor individual | 6. gás de botijão (lâmpião) |
| 2. medidor coletivo | 7 vela |
| 3. sem medidor (do vizinho ou da rua) | 8. outro (especificar): _____ |
| 4. outro (especificar): | 98. NS 99. NR |
| 5. óleo ou querosene (lâmpião; lamparina) | |

P.019 - Em comparação com a vida há uns 20 ou 30 anos atrás, você diria que a situação das mulheres hoje: (*ler até interrogação*) (CIRCULE)

1. está melhor 2. está pior 3. não teve mudanças?
 4. Outras respostas (*anote*): _____
98. NS 99. NR

P.020 - Para você, como é ser mulher hoje? (*espontânea*)

P.021 - Como mulher, como você sente? (*explore*) O que mais você acha de ser mulher?

P.022 - Você diria que tem mais coisas boas ou mais coisas ruins em ser mulher? (*espontânea*)

1 tem mais coisas boas 2 tem mais coisas ruins 3 ambas, na mesma proporção 98. NS 99. NR

P.023 - Quais são as melhores coisas de ser mulher? (*explore*) Como assim? Por que isso é bom? (*esp.*)

P.024 - E quais são as piores coisas de ser mulher? (*explore*) Como assim? Por que isso é ruim? (*esp.*)

P.025 - Pensando no mundo de hoje, quais são para você as principais diferenças que existem entre as mulheres e os homens? (*espontânea - explore*) O que mais é diferente?

P.026 - Você pudesse mudar qualquer coisa para que a vida de todas as mulheres melhorasse, qual seria a primeira coisa que você faria? (*espontânea e única*)

P.027 - Tem mulheres que dizem que são feministas. Você se considera uma feminista?

1. sim, totalmente 2. Em parte 3. Não 4. Não sabe se classificar 98. NS 99. NR

P.028 - O que você entende por feminismo? (*explore - se disser "não sei" fale:*) Mesmo só de ouvir falar, o que você acha que é feminismo? Em que você pensa quando ouve a palavra feminismo?

P.029 - Na sua opinião, existe machismo no Brasil? (*se sim*) Muito ou um pouco?

1. sim, muito 2. Um pouco 3. Não existe 4. Não sabe se existe 98. NS 99. NR

P.030 - O que você entende por machismo? (*explore - se disser "não sei" fale:*) Mesmo só de ouvir falar, o que você acha que é machismo? Em que você pensa quando ouve a palavra machismo?

P.031 - Pensando agora no Brasil todo, na sua opinião qual é o principal problema do país hoje?

P.032 - E em 2º lugar?

P.033 - E na sua vida pessoal, qual é o principal problema?

P.034 - E em 2º lugar?

P.035 - Na sua opinião, o que vai acontecer com o mundo nos próximos 5 anos?

1. o mundo vai melhorar 2. vai piorar 3. vai ficar como está 98.NS 99.NR

P.036 - E o Brasil nos próximos 5 anos?

1. vai melhorar 2. vai piorar 3. vai ficar como está 98. NS 99.NR

P.037 - E a sua vida pessoal nos próximos 5 anos

1. vai melhorar 2. vai piorar 3. vai ficar como está 98. NS 99.NR

P.038 - Por que você acha que nos próximos anos a sua vida pessoal vai... (*cite resposta da P.037*) ...?

P.039 - Houve alguma mudança nas suas condições de vida após o início do programa? (Alguém conseguiu um emprego ou fez algum tipo de curso?) Para quem na casa? (identificar por prenome e número do indivíduo na caracterização dos moradores) Que mudanças?

P.040 - Alguém de sua família procurou emprego em serviços de encaminhamento do Governo? (SINE)

1. Sim 2.Não 98. NS 99.NR

P.040a (CASO SIM)

1.Quem? _____ (Identificar por Prenome e nº do Indivíduo) 98. NS 99.NR

P.040b - Conseguiu o emprego?

1. Sim 3.Não 98. NS 99.NR

P.040b1 (CASO SIM)

1. Em que? _____ 98. NS 99.NR

P.040b2 (CASO NÃO)

1. Por que não? _____ 98. NS 99.NR

SUBSISTÊNCIA DA FAMÍLIA

P.041 - Quem é a pessoa que mais contribui para o orçamento familiar? (Prenome e nº do indivíduo)

P.042 - Nos últimos 12 meses quais foram os recursos utilizados para sua família se manter? (resposta múltipla)

1. próprios (salário, aposentadoria, pensão, aluguel, ou outro)
2. do ex-cônjuge
3. de parentes não moradores
4. de conhecidos não moradores: _____
5. de vizinhos
6. de desconhecidos
7. de igrejas, entidades religiosas ou assistenciais, associações comunitárias
8. de órgãos públicos
9. da campanha de combate à fome
10. de outra campanha:
11. do Programa de Renda Mínima da Prefeitura
12. mendicância
13. outros meios (especificar):
98. NS
- 99.NR

P.043 - Alguém de sua família recebe outro tipo de auxílio do Governo, de Igrejas ou obras sociais?

1. Sim 2.Não 98. NS 99.NR

Explicar quais são: (resposta múltipla): (CASO SIM)

Tipo de Auxílio (circule o número da resposta)

Quem ajuda? (anote na linha)

1. cesta básica _____
2. pão e leite _____
3. remédio do Posto de Saúde _____
4. cesta de material de construção _____
5. dinheiro _____
6. passes de ônibus _____
7. outros (especificar): _____

P.043 - Atualmente, você diria que está satisfeita ou insatisfeita: (*leia cada item, espere a resposta*)...
Totalmente ou em parte? (*aplique RODÍZIO*)

SIGA O RODÍZIO		SATISFEITA		Mais ou menos (esp.)	INSATISFEITA		não sabe (esp.)
		Totalmente	Em parte		Totalmente	Em parte	
RODÍZIO	a. com sua saúde física	1	2	3	4	5	6
	b. com a sua capacidade de tomar decisões	1	2	3	4	5	6
	c. em relação a sua família	1	2	3	4	5	6
	d. com a maneira como você passa seu tempo livre	1	2	3	4	5	6
	e. em relação ao amor	1	2	3	4	5	6
	f. com sua aparência física	1	2	3	4	5	6

P.044 - Qual é o seu estado conjugal? Você é... (*leia até a alternativa 5*)...

- | | |
|-------------------------------------|---|
| 1. casada no civil (papel assinado) | 2. amigada/ casada sem registro (mora com parceiro/a) |
| 3. solteira | 4. separada (desquitada ou divorciada) |
| 5. Viúva? | 98. NS 99. NR |

P.044a - (*se solteira, separada ou viúva*) Atualmente você:

- | | | | |
|---------------------------------------|--------------------------|--------|--------|
| 1. tem namorado (ou namorada) fixo(a) | 2. está sem namorado(a)? | 98. NS | 99. NR |
|---------------------------------------|--------------------------|--------|--------|

P.045 - Você tem ou teve filhos, sejam naturais ou adotados?

- | | |
|---------------------------------------|-------|
| 1 não tem nenhum filho/a e nunca teve | 2 sim |
|---------------------------------------|-------|

P.045a – Quantos filhos você tem ou teve? Total _____

P.045b – Quantos são/eram seus? _____

P.045c – Quantos adotivos? _____

P.045d– Quantos são/eram filhos dos seus parceiros? _____

Utilização dos serviços de saúde e educação

P.046 - Nos últimos 30 dias alguém de sua família utilizou os serviços de saúde?

- | | | | |
|--------|--------|--------|--------|
| 1. Sim | 2. Não | 98. NS | 99. NR |
|--------|--------|--------|--------|

P.046a Caso sim: Por qual motivo? (Identificar os indivíduos em caso de Resposta Múltipla)

P.046b - .Especificar o tipo de estabelecimento procurado e quem procurou (identificar por prenome e número do indivíduo na caracterização familiar). Indicar o número de vezes entre parênteses:

Tipo de estabelecimento	Quem utilizou?
1. posto ou centro de saúde	_____
2. pronto-socorro	_____
3. hospital universitário	_____
4. hospital da público	_____
5. clínica ou consultório	_____
6. dentista do Posto	_____
7. outro (especificar):	_____
98. NS	99.NR

Caso existam crianças menores de 5 anos perguntar:

P.047 –Com que freqüência leva as crianças ao Posto de Saúde?

1. uma vez por mês	
2. duas vezes por ano	
3. nas vacinações	
4. outra (especificar):	_____
98. NS	99.NR

P.048 – Em relação ao acompanhamento médico (Pediatra):

1. está sendo feito o acompanhamento mensal	
2. não está sendo feito o acompanhamento mensal	
3. está havendo recuperação da condição de desnutrição	
4. não está havendo recuperação da condição de desnutrição	
98. NS	99.NR

P.049 - Caso existam crianças menores de 7 anos:

1. as vacinas estão sendo aplicadas	
2. as vacinas não estão sendo aplicadas	
3. as vacinas estão sendo parcialmente aplicadas	
98. NS	99.NR

P.050 - Alguma criança está na creche ou na pré-escola?

1. Sim 2. Não 98. NS 99.NR

P.050a - (CASO SIM) : (identificar:prenome e nº do indivíduo)

1.Quem? _____ P.50a1 – 1.Parcial 2. Integral 98. NS 99.NR

2.Quem? _____ P.50a2 – 1.Parcial 2. Integral 98. NS 99.NR

3.Quem? _____ P.50a3 – 1.Parcial 2. Integral 98. NS 99.NR

4.Quem? _____ P.50a4 – 1.Parcial 2. Integral 98. NS 99.NR

5.Quem? _____ P.50a5 – 1.Parcial 2. Integral 98. NS 99.NR

P.051 - Alguma de suas crianças ficava na rua antes de participar do Programa?

1. Sim 2.Não 98. NS 99.NR

P.051a (CASO SIM)

1. Quem (identificar prenome e nº do indivíduo) _____

P051a1 - E agora ela fica na rua?

1. Sim 2.Não 98. NS 99.NR

(CASO SIM)

P051a1.1 –Quanto tempo? ____.

P051a1.2 – O que faz na rua? _____

2. Quem (identificar prenome e nº do indivíduo) _____

P051a2 - E agora ela fica na rua?

1. Sim 2.Não 98. NS 99.NR

(CASO SIM)

P051a2.1 –Quanto tempo? ____.

P051a2.2 – O que faz na rua? _____

3. Quem (identificar prenome e nº do indivíduo) _____

P051a3 - E agora ela fica na rua?

1. Sim 2.Não 98. NS 99.NR

(CASO SIM)

P051a3.1 –Quanto tempo? ____.

P051a3.2 – O que faz na rua? _____

4. Quem (identificar prenome e nº do indivíduo) _____

P051a4 - E agora ela fica na rua?

1. Sim 2. Não 98. NS 99.NR

(CASO SIM)

P051a4.1 –Quanto tempo? ____.

P051a4.2 – O que faz na rua? _____

5. Quem (identificar prenome e nº do indivíduo) _____

P051a5- E agora ela fica na rua?

1. Sim 2.Não 98. NS 99.NR

(CASO SIM)

P051a5.1 –Quanto tempo? ____.

P051a5.2 – O que faz na rua? _____

P.052 - Alguma das crianças (ou adolescentes) da família não freqüentava a escola antes do ingresso da família no Programa?

1.Quem? (identificar: prenome e nº do indivíduo) Por que motivo?

P.053 - Alguma delas teve algum tipo de problema quando entrou ou voltou para a escola?

1. Sim 2. Não 98.NS 99.NR

P.053a – (CASO SIM) :

1.Quem? (identificar: prenome e nº do indivíduo) Qual o tipo de problema?

P.054 - Quando algum de seus filhos quer faltar da aula como o sra faz?

P.055 - Seus filhos estão indo bem na escola?

1. Sim 2. Não 98.NS 99.NR

P.055a – (CASO NÃO)

Por que não estão indo bem?

P.056 – Seus filhos têm boas notas?

1. Sim 2. Não 98.NS 99.NR

P.057 – Seus filhos passaram de ano?

1. Sim 2. Não 98.NS 99.NR

P.058 – Seus filhos já repetiram de ano?

1. Sim 2. Não 98.NS 99.NR

P.058a: (CASO SIM)

1. Quem? Quantas Vezes?

P.059 - Alguma criança ou adolescente da família freqüenta alguma atividade além da escola (esporte, cursos, aulas de reforço, etc)

1. Sim 2. Não 98.NS 99.NR

P.059a – (CASO SIM)

1. Quem? O que faz?

P.060 - Agora gostaria de saber o que você pensa sobre política. Na sua opinião política é uma coisa: muito importante, mais ou menos importante ou nada importante?

1. Muito importante . Mais ou menos importante 3. Nada Importante 98. NS 99.NR

P.061 - Por que? (*explore*) Como assim? Por quais outras razões?

P.062 - Você diria que o que acontece na política influi ou não na sua vida? (*se sim*) Influi muito ou um pouco?

1. Influi muito 2. Influi um pouco 3. Não influi 98.NS 99.NR

P.063 - E você, influi ou não na política? (*se sim*) Muito ou um pouco?

1. Influi muito 2. Influi um pouco 3. Não influi 98.NS 99.NR

P.064 - Agora gostaria que você me dissesse qual das três frases seguintes se aproxima mais do que você pensa (*estimulada e única – mostre **CARTÃO** e leia enumerando as alternativas até a terceira*):

1. Um, a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo;
2. Dois, em certas situações, é melhor uma ditadura do que um regime democrático;
3. Três, tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura.

4. Outras respostas (anote): _____

98. NS 99.NR

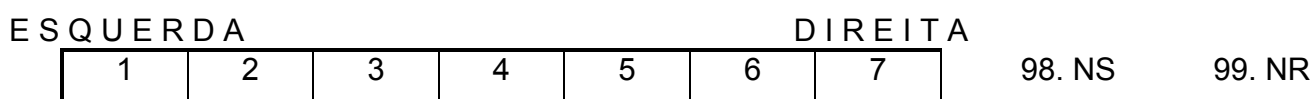
P.065 - Para você, o que é democracia? (*explore*) Como assim? (*PAUSA*) O que mais você entende por democracia? (*se disser “não sei” fale:*) Mesmo só de ouvir falar, o que você acha é democracia? Em que você pensa quando ouve a palavra democracia?

P.066 - Por lei, todo cidadão brasileiro ou e cidadã tem vários direitos, mesmo que na prática nem todos esses direitos sejam respeitados. Como cidadã, qual é o direito que você considera mais importante? (PAUSA) E em 2º lugar? E pensando só nas mulheres, na sua opinião qual é o direito mais importante?

P.067 - (para cada direito citado) Você diria que, atualmente no Brasil, esse direito é:
totalmente respeitado, parcialmente respeitado, ou não é respeitado?

	P.066		P.067			
	Direitos mais importantes (espontânea - anote)		Totalmente respeitado	parcialmente respeitado	Não é respeitado	Não sabe
1º lugar			1	2	3	4
2º lugar			1	2	3	4
mulher			1	2	3	4

P.068 - Quando o assunto é política, muita gente fala em atitudes ou idéias de esquerda e de direita. Aqui tem um desenho com essas posições (Mostre o CARTÃO). Onde você se colocaria levando em conta as suas próprias atitudes e idéias políticas? Por favor, mostre para mim qual destes quadradinhos corresponde melhor à sua posição:



8. Outras respostas (anote): _____

P.069 - Em muitos lugares existem grupos de pessoas com idéias diferentes da maioria da população. Na sua opinião, essas pessoas (estimulada e única - leia enumerando as alternativas até 3)

1. Um, devem obedecer a vontade da maioria da população, deixando de lado as suas idéias;
2. Dois, podem ter suas idéias, desde que não tentem convencer os demais ou
3. Três, podem ter suas idéias e tentar convencer os outros?
4. Outras respostas (anote): _____

98. NS 99.NR

P.070 - Vou falar de algumas idéias defendidas por alguns grupos e gostaria que você me dissesse o que você acha que esses grupos devem fazer. Os grupos que defendem: *(cite cada idéia aplicando o rodízio, e mostre CARTÃO da P.069):*

P.072 *(depois de fazer a 070 completa, pergunte para cada item)* E você, concorda ou discorda com:

	P.070					P.072– entrevistada		
	obedecer maioria	não convencer	tentar convencer	outras respostas (anote)	Não sabe	conc	disc	ñ s
a. a legalização da união entre pessoas do mesmo sexo	1	2	3	4	5	1	2	3
b. A pena de morte	1	2	3	4	5	1	2	3
c. O aborto deixar de ser crime	1	2	3	4	5	1	2	3
d. Os homens são, no geral, superiores às mulheres	1	2	3	4	5	1	2	3

P.073 - Algumas pessoas participam de atividades ligadas à política e outras não. Vou falar algumas atividades e gostaria que você me dissesse quais você costuma fazer. Com que freqüência você....*(leia uma frase de cada vez, aplicando o rodízio)*... : sempre, de vez em quando ou nunca?

ATIVIDADES	SEMPRE	DVQ	NUNCA
a. lê ou assiste noticiário sobre política	1	2	3
b. conversa com outras pessoas sobre política	1	2	3
c. quando tem eleição, tenta convencer outras pessoas a votar nos candidatos que você acha bons	1	2	3
d. participa de reuniões de associações ou comunidades para tentar resolver problemas do seu bairro ou cidade	1	2	3
e. participa de reuniões de algum movimento ou causa social	1	2	3
f. participa de reuniões de partidos políticos	1	2	3
g. quando tem eleição, faz trabalho voluntário para algum candidato ou partido	1	2	3
h. faz pedidos para políticos ou funcionários públicos	1	2	3
i. assina manifestos de protesto ou de reivindicações	1	2	3
j. participa de manifestações a favor ou contra o governo ou por alguma causa	1	2	3
k. participa de alguma outra atividade política? <i>(se sim) Quais? (anote):</i>	1	2	3

P.074 - Vou falar de algumas organizações ou entidades sociais e gostaria que você me dissesse se você é ou já foi membro ou filiado a cada uma delas. Você é ou já foi membro de algum/a.....(cite cada item, começando conforme rodízio):

ENTIDADES	É MEMBRO	JÁ FOI	NUNCA FOI
Associação de moradores ou sociedade de amigos do bairro	1	2	3
Associação de defesa do consumidor	1	2	3
Partido político(se sim) Qual ? (anote):	1	2	3
Grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico	1	2	3
Sindicato	1	2	3
Associação profissional	1	2	3
Centro acadêmico, grêmio ou união de estudantes	1	2	3
Clube esportivo	1	2	3
Grupo ou associação de assistência social	1	2	3

P.075 - Qual dessas frases representa melhor a sua opinião sobre mulheres governarem: (mostre CARTÃO e leia as alternativas abaixo, enumerando-as, junto com a entrevistada)

1. Um, as mulheres estão preparadas para governar a cidade, mas não o estado nem o país
2. Dois, as mulheres estão preparadas para governar o estado e a cidade, mas não o país
3. Três, as mulheres estão preparadas para governar o país, o estado e a cidade
4. Quatro, as mulheres não estão preparadas para governar

98. NS 99.NR

P.076 - Qual é o partido político que você prefere? (espontânea e única)

1.PT 2.PMDB 3.PPB 4.PSDB 5.PTB 6.PFL 7.PDT 8.PSB

9 Outros (anote): _____

10 nomes/referências (anote): _____

11 nenhum/ não tem 98.NS 99.NR

P.077 - Você vota no Partido ou nas Pessoas?

1. Partido 2. Pessoas 98.NS 99.NR

P.078 - você está estudando atualmente? (se não) Você nunca foi a escola ou parou de estudar?

1. Está estudando 2.Parou de estudar 3. Nunca foi a escola 98.NS 99.NR

P.078a – (SE ESTUDA) Em que série você está? _____

P.078b – (SE PAROU DE ESTUDAR) Até que ano de escola você estudou?

- | | | | |
|---|---|-------|--|
| 1 | até 3ª série do 1º grau | 6 | 3ª série do 2º grau/ colegial completo |
| 2 | 4ª série/ primário completo | 7 | superior incompleto |
| 3 | da 5ª à 7ª série/ ginásio incompleto | 8 | superior completo |
| 4 | 8ª série / ginásio completo) | 9 | pós-graduação (completa ou incompleta) |
| 5 | 1ª ou 2ª Série do 2º grau /colegial incomp. | 98.NS | 99.NR |

(SE 078 =2: PAROU DE ESTUDAR)

P.079 – Quais foram os principais motivos para você parar de estudar?

(SE 078 = 3: NUNCA FOI A ESCOLA)

P.080 – Você sabe ler e escrever?

1. Sim 2.Não 98.NS 99.NR

(SE SIM)

P.080a – Para você escrever e ler qualquer palavra é uma atividade que você considera:

- | | | | |
|----------|------------|--------------------------------------|----------------------------|
| 1. Fácil | 2. Difícil | 3.Sei apenas ler e escrever meu nome | 4. Não sabe ler e escrever |
| 98.NS | 99.NR | | |

P.081 – Quais foram os principais motivos para você nunca ter ido à escola?

P.082 – Agora falando de computador, você:

- | | | | |
|-----------------------------|----------------------------|-------|-------|
| 1. Nunca viu um de perto? | 2. Já viu, mas nunca usou. | | |
| 3.Usa ou usou algumas vezes | 4.Usa sempre? | 98.NS | 99.NR |

P.083 – Em relação à Internet, você:

- | | | | |
|------------------------------|---------------------------------|-------|-------|
| 1. Não sabe o que é | 2. Sabe o que é, mas nunca usou | | |
| 3. Usa ou usou algumas vezes | 4. Usa sempre | 98.NS | 99.NR |

Programa de Renda Mínima

P.084 - Como tomou conhecimento do programa Renda Minha:

1. criança desnutrida atendida pelo posto saúde
2. criança na rua atendida pela prefeitura ou outra entidade assistencial
3. foi procurado pela prefeitura ou organização responsável pelo Programa
4. por ter sido atendida por entidades de assistência social
5. por amigos, vizinhos, etc
6. outro (especificar): _____

98. NS 99. NR

P.085 - Quem tomou a iniciativa de participar do Programa:

1. a própria entrevistada
2. se outra pessoa, identifiCá-la por prenome e número na família: _____
3. Foi procurada pelo Governo

98. NS 99. NR

P.086 - Como são as reuniões promovidas pelo Programa. A pessoa que vai, gosta dessas reuniões?

- | | | | |
|--------|--------|--------|--------|
| 1. Sim | 2. Não | 98. NS | 99. NR |
|--------|--------|--------|--------|

Por que?

P.087 - Quais são as exigências para participar do Programa?

P.088 - As exigências do Programa são fáceis ou difíceis de cumprir?

1. Fáceis

2. Difíceis

98. NS

99. NR

Porque _____

P.089 - O que mudou na sua vida com a participação no Programa?

P.090 - E na vida de sua família?

P.091 - Há quanto tempo você recebe o Renda Minha?

P.092 - Quanto sua família recebe por mês do Programa (registrar o valor em Reais)?

P.093 - Em que a sra tem utilizado o dinheiro recebido?

P.094 - Em que pretende utilizar os próximos?

P.095 - Quais são seus planos para quando terminar o Programa de Renda Minha?

P.096 - Se a senhora pudesse mudar alguma coisa no Programa o que mudaria?

P.097. Falando agora de trabalhos que você faz para ganhar dinheiro? Atualmente você está trabalhando?

(leia pergunta correspondente abaixo, e anote resposta na coluna à direita do quadro)

(se sim) Você está trabalhando regularmente ou faz trabalhos temporários e bicos?

(se não) Você nunca trabalhou, já trabalhou, mas parou de trabalhar, ou está desempregada e procurando trabalho? ‘

P097 1. trabalha regularmente (faça P98 a 100 e PPP.108) 2. faz trabalhos temporários/ bicos/ às vezes tem, outras não tem (faça P98 a P100 e PPP.108)	P98. No seu trabalho principal você é (CARTÃO): 1 Funcionária pública 2 Assalariada com carteira assinada 3 Assalariada sem carteira assinada 4 Autônoma/conta-própria regular (paga ISS) 5 Autônoma/conta-própria regular (não paga ISS) 6 Trabalhadora rural 7 Autônoma universitária (profissional liberal) 8 Empregadora (+ de dois empregados)? 9 Outras situações (anote):	
	P99. Ao todo, somando esse com outros trabalhos pagos, mais ou menos quantas horas você gastou trabalhando na semana passada? _____ horas	
	P100. E somando esse com outros trabalhos pagos e rendas que você tem, ao todo quanto você ganhou no mês passado? (Sem Renda Minha) R\$ _____	
3. Nunca trabalhou (faça P101 e P102 e pule PPP.108)	P101. Você atualmente: 1. é dona de casa -> Por que você nunca trabalhou fora de casa?	
	P102. 2. só estuda? 3 ambas	
4. já trabalhou mas parou de trabalhar (faça P103 a 106 e PPP.108)	P103. Você está aposentada? 1 sim 2 não	P106. Por que você parou de trabalhar?
	P104. Você é dona de casa? 1 sim 2 não	
5. está desempregada	P105. Você só estuda? 1 sim 2 não	
	P107. Você já trabalhou antes? 1 sim 2 não	

P108. (TODAS) Se você pudesse escolher livremente, o que você escolheria: (leia até a alternativa 2)

- 1 **ter uma profissão, trabalhar fora de casa e dedicar-se menos para as atividades com a casa e a família OU**
- 2 **dedicar-se mais para as atividades com a casa e a família, deixando a profissão e o trabalho fora de casa em segundo lugar?**
- 3 Outras respostas (anote): _____
- 4 Não sabe/não consegue escolher

P109. Agora, pensando no trabalho doméstico, como manter a casa e roupas limpas, fazer comida, cuidar das crianças etc., gostaria que você me dissesse se concorda ou se discorda de cada uma das frases que vou ler: Você concorda ou discorda que..... Totalmente ou em parte?

RODÍZIO:	CONCORDA		Não conc, n/ disc./ é indiferente	DISCORDA		NÃO SABE (esp.)
	Totalmente	Em parte		Totalmente	Em parte	
a) Homens e mulheres deveriam dividir igualmente o trabalho doméstico	1	2	3	4	5	6
b) Não importa quem faz o trabalho doméstico, se homem ou mulher, desde que a mulher defina como fazer.	1	2	3	4	5	6
c) O cuidado com as pessoas doentes ou muito idosas que ficam em casa deve ser da mulher	1	2	3	4	5	6
d) É principalmente o homem quem deve sustentar a família.	1	2	3	4	5	6
e) Quando têm filhos pequenos, é melhor que o homem trabalhe fora e a mulher fique em casa.	1	2	3	4	5	6
f) Os homens, mesmo que eles queiram, não sabem fazer o trabalho de casa.	1	2	3	4	5	6
g) Nas decisões importantes, é justo que na casa o homem tenha a última palavra.	1	2	3	4	5	6
h) A mulher casada deve satisfazer o marido sexualmente mesmo quando não tem vontade	1	2	3	4	5	6
i) A política seria melhor se tivessem mais mulheres em postos importantes	1	2	3	4	5	6
j) Se a mulher trair o marido com outro homem, é justo que o marido bata na mulher	1	2	3	4	5	6
k) Em um casal é importante que o homem tenha mais experiência sexual que a mulher	1	2	3	4	5	6

P.110 - Quando você está com tempo livre, o que você faz com mais freqüência nas suas horas de lazer no finais de semana? (anotar as 3 coisas que costuma fazer com mais freqüência)

1. Em 1º lugar: _____
2. Em 2º lugar: _____
3. Em 3º lugar: _____

98. NS

99. NR

P110b - E de 2^a a 6^a feira, o que você costuma fazer nas suas horas livres? (*anotar as 3 coisas que costuma fazer com mais freqüência*)

1. Em 1^o lugar: _____

2. Em 2^o lugar: _____

3. Em 3^o lugar: _____

98. NS

99. NR

P.110c - O que gostaria de fazer no seu tempo livre?

P.111 - Quanto tempo faz que você foi pela última vez a um....(*ler cada item*)?

(<i>sem rodízio nesta parte</i>)	sim, nos últimos 30 dias	sim no último ano, mas não no último mês	sim, mas faz mais de um ano	nunca foi ou fez na vida
a.cinema	1	2	3	4
b.teatro	1	2	3	4
c.show de música	1	2	3	4
d. circo	1	2	3	4
e. debate público ou conferência	1	2	3	4
f. biblioteca, sem ser da escola	1	2	3	4
g. passear em parque público	1	2	3	4
h. passear em shopping center	1	2	3	4
i. passar o dia em clube	1	2	3	4
ATENÇÃO P/ O RODÍZIO NESTA PÁGINA				
j. viajar em fim de semana	1	2	3	4
k. ir dançar em baile/ danceteria / forró ou semelhante	1	2	3	4
l. festa em casa de amigo/a	1	2	3	4
m. bar com amigo/a/s	1	2	3	4
n. restaurante com amigo/a/s	1	2	3	4
o. ir a missa, culto, sessão espírita	1	2	3	4

P.112 - Aqui na casa em que você mora, contando com você, quantas pessoas vivem de forma permanente? _____

SE MORA SOZINHA, NÃO PREENCHA O QUADRO ABAIXO, PULE PARA P122a

P.113 - Para cada uma delas, você pode me dizer qual o grau de parentesco que ela tem com você?

P.114 - E qual o sexo?

P.115 - Qual é a idade?

P.116a - Qual destas pessoas é a principal responsável pelo sustento da casa e da família? (*resp. única*)

P.116b - E quem mais ajuda nas despesas da casa? (*múltipla*)

P.116c - E quem é o principal responsável pela administração da renda familiar?

P.117a - Qual destas pessoas é a principal responsável pelos afazeres domésticos? (*resp. única*)

P.117b - E quem mais ajuda diariamente nos afazeres de casa? (*múltipla*)

P.118 - Quem você diria que é chefe de família? (*múltipla*)

P113 Grau de parentesco com entrevistada				P114 Sexo	P115 (Idade)
1. Mãe	2. Pai	3. Irmão/irmã	4. marido/parceiro	1. masc 2. Fem	≤ 11 meses = cod. 97
5. Avó/avô	6. tios/tias	7. Sogro/sogra	8. outros parentes		
9. outros agregados não parentes	10. filhos/as				
11. empregado/a doméstico/a residente		20. a própria entrevistada			

PARA CADA MORADOR FAÇA PERGS E UTILIZE OS CODIGOS CORRESPONDENTES – VEJA TABELA DE CÓDIGOS ACIMA

P113 Grau de parentesco com entrevistada	P114 Sexo	P115 Idade	Sustento familiar			Trabalho Domést.		P118 Chefe da família (Rm)
			P116 a (RU)	P116 b (RM)	P116c (RU)	P117a (RU)	P117b (Rm)	
20 - A própria	2		1	1	1	1	1	1
			2	2	2	2	2	2
			3	3	3	3	3	3
			4	4	4	4	4	4
			5	5	5	5	5	5
			6	6	6	6	6	6
			7	7	7	7	7	7
			8	8	8	8	8	8
			9	9	9	9	9	9
			10	10	10	10	10	10
			11	11	11	11	11	11
			12	12	12	12	12	12
			13	13	13	13	13	13
Empregada/o não residente						14	14	
Outra pessoa não residente			15	15				
Mais ninguém				16			16	

P.119 - (se tem filho/s menor/es de 18 anos) Você tem filhos menores de idade que moram com você e não com pai?

1.Sim 2. Não 98.NS 99.NR

P.120 - (se 119 sim) Você recebe pensão alimentícia do pai deles?

1. sim, sempre 2. Sim, às vezes 3.Raramente/ nunca
4. Teve filhos com mais de um homem, de um(ns) recebe, de outro(s) não 98.NS 99.NR

P. 121 - (se P120 = 2) Por que você não recebe pensão alimentícia dele (sempre)?

1. o pai morreu 2. O pai sumiu 3. O pai não paga 4. Nunca pediu pensão pra ele

5. outras respostas (anote): _____

98.NS 99.NR

P.122a - Na semana passada, quantas horas mais ou menos você gastou fazendo ou orientando as seguintes atividades na sua casa? _____

P.122b - (SE CASADA/ MORA JUNTO C/PARCEIRO) E quantas horas na semana passada você diria que o seu marido gastou fazendo ou orientando essas atividades na sua casa?

	Horas entrevistada	Horas marido (cód. 99 se ñ tem marido/parceiro)
a) Com serviços de limpeza da casa, cozinhar, lavar e passar roupa e outros cuidados de serviços de casa		
b) quantas horas na semana passada você gastou com o cuidado com filhos/ crianças como dar banho, alimentar, levar a escola, levar ao médico ou ser responsável por olhar a criança		
c) e com o cuidado ou acompanhando pessoas idosas ou doentes		

P.123 - Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, de quanto foi aproximadamente a renda familiar em sua casa no mês passado (CARTÃO)?

0 (Não teve renda) 1. _____ 98.NS 99. NR

P.124 - Apenas para classificação, eu vou ler uma lista de religiões para que você me indique quais são as suas. *(leia até a interrogação, não pergunte diretamente "qual é a sua religião?" - exceto se 11)*. Quais outros cultos ou sessões espirituais você frequenta, mesmo que de vez em quando?*(múltipla)*

1 Evangélica pentecostal – (cartão)	2 Evangélica não pentecostal – (cartão)
3 Umbanda	4 Candomblé
5 Espírita kardecista	6 Católica praticante
7 Católica não praticante	8 Judaica
9 Outra religião? <i>(anote)</i> :	10 Acredita em Deus mas não tem religião
11 não acredita em Deus	

98.NS

99. NR

P.125 - Considerando as combinações de raça dos seus avós e dos seus pais, diga, por favor, em qual das categorias de raça que eu vou citar você se classifica *(leia as alternativas)*:

AVÓ

AVÔ

AVÓ

AVÔ

MÃE

PAI

ENTREVISTADA

Patrimônio familiar

P.0126 - Equipamentos existentes, especificar quantidade e época de aquisição em relação ao ingresso no Programa:

Quant	Tipo	Antes	Depois
	Liquidificador		
	Batedeiradebolo		
	Fogão a gás (se de outro tipo, especificar)		
	Geladeira		
	Freezer		
	Tanque		
	tanquinho elétrico		
	máquina de lavar roupa		
	aspirador de pó		
	rádio		
	tv em preto e branco		
	tv em cores		
	aparelho de som		
	bicicleta		
	motocicleta		
	veículo automotivo (especificar tipo/ano):		
	cavalo		
	carroça		
	videocassete		
	telefone		
	antena parabólica		
	outro:		

P.127 - Outros bens adquiridos após o ingresso no Programa:

1. Móveis (especificar tipos e quantidades):

2. Equipamentos para geração de renda (especificar):

3. Outros bens (especificar):

98.NS

99. NR

PREENCHIMENTO PELO ENTREVISTADOR:

Características do domicílio:

P.128 - tipo:

1. casa
2. apartamento em conjunto residencial popular
3. pensão
4. cortiço
5. barraco
6. outro (especificar): _____

P.128a - Se casa ou barraco:

1. isolada
2. em bairro popular
3. em conjunto residencial popular (cohab, etc.)
4. favela
5. zona rural

P.128b - Se cortiço:

1. em casarão
2. cômodo de quintal
3. outro (especificar): _____

P.129 - Tipo de construção:

1. tijolo ou bloco com revestimento
2. tijolo ou bloco sem revestimento
3. tijolo ou bloco, parte com revestimento
4. madeira ou pré-fabricada
5. zinco
6. conglomerado de madeira (barraco)
7. papelão
8. material misto (especificar): _____
9. outro (especificar): _____

P.130 - Tipo de piso:

1. terra (chão batido)
2. madeira
3. cimento
4. tijolo
5. cerâmica
6. outro (especificar): _____

Agradeça e para efeito de checagem, anote, o 1º. nome da entrevistada: _____

TERMO DE RESPONSABILIDADE DA ENTREVISTADORA

Declaro que as informações por mim coletadas atendem ao padrão de qualidade:

- (1) A entrevistada enquadrou-se dentro do perfil exigido pelas cotas;**
- (2) as informações são verdadeiras e foram corretamente anotadas no questionário;**
- (3) o questionário foi revisado cuidadosamente e todos os campos estão devidamente preenchidos;**
- (4) tenho conhecimento que pelo menos 25% do material por mim coletado será verificado em campo para controle de qualidade;**
- (5) não reproduzi nem deixei questionários ou qualquer material de campo com entrevistadas ou terceiros.**

ASSINATURA: _____ RG: _____ Data : ____/____/2005

ANEXO 2

ROTEIRO PARA A PESQUISA QUALITATIVA REALIZADA NOS GRUPOS FOCAIS COM SOCIODRAMA

Roteiro para a Pesquisa qualitativa

Apresentação do objetivo da reunião

Vocês participaram de um pesquisa feita pela _____, neste mês de agosto ou julho, conforme o caso. Esta pesquisa faz parte do Estudo que Daniel Seidel está fazendo sobre o Programa Renda Minha / Bolsa-família em Samambaia para a Universidade de Brasília (UnB).

Para realizar esta pesquisa foi realizada através do Vida e Juventude, que é uma entidade social que trabalha na formação de jovens e mulheres da periferia do Distrito Federal.

Esta reunião é a continuidade da pesquisa que hoje será feita de uma forma diferente: ao invés de ser individual será em grupo. Além disso, vamos falar ao final sobre educação dos filhos. Queremos que esta reunião dure em torno de uma hora ou uma hora e meia.

Apresentação das participantes

Vamos nos apresentar: peço que cada uma de você diga seu nome, qual é o programa que participa, uma qualidade que você tem. (Cada uma se apresenta)

Vivência (Sociodrama)

Nós vamos fazer uma dinâmica. Quero esclarecer que na dinâmica não há resposta certa ou errada. Cada uma de vocês se sinta á vontade para realizar a sua escolha.

Peço que todas se levantem, dêem uma boa espreguiçada, respirem fundo..., olhem ao redor, pensem no seu dia-a-dia, nas coisas que vocês fazem, como é sua vida de mulher aqui em Samambaia, seus relacionamentos na família....

Eu tenho aqui comigo uma série de objetos que fui recolhendo. Eles em si não têm valor nenhum. Eles podem ser tudo o que vocês quiserem, bastando que tenham alguma forma ou cor de acordo com o que vocês querem representar.

Então eu peço agora que cada uma Escolha um objeto para representar o que o programa Renda Minha ou Bolsa-Família significa em sua vida, enquanto mulher.

Cada uma explore o objeto que escolheu: o que esta cor tem haver com sua vida, se faz ou não barulho, é rígido ou flexível...

Cada uma compartilha: Agora cada uma pode compartilhar....

Conversa sobre educação dos filhos

Após esta partilha quero apresentar algumas reflexões que eu e minha esposa que somos pais e educadores estamos fazendo sobre educação dos filhos e filhas.

Avaliação e continuidade:

Gostaram do encontro? Numa palavra como foi para vocês? Querem continuar? Sobre que temas vocês têm interesse? Que dia e horário é melhor se reunir?

ANEXO 3

**RELATÓRIO DAS 18 REUNIÕES
DOS GRUPOS FOCAIS**

PROJETO " MULHERES CULTURA E CIDADANIA"

Relatório de Encontro com Mulheres Pesquisadas

DATA: 27/08/05, Sábado, Início: 09:40h, Término: 11:00h

EVENTO: 1ª Reunião com o grupo pesquisado por Laneque.

LOCAL: QR 206, Conjunto 02, Casa 01

PESQUISADORA: Laneque

Nº	NOME	CARACTERÍSTICA	OBJETO	SIGNIFICADO
01	Mulher Recebia BE	Carinhosa, vaidosa, gosta de brincar	Bolsa	Representa a bolsa para colocar o dinheiro. Queria voltar a receber. (Está suspensa do programa)
02	Mulher Bolsa Escola	Simples	Cruz	A Bolsa Escola abriu uma porta para mim. Compro muitas coisas para meus filhos. Meu filho estava com o sapato rasgado. Por isso agradeço todos os dias.
03	Mulher Renda Minha		Brinquedo de montagem	O Renda Minha me ajuda com a netinha, me ajuda na construção da casa. quero que vá mais adiante.
04	Mulher BE(Bolsa Escola)	Faço amizade fácil	Chave	O Bolsa Escola. As chaves representam que o Bolsa Escola abriu as portas pra mim. Me ajuda apesar de não ser muito. Se eu pudesse passar do BE para o RM seria melhor. 4 filhos, desempregada.
05	Mulher Bolsa Escola	Faço amizade fácil	Carimbo	Sou grata, sou satisfeita. O carimbo marca documento, a secretaria usa. sou grata pelo Bolsa Escola.
06	Mulher Renda Minha	Simplicidade	Coração	Quero que Deus abençoe quem me ajudou a receber o Renda Minha, que é o Roriz.
07	Mulher Renda Minha	Simples, gosta das coisas certas, faço amizades.	Vela	O Renda Minha foi a primeira iluminação do meu dia a dia.
08	Mulher Bolsa Família	Simples. Sou certa com minhas coisas	Lanterna	Pensei que não ia receber. O Bolsa Família me ajudou muito. O Bolsa Família é luz, é muito bom o programa.

PROJETO " MULHERES CULTURA E CIDADANIA"

Relatório de Encontro com Mulheres Pesquisadas

DATA: 28/08/05, Início: 10:30h, Término: 11:30h

EVENTO: 1ª Reunião com as pesquisadas da Ivone

LOCAL: Paróquia Maria de Nazaré, QN 316, Samambaia Sul

PESQUISADORA: Ivone

Nº	NOME	CARACTERÍSTICA	OBJETO	SIGNIFICADO
01	Mulher Renda Minha		Coco	Representa alimento. É nisso que o Renda Minha me ajuda.
02	Mulher Renda Minha	Nervosa	Boneco	Meus filhos, é para eles o dinheiro. Para ajudá-los porque precisam.
03	Mulher Bolsa Família	Boa	Corrente	Assim como a corrente cresce, pretendo crescer e a Bolsa Família me ajuda bastante. Eu quero crescer.
04	Mulher Renda Minha		Brinquedo (usado para as crianças mordrem)	Feliz, sou feliz por receber o Renda Minha.
05	Mulher Renda Minha	Solidária	Relógio	Usa-se o relógio no braço esquerdo e o RM é meu braço esquerdo. Mas quero depender do meu dinheiro.
06	Mulher Renda Minha	Trabalhadora	Perfume	Porque árvore dá flores, e da flôr se faz o perfume. O perfume não deixa sufocar. O Renda Minha a gente não fica sufocada com as dívidas.
07	Mulher Renda Minha	Direta	Leque	O Renda Minha não resolve tudo, mas dá um refrigério como o leque.
08	Mulher Renda Minha	Nervosa	Relógio	Lembrei das minhas filhas quando recebi a 1ª Renda Minha, comprei para cada filha um relógio.
09	Mulher Bolsa Família	Temperada	Chaves	O Bolsa Família foi uma chave para mim que não tinha saída nenhuma.
10	Mulher Bolsa Família	Alegre	Briquedo de montar	Representa o desejo de ter uma casa melhor para morar, para meus filhos. Minha casa é muito apertada.
11	Mulher Bolsa Família	Boa mãe	Bate-bate	O Renda Minha me ajuda, mas não dá para comprar brinquedos para meus filhos.
12	Mulher Bolsa Família	Honesta	Roda de carrinho	A roda é um objeto concreto, e o único dinheiro que é meu é o Renda Minha. o único que eu pego.
13	Mulher Renda Minha	Sincera e amiga	Boneca	Representa meus filhos. Me ajuda muito o Renda Minha. Serve para terminar a casa.
14	Mulher Renda Minha	Honesta	Brinquedo de montar	É grande a ajuda. Passei um tempo sem receber.
15	Mulher Renda Minha	Dedicada aos amigos e a família	Coração	O Renda Minha está no coração de quem recebe. O coração representa o amor que eu tenho por aqueles que se dedicam ao Renda Minha.
16	Mulher Bolsa Família	Gosta de fazer amizades	Cruz	Representa Jesus. Eu estava com problemas e para mim foi ele que me ajudou com o Renda Minha.

PROJETO " MULHERES CULTURA E CIDADANIA"
Relatório de Encontro com Mulheres Pesquisadas

DATA: 28/08/05 Domingo, Início: 14:10h, Término: 15:15h

EVENTO: 1ª Reunião com grupo de mulheres

LOCAL: Paróquia Maria de Nazaré, QN 316, Samambaia Sul

PESQUISADORA: Maria de Loudes

Nº	NOME	CARACTERÍSTICA	OBJETO	SIGNIFICADO
01	Mulher Renda Minha	Lutadora	Cruz	Agradeço a oportunidade do Governo.
02	Mulher RM e BE	"Efetiva"	Binquedo de montar	Representa casa. Um dia terei minha casa. Tenho duas filhas, estou desempregada no momento. O Renda Minha me ajuda muito.
03	Mulher Renda Minha	Honesta	Calendário	Representa o dia de receber o Renda Minha, nunca esqueço. Senão perco meus compromissos.
04	Mulher RM e BE	Amar, perdoar	Lanterna	Estou desempregada e o programa chegou no momento certo. É a luz no fim do poço.
05	Mulher RM (Renda Minha)	Lutar	Bonequinha	Representa pra mim alegria, o dia que recebo o Renda Minha é alegria para minha família.
06	Mulher Bolsa Família	Batalhadora	Cadeado	Representa o que o Bolsa Família faz comigo, me sinto segura, estamos desempregados e representa segurança.
07	Mulher RM e BE	Lutadora	(Não pegou)	É uma ajuda muito boa.
08	Mulher RM	"Morena"	Bolsa	Agradeço muito, qualquer dinheiro que entra é bem vindo.
09	Mulher RM e BE	Batalhadora	Coração	Meu coração tem que ser aberto para a família. Representa uma coisa muito boa. (Sobre os programas)
10	Mulher Cesta	Batalhadora	Coco	Peguei o coco porque a Cesta representa um complemento alimentar.
11	Mulher Bolsa Família		Brinquedo	
12	Mulher Renda Minha	Batalhar, Crescer	Brinquedo (de criança morder)	Representa um chaveiro para uma porta de emprego, esse é meu objetivo.
13	Mulher Renda Minha	Batalhadora	Calculadora	Posso calcular o tanto que esta renda me ajuda.
14	Mulher Bolsa Família	Batalhar	Chaves	Moro com minha mãe. "Será que terei minha casa? (Choro)
15	Mulher Renda Minha	"A mesma coisa da Mulher anterior"		Quando tirei o dinheiro, tinha uma mulher acabando com o Roriz. Acho que uma pessoa dessa é mau agradecida. O Renda Minha foi uma bênção na minha vida.
16	Mulher Renda Minha	"É o que é"	Óculos	Na hora em que mais precisei, comprei com o dinheiro do Renda Minha. Corri sete meses atrás para receber novamente.
17	Mulher Bolsa Família	Honesta	Carteira (Calculadora)	Quero calcular o dinheiro que quero ganhar com o meu trabalho.
18	Mulher RM	Amiga	Relógio	Benefício pontual. O dinheiro no dia certo está lá.

PROJETO " MULHERES CULTURA E CIDADANIA"
Relatório de Encontro com Mulheres Pesquisadas

DATA: 28/08/05, Domingo, Início: 17:14h, Término: 18:15h

EVENTO: Reunião com o grupo de mulheres pesquisadas por Camila.

LOCAL: Paróquia Santo Inácio de Loyola, Samambaia Sul

PESQUISADORA: Camila

Nº	NOME	CARACTERÍSTICA	OBJETO	SIGNIFICADO
01	Mulher RM	Lutar pelos filhos	Relógio	Representa boas horas que Deus colocou meus filhos na escola.
02	Mulher Renda Minha	Luto sozinha para criar filhos e netos(independente)	Vela	A vela branca significa paz, luz para me ajudar a criar meus filhos. Assim como a vela vai acabar, também o RM, mas continuo lutando.
03	Mulher Bolsa Escola	Gosto da verdade batalhar por algo melhor.	vela	Representa paz, o Bolsa Escola é gratificante. Foi uma luz divina.
04	Mulher Renda Minha	Desempregada independente	Cruz	Significa o Sinal da cruz, o Renda Minha me ajuda a comprar caderno, alimento, lápis... para os filhos. Comprou uma Bíblia.
05	Mulher	Amiga		É bom o RM, mas não é o suficiente. Deveria se estender até o Ensino Médio, por causa das inúmeras dificuldades. Se o Brasil quer crescer tem que investir, se não tem nem o Ensino Básico?
06	Mulher RM	Realista	Isqueiro	Significa luz é como se fosse o Renda Minha, devido o estudo das crianças. é um tipo de ajuda.
07	Mulher Renda Minha	Trabalhadora	Bolsa	Eu estava muito necessitada, recebi a carta e fiquei muito feliz, crio os netos. Quero saber porque o tratamento dentário não vem para todos da família?

PROJETO " MULHERES CULTURA E CIDADANIA"
Relatório de Encontro com Mulheres Pesquisadas

DATA: 03/09/05 Domingo, Início: 08:45h, Término: 10:00h

EVENTO: Reunião com as pesquisadas de Natália.

LOCAL: QR 112, Conjunto 08, Casa 19, Samambaia Sul

PESQUISADORA: Natália

Nº	NOME	CARACTERÍSTICA	OBJETO	SIGNIFICADO
01	Mulher RM e BE	Calma, lutadora boa mãe	Boneca	Representa o Filho. O programa vem ajudando e é a única coisa que tenho no momento para ajudar na casa.
02	Mulher Bolsa Família	Lutadora	Caixa de óculos	A renda do Bolsa Família me ajuda a comprar o óculos. É o que pretendo.
03	Mulher Bolsa Família	Boa mãe e boa dona de casa	Chave	Esse dinheiro é minha ajuda, como se fosse a chave da minha casa.
04	Mulher Bolsa Família	Lutadora	Roda	O carro não anda sem a roda. E nós temos essa ajuda para não ficar parada.
05	Mulher Renda Minha	Calma, serena, tranquila	Coração	Para ter amor e união para com o próximo.
06	Mulher RM e BE	Brincalhona	Bolsa com calculadora	Com ela posso calcular o quanto eu gasto.
07	Mulher Renda Minha	Corro atrás de tudo	Relógio	A cada dia eu conto as horas, eu luto para ter minha casa. Tenho esperança de um dia vencer. O Renda Minha me beneficia.
08	Mulher B Família	Tabalhadora	Boneco	Com esse dinheiro posso comprar mais coisas, representa trabalho, ajuda na renda de casa.
09	Mulher RM e BE	Lutar	Brinquedo de montar	Luto muito, continuo quebrando a cabeça e lutando.
10	Mulher RM	Exigente	Calendário	Representa caderno. O Renda Minha ajuda em casa e na escola.
11	Mulher RM	Agitada	Isqueiro	O fogo representa a luz e o RM é a luz para muitas mulheres aqui. representa força para gente.

PROJETO " MULHERES CULTURA E CIDADANIA"
Relatório de Encontro com Mulheres Pesquisadas

DATA: 03/09/05, Início: 10:30h, Término: 11:45h

EVENTO: Reunião com o grupo de mulheres pesquisadas por Adriana

LOCAL: QR 305, Conjunto 15, Casa 10, Samambaia

PESQUISADORA: Adriana

Nº	NOME	CARACTERÍSTICA	OBJETO	SIGNIFICADO
01	Mulher		Coração	Nós somos muito fracas e esse programa é ajuda que Deus está nos dando.
02	Mulher		Cruz	Deus abençoe nós todos.
03	Mulher BF		Carteira	Antes tinha a Cesta e pedi para mudar p/BF. Paguei dividas atrasadas.
04	Mulher		Bate-bate	Não ajuda em tudo mas é bom. Ajuda quem não tem estudo, nem emprego.
05	Mulher		Brinquedo de montar	Com essa ajuda você pode comprar alimentos e brinquedos.
06	Mulher RM		Bolsa	A bolsa é para encher do Renda Minha. Para ter o alimento.
07	Mulher BF		Cadeado	Significa segurança, o Bolsa Família trás segurança.
08	Mulher		Caneta	Me ajuda no material para os meninos, para quem não tem renda ajuda.
09	Mulher RM e BE		Calendário	É importante o calendário para ver a data de receber o Renda Minha e BE. O que eu não podia comprar agora com essa ajuda posso.
10	Mulher RM		Gancho	Parece um S, mas é um gancho. Não tenho emprego e o Renda Minha é um gancho. Prende as pessoas, mas devemos trabalhar não ficar dependentes.
11	Mulher RM		Calculadora	Concordo com Fátima. Devemos ter controle. Com o dinheiro do RM percelo aquilo que está atras. Para não acostumar com aquele que tem e gasta o que não tem.
12	Mulher		Chave	Moro de favor. Não consigo emprego e o RM me ajuda.
13	Mulher RM	Trabalhadora	Boneca	Eu trabalho. O Renda Minha é para meus filhos. O dia que eu trabalho é meu e o Renda Minha é dos meus Filhos.
14	Mulher Cesta		Boneco	Significa que a Cesta é para encher a barriga dos meus filhos.
15	Mulher Não recebe		Carimbo	Não recebo nenhum benefício. Fiz a ficha e estou esperando.
16	Mulher RM		Óculos	O RM me ajuda a comprar óculos, moro de favor, não tenho marido.

PROJETO " MULHERES CULTURA E CIDADANIA"
Relatório de Encontro com Mulheres Pesquisadas

DATA: 03/09/05, Início: 14:58h, Término: 16:07h
EVENTO: Reunião com o grupo pesquisado por Denise
LOCAL: Escola Classe 425
PESQUISADORA: Denise

Nº	NOME	CARACTERÍSTICA	OBJETO	SIGNIFICADO
01	Mulher RM 425	Boa mãe	Bolsa	Agradeço a Deus, para mim e para outras que precisam. Eu levo a bolsa pequena para o dinheiro.
02	Mulher RM 423	Sou calma Evangélica	Óculos	Visão além do alcance. Saiu quando justamente eu mais precisava.
03	Mulher BE e RM	Boa mãe Católica	Vela (aniversário)	Ajuda muitas pessoas, por isso está de parabens.
04	Mulher RM e BE	Tento ajudar as pessoas sempre que posso	Chave	Significa que é um começo, oportunidade, as crianças se interessam mais pela escola. Porta que se abre. O estudo acaba sendo ajuda familiar.
05	Mulher RM e BE	Ajudar as pessoas	Cadeado	Eu tenho uma casa, tem pessoas que moram de aluguel, muitas passam fome. Desejo que todos tenham suas casas, com cadeado e tudo.
06	Mulher BE e RM	Caráter falar o que é certo	Calculadora	Representa multiplicação não só para mim, mas para todos. Evoluindo cada vez mais, tem muitos necessitados ainda.
07	Mulher BF	Caráter responsabilidade e respeito	Brinquedo de peixinho	Assim como o peixe precisa da água para viver assim os pobres dos Programas. Boa a atitude do Governo. Única ajuda que eu tenho. Que venha se multiplicar e atender outras pessoas e países. Estão de parabens.

PROJETO " MULHERES CULTURA E CIDADANIA"
Relatório de Encontro com Mulheres Pesquisadas

DATA: 03/09/05, Início: 17:20h, Término: 18:10h
EVENTO: Reunião Grupo Tainara
LOCAL: QR 206, Samambaia Sul
PESQUISADORA: Tainara

Nº	NOME	CARACTERÍSTICA	OBJETO	SIGNIFICADO
01	Mulher RM	Alegre	Rolon	Representa que preciso muito do dinheiro.
02	Mulher RM e BE	Tímida	Caixa de óculos	Acho que as mães também podiam ter o direito de ter consulta de vista.
03	Mulher RM	Otimista	Barco	É como o barco o RM, não pode deixar afundar. Tem muita família que precisa.
04	Mulher RM	Curiosa	Vidro perfume	Representa um circulo para não acabar, para passar um para outro quando precisa.
05	Mulher RM e BE	Alegre, otimista, esperançosa	Coração	O dinheiro é pouquinho mas dá para muita coisa.
06	Mulher RM	Amiga	Coco	Representa alimentação. Garante a alimentação.

PROJETO " MULHERES CULTURA E CIDADANIA"
Relatório de Encontro com Mulheres Pesquisadas

DATA: 04/09/05 Início: 10:45, Término: 11:50, Domingo

EVENTO: Reunião com o grupo pesquisado por Lúcia

LOCAL: QR 311 Conj. 1 Casa 9 - Samambaia

PESQUISADORA: Lúcia

Nº	NOME	CARACTERÍSTICA	OBJETO	SIGNIFICA programa
01.	Mulher RM	Responsável e Trabalhadora	Roda de caminhão	Descia de pé para creche. Através da Renda Minha pode pagar uma Kombi e chegar na hora Agora tem muito a agradecer.
02.	Mulher BF	Muito Responsável	Cruz	Esperança . Mora de aluguel. É uma certeza que agente tem todo mês.
03.	Mulher BF	Trabalhadora e Honesta	Caixa de óculos	Renda que ela também possa se cuidar. Fazer exame de vista
04.	Mulher RM	Boa dona de casa	Vidro de Loção Cremosa	Vende produtos de beleza. Ajuda a filha a pagar curso para ela.
05.	Mulher RM	Trabalhadora	Corrente de oração	O que não poderia dar hoje, já pode.
06.	Mulher RMB	Honestidade	Brinquedo	Uma ajuda de custo para completar o orçamento.
07.	Mulher RM	Boa dona de casa	Brinquedo	Muito bom, trouxe mais alegria.
08.	Mulher RM e BF	Honesta	Carteira	Dinheiro contado e para pagar um curso de computação para o filho.
09.	Mulher RM	Trabalha e ser mãe e pai. Cuid	Óculos	Melhorar a vida.
10.	Mulher RM	Honesta e trabalhadora	Carimbo	Controlar e seguir em frente, receber mais.
11.	Mulher BF	Trabalhadora e Honesta	Presilha	Projeto de vida melhor para os filhos.
12.	Mulher RM	Dedicada à família e à obra de	Chave	Muitos pontos foram abertos para mim. Alimentação, investimento para retono maior. Eram 3, agora são 2 que recebem.
13.	Mulher BE e RM	Gosta de trabalhar	Relógio	Veio na hora. Ir controlando no gosto da Renda.
14.	Mulher RM e RM	Responsável e Trabalhadora	Chave	Abrira liberdade. Está conseguindo construir um quarto para os filhos.
15.	Mulher BF	Trabalha em casa e responsável	Calculadora	Para fazer as coisas . Para saber o que dá para comprar.
16.	Mulher RM	Responsabilidade. Tem 8 filhos	Bonequinha	Representa filhos. Fazer alguma coisa em fazer os filhso.

PROJETO " MULHERES CULTURA E CIDADANIA"
Relatório de Encontro com Mulheres Pesquisadas

DATA: 04/09/05, Início: 14:35h, Término: 15:40h

EVENTO: Reunião Grupo Alice

LOCAL: QR 120, Samambaia Sul

PESQUISADORA: Alice

Nº	NOME	CARACTERÍSTICA	OBJETO	SIGNIFICADO
01	Mulher BE e RM	Boa mãe	Gancho	Ele é forte, dura mais. Tem a ver com o Renda Minha, quero que dure. O gancho serve para pendurar a bolsa com o dinheiro.
02	Mulher BE e RM	Boa mãe Trabalhadora	Bolsa	Significa muita esperança para gente. Muitas mulheres não trabalham. Serve para comprar medicamento.
03	Mulher BF	Boa mãe	Caixa de óculos	O BF é auxílio. Se precisar comprar óculos posso comprar com o dinheiro do programa.
04	Mulher RM e BE	Lutadora pela vida	Bolsa	Levo a bolsa e trago o dinheiro. Quando chega em casa vai tudo embora.
05	Mulher RM	Batalhadora	Leque	Quando estamos sufocados usamos o leque. O RM me tira do sufoco. Ameniza mais.
06	Mulher BF	Alegre	Cadeado	Para abrir o cofre que tem o dinheiro. Preciso para comprar o material para eles.
07	Mulher RM	Alegre	Vidro de perfume	
08	Mulher RM	Boa mãe	Caixa de óculos	Representa bolsa, para quando for receber o dinheiro colocar dentro.
09	Mulher RM	Boa mãe	Calculadora	Para calcular meu rendimento e multiplico com o RM. Comprei até livro para meus filhos.
10	Mulher BE e RM	Vencedora	Chave	Sig. O cofre da grana (serve p/). Tá lá no Banco para ninguém pegar o dinheiro. só eu posso pegar.
11	Mulher BE e RM	Feliz	Calculadora	Calcular para não gastar com besteiras.

PROJETO " MULHERES CULTURA E CIDADANIA"

Relatório de Encontro com Mulheres Pesquisadas

DATA: 04/09/05 Domingo, Início: 17:20h, Término: 18:35h

EVENTO: Reunião com o grupo de mulheres pesquisadas por Gicele

LOCAL: QR 305, Conjunto 05, Casa 13, Samambaia Sul

PESQUISADORA: Gicele

Nº	NOME	CARACTERÍSTICA	OBJETO	SIGNIFICADO
01	Mulher RM	Gosto de trabalhar	Pote de creme	O Renda Minha me ajuda porque quando um quer um creme para ir para a escola, um lápis, compro com o Renda Minha.
02	Mulher	"Não trabalho, não tenho saúde"		
03	Mulher RM	Boa mãe	Carteira	Serve para guardar dinheiro. Para todas as mães a ajuda é grande para o material uniforme. Ajuda grande.
04	Mulher RM	Ótima dona de casa		
05	Mulher RM	Boa mãe	Gancho	Com o RM compro material que eles precisam.
06	Mulher RM	Boa mãe	Granpeador	É para os meninos levarem para escola grampear o que precisam.
07	Mulher RM	Boa mãe	Isqueiro	Representa luz, o Renda Minha representa luz. O meu marido está desempregado, por isso o Renda Minha significa muito.
08	Mulher RM	Trabalhadora	Boneco	Representa o filho. O RM ajuda bastante meu filho. Representa criança que passa fome e que já não passam mais. "Fica emocionada ao falar".
09	Mulher RM		Briquedo vermelho	Quando não recebia passava muito sufoco.
10	Mulher RM	Boa dona de casa	Cruz	"Tá me mandando ir para a Igreja".
11	Mulher RM	Boa mãe	Calculadora	
12	Mulher RM	Boa dona de casa	Óculos	Poque necessita do Renda Minha. Sem ele você passa dificuldades.
13	Mulher RM	Trabalho e cuidado dos filhos	Almofada de coração	É bom ter o Programa, principalmente para quem tem muitos filhos.
14	Mulher RM (Suspenso)	"Diarista"	Bate-bate	Representa ajuda para os filhos.
15	Mulher RM	Boa mãe (os filhos dizem)	rolon	O Renda Minha é de grande serventia.
16	Mulher RM	"Sou aposentada"	Saca-rolha	Representa abrir as portas que estavam fechadas.
17	Mulher BF		Chave	Acho bom. Para os pais é importante. Lembre que pegamos o dinheiro só que temos que trabalhar também. Os nossos filhos também devem ter uma ocupação.
18	Mulher RM	Boa mãe	Agenda (Calendário)	Aqui está escrito "Ele veio para que eles tivessem vida". Muitas crianças não tinham o que comer. Hoje eles podem.
19	Mulher		Fita adesiva	Representa meus filhos. Que eles levam o material para a escola. Compro material com o dinheiro do Renda Minha.

PROJETO " MULHERES CULTURA E CIDADANIA"
Relatório de Encontro com Mulheres Pesquisadas

DATA: 05/09/05 Segunda feira

EVENTO: Reunião com o grupo de mulheres pesquisadas de Samambaia.

LOCAL: Paróquia Santa Luzia, Samambaia Sul

PESQUISADORA: Juliana

Nº	NOME	CARACTERÍSTICA	OBJETO	SIGNIFICADO
01	Mulher RM	Pacífica	Casca de coco	Seja mais panela cheia.
02	Mulher RM	Boa mãe	Carimbo	Serve para carimbar a ficha do Renda Minha.
03	Mulher RM	Boa pras cranças	Calculadora	Tem a ver com conta, dinheiro e vê o que dá pra pagar c/o Renda Minha.
04	Mulher RM	Boa mãe	Brinquedo	Significa Criança e é muito bom.
05	Mulher RM	Boa mãe	Cruz	Uma luz, que sem Deus a gente não é nada e o dinheiro é uma ajuda boa.
06	Mulher RM	Boa mãe	Isqueiro	Uma ajuda boa, uma idéia.
07	Mulher RM	Paciente	Chave	Um lado financeiro.
08	Mulher RM	Calma	Uma bonequinha	Pensa que é só um brinquedo, mais que é uma coisa séria.
09	Mulher RM	Mãe exemplar	Corrente	Que o Renda Minha brilhe como essa corrente, que brilhe na minha vida.
10	Mulher RM	Pacífica	Cadeado	Com a ajuda de Deus eu estou protegendo a vida de meus filhos.

PROJETO " MULHERES CULTURA E CIDADANIA"
Relatório de Encontro com Mulheres Pesquisadas

DATA: 06/09/05 Início: 19:05, Término: 19:50, Terça-feira

EVENTO: Reunião com o grupo pesquisado por D. Iolanda e Ítria

LOCAL: Escola Classe 604 - Samambaia

PESQUISADORA: D. Iolanda e Ítria

Nº	NOME	CARACTERÍSTICA	OBJETO	SIGNIFICADO
01.	Mulher BF	Trabalhadora	Chave de casa	Com ajuda fica mais fácil comprar uma casa, um dia.
02.	Mulher RM	Trabalhadora	Relógio	Marca o dia de receber. Tinha vontade e precisão de receber o RM.
03.	Mulher RM	Lutar para ter uma vida melhor	Bonequinha	Representa o RM. Dá uma ajudazinha até boa.
04.	Mulher BF	Trabalhadora	Cruz	Ama Jesus Cristo. Cuidando dos filhos. Agradece a Deus.
05.	Mulher RM	Trabalhadora	Brinquedo de criança	Pensando nos filhos dela.
06.	Mulher BF	Trabalhadora	Bonequinha	Vê seus filhos. Pensa nos filhos para complementar material escolar.
07.	Mulher BF	Batalhadora	Coco	Vira um belo artesano. É um complemento para a nossa ajuda financeira. Serve muito para o esposo para complementar a renda financeira de casa.
08.	Mulher BF	Trabalhadora	Leite	Dá uma forcinha para a gente
09.	Mulher RM	Atenciosa	Leque	Ajuda a melhorar para comprar material da criança. Ajuda na educação dos filhos.
10.	Mulher BF	Muito Otimista	Loção de Bebê	Gasta o valor com o seu Bebê
11.	Mulher BF	Exigente, trabalhadora. Um pouco de tudo	Sacarolha	Instrumento de trabalho. É uma chave que ajuda alimentar
12.	Mulher RM	Tranquila	Coração	Representa uma ajuda de custo. Tem que manter o coração tranquilo.
13.	Mulher RM	Doméstica. De Casa	Calculadora	

PROJETO " MULHERES CULTURA E CIDADANIA"

Relatório de Encontro com Mulheres Pesquisadas

DATA: 07/09/05, Início: 10:20h, Término: 11:20h

EVENTO: Reunião. Grupo Eleuza

LOCAL: Paróquia Maria de Nazaré, Samambaia Sul

PESQUISADORA: Eleuza

Nº	NOME	CARACTERÍSTICA	OBJETO	SIGNIFICADO
01	Mulher RM	Boa dona de casa	Briquedo de peixinho	Adoro criança. Compro brinquedo para meu filho com do dinheiro do RM e ele fica contente.
02	Mulher RM e BE	Trabalhadora, sou pai e mãe dos meus filhos	Calculadora	Para clacular direitinho. Não podemos estrapolar. Algumas crianças questionam que o dinheiro é deles.
03	Mulher RM e BE	Especial para Deus, filhos e netos	Caixa de óculos	Caixa é pequena mas significa muito, assim como o RM. Ajuda muitos. Meus filhos não faltam aula, tem mais disposição para ir a escola.
04	Mulher RM e BE	Trabalhadora	Cruz	Não vivemos sem a cruz. Os meninos não faltam mais aula. Agradeço muito a Deus.
05	Mulher RM e BE	Boa mãe e dona de casa	Bolsa com calculadora	Representa ajuda no material que fica faltando para os filhos e livros.
06	Mulher RM	Boa dona de casa e mãe	rolon	O Renda Minha melhorou muito. É ajuda boa.
07	Mulher RM	Boa mãe	Calendário	Representa o estudo das filhas, comida, caderno, roupa. Compro com o dinheiro do RM.
08	Mulher RM e BE	Boa mãe	Boneca	Porque o RM adiantou para comprar roupa, lápis, caderno e as crianças ficam mais animadas para irem à escola.

PROJETO " MULHERES CULTURA E CIDADANIA"

Relatório de Encontro com Mulheres Pesquisadas

DATA: 08/09/05 Quinta feira, Início: 17:45h, Término: 19:08h

EVENTO: Reunião com o grupo pesquisado por Eugênia

LOCAL: QR 312, Conjunto 07, Casa 14, Samambaia Sul

PESQUISADORA: Eugênia

Nº	NOME	CARACTERÍSTICA	OBJETO	SIGNIFICADO
01	Mulher Renda Minha	Boa mãe	Chave	É com esse dinheiro que dou o pão para meus filhos, pago aluguel, se não fosse esse dinheiro...? Com ele cuido dos meus filhos.
02	Mulher Bolsa Escola e RM	Trabalhadora	Calculadora	Para calcular as dívidas. Mas estou satisfeita. Estou sendo despejada da casa onde moro por causa do ex-marido.
03	Mulher Renda Minha	Falante	Relógio	Marca a hora para o trabalho. Estou desempregada e não vejo a hora de trabalhar.
04	Mulher Renda Minha	Fazer amizades	óculos	Para enchergar melhor o dinheiro que estamos ganhando.
05	Mulher	Boa mãe	Boneca	Representa os filhos. Agora quando os filhos pedem alguma coisa eu posso comprar.
06	Mulher Renda Minha	Boa mãe	Vidro de creme	O Renda minha é importante e me ajuda muito. O frasco de creme representa que agora compro as coisas para os filhos.
07	Mulher Renda Minha	Boa mãe	Bolsa	A bolsa significa a falta de dinheiro. O Renda Minha ajuda muito. Os meus filhos quando chega no dia de receber sempre querem algum dinheiro.
08	Mulher RM	Boa mãe Alegre	Bolsa	É ótimo. É a bolsa que era vazia antes. Hoje tem uns trocadinhos. É pouco mas é a única renda que eu tenho.

PROJETO " MULHERES CULTURA E CIDADANIA"
Relatório de Encontro com Mulheres Pesquisadas

DATA: 10/09/05 Início: 10:45, Término: 11:50, Sábado
EVENTO: Reunião com o grupo pesquisado por Patrícia
LOCAL: QR 313 Conj. 10 Casa 26 - Samambaia
PESQUISADORA: Patrícia

Nº	NOME	CARACTERÍSTICA	OBJETO	SIGNIFICADO
01.	Mulher RM e BE	Trabalhadora	Roda	Roda da carroça para trabalhar. Tem onze filhos, cata papelao, filho na papuda. O dinheiro ajuda nas compras de casa e remédio.
02.	Mulher RM	Batalhadora	Bolsa	Significa trabalho. Nunca desistir, correr atrás do que se quer.
03.	Mulher (convidada)	Trabalhadora	Chave	Significa as vitórias que eu consegui.
04.	Mulher RM e BE	Boa mãe	Chave	Rep. Chave da casa, não consegui contruir até hoje. Não tenho saúde. Espero que melhore
05.	Mulher RM	Boa dona de casa	Caixa de óculos	Ajuda na auto estima da mulher. Não depender dos homens. Seg. chave da casa. Quem não tem emprego que ficar pedindo ao marido.
06.	Mulher RM	Boa mãe	Cadeado	Ajudou quando eu mais precisava, falta emprego! Ajuda em casa, e na construção da casa.
07.	Mulher RM e BE	Amiga	Coração	Ajudou um pouco na vida da família.
08.	Mulher RM	Saúde	Calculadora	Faço contas sobre quanto estou devendo e vou pagar com o RM. Mas não dá para pagar. Eu prefiro trabalhar. Catadora de recicláveis.
09.	Mulher RM	Boa mãe		Ninguém em casa está trabalhando. Sou pai e mãe.

PROJETO " MULHERES CULTURA E CIDADANIA"
Relatório de Encontro com Mulheres Pesquisadas

DATA: 10/09/05 Domingo, Início: 15:00h, Término: 16:00h

EVENTO: Reunião com o grupo pesquisado por Florilda

LOCAL: Paróquia QR 327

PESQUISADORA: Florilda

Nº	NOME	CARACTERÍSTICA	OBJETO	SIGNIFICADO
01	Mulher RM e BE	Boa mãe e dona de casa	calculadora	é para somar as contas, o Renda Minha é tudo, sem ele...? Moro na invasão.
02	Mulher RM e BE	Boa mãe e dona de casa	Brinquedo de peixinho	Meus filhos gostam muito de peixe, por isso com o dinheiro compro para agradar os filhos.
03	Mulher RM e BE	Boa mãe e esposa	Bolsa	Para quando pegar o dinheiro colocar dentro.
04	Mulher	Dona de casa	Boneca	Só recebi uma vez e fui cortada. Preciso muito desse dinheiro para meus filhos.
05	Mulher RM e BE	Boa mãe	Pote de creme	Tenho bebês gêmeos com o pote de creme lembrou deles. Com o dinheiro pode comprar as coisas para eles.
06	Mulher RM e BE	Convicta Boa mãe	Corrente	Significa jóia. Que Deus abençoe quem teve esta idéia.
07	Mulher RM e BE	Boa mãe de dona de casa	Carteira calculadora	Para colocar o dinheiro do Renda Minha. Me ajuda bastante.
08	Mulher RM e BE	Boa mãe e esposa	Cruz	Deus me ajudar para todas as vezes o dinheiro estar lá.
09	Mulher recebe) RM	Boa avó	coco	Representa um copo. Todos os dias de manhã tem leite para os meninos, não falta. Graças o Renda Minha.
10	Mulher RM e BE	Boa dona de casa	Isqueiro	Com o dinheiro vou direto para o mercado para comprar isqueiro e ascender o fogo. Com ele também pago o aluguel.
11	Mulher Gerald) RM	Boa mãe, avó e dona de casa	Leque	Representa coisas boas, ajuda muito minha filha. É muito legal. Queria que tivesse chegado no tempo dos meus filhos.
12	Mulher RE	Boa mãe e dona de casa	Calendário	Marca o dia de receber.
13	Mulher RM e BE	Boa esposa boa mãe	Chave	Tenho um sonho a realizar que é a casa própria.
14	Mulher RM	Boa mãe e dona de casa	Cadeado	Trancar a casa quando sai. 3 anos que recebo chegou em boa hora, é segurança.
15	Mulher RM	Boa dona de casa	Óculos	Para enchergar bem as coisas. Compro coisas para os meninos.
16	Mulher RM e BE	Boa mãe	Relógio	Regula bem a vida. O dinheiro chegou em boa hora.

PROJETO " MULHERES CULTURA E CIDADANIA"
Relatório de Encontro com Mulheres Pesquisadas

DATA: 10/09/05, Início: 17:30h, Término: 18:30h

EVENTO: Reunião com o grupo pesquisado por Núbia e Paloma

LOCAL: Sub-Administração, Salão do Centro Comunitário da Expansão, Samambaia Norte

PESQUISADORA: Paloma/Núbia

Nº	NOME	CARACTERÍSTICA	OBJETO	SIGNIFICADO
01	Mulher BF	Alegre	Pote de Creme	Com o dinheiro compro material para minha filha.
02	Mulher Renda Minha	Boa vizinha	Brinquedo de peixinho	O Programa ajuda muito, tudo que os filhos precisam eu compro.
03	Mulher Renda Minha	Alegre	Calendário	Conto os dias para receber e comprar coisas para os filhos.
04	Mulher RM	Estudiosa	Bolsa calculadora	Significa dinheiro para comprar caderno e lápis.
05	Mulher Renda Minha	Comunicativa	Boneca	Representa osfilhos. O Renda Minha entrou na minha vida no momento que eu precisava.
06	Mulher Sem benefício	Comunicativa	Relógio	Com o passar do tempo o governo promete e não faz. Antes recebia a cesta, hoje nada. Devia ter mais emprego.
07	Mulher Renda Minha	Boa mãe	Cruz	É muito bom o Renda Minha, melhorou muita coisa na minha vida. Agradeço a Deus.
08	Mulher Renda Minha	Comunicativa	Pote de Creme	O Renda Minha significa um pouco mais de conforto para meus filhos.
09	Mulher Renda Minha	Boa mãe	Óculos	Representa que através do Renda Minha comprei óculos da minha filha.
10	Mulher Renda Minha	Alegre	Coco	Significa muita coisa. Serve para comer, colocar o alimento. Ajuda muito o Renda Minha.
11	Mulher Renda Minha	Comunicativa	Calculadora	Faço orçamento para ver o quanto vou gastar.
12	Mulher Renda Minha	Boa mãe e vizinha	Bolsa	Significa pegar o Renda Minha. Coloco na bolsa e vou pagar o gás e a comida.
13	Mulher RM	Boa mãe	Caixa de óculos	Para fazer o óculos se meu filho precisar, com o dinheiro do Renda Minha.
14	Mulher Renda Minha	Feliz	Caixa de óculos	Representa que tenho dinheiro para comprar lápis, material para os filhos.
15	Mulher Bolsa Família	Boa mãe	Vidro de perfume	Como se ficasse mais leve a vida com o Bolsa Família, assim com o perfume.
16	Mulher RM	Alegre	Boneco	Representa meus filhos. Melhorou bastante com o Renda minha.

ANEXO 4

CADERNO DE FORMAÇÃO:

MULHERES, CULTURA E
CIDADANIA

Este caderno é o retorno para o trabalho de mobilização e formação de grupos de mulheres para que se reconheçam como protagonistas de sua própria história e, organizadas, lutem pela conquista e defesa de seus direitos.

O caderno está organizado em quatro encontros. Cada um deles possui quatro momentos: aquecimento, com algumas perguntas ou vivências para começar a conversa; aprofundamento, textos para leitura, reflexão e debate; texto de apoio, uma orientação para a reflexão; e exercitando, aplicação dos saberes trocados e aprendidos.

Esperamos que seja um instrumento útil para colaborar na organização das mulheres e, por isso, na transformação social.

Realização:



Apoio:



CADERNO DE FORMAÇÃO



Mulheres, Cultura e Cidadania

Brasília, DF, 2005

Mulheres, Cultura e Cidadania

Brasília, novembro de 2005

Ficha Técnica

Daniel Seidel - Mulheres, Cultura e Cidadania. Daniel Seidel (Org.).

1ª Edição. Brasília: Vida e Juventude, 2005.

1. Cidadania 2. Direitos Sociais 3. Feminismo 4. Políticas Sociais 5. Relações de Gênero 1. Título



Vida e Juventude

SDS Ed. Venâncio Júnior Bloco M 1º subsolo sala 07

CEP: 70394-900 Brasília – DF

Fone/fax: (61) 3323-1954

e-mail: vidaejuventude@gmail.com

Apresentação

Este Caderno de Formação foi viabilizado graças ao financiamento recebido da Secretaria Especial de Política para Mulheres da Presidência da República do Brasil para o Projeto Mulheres, Cultura e Cidadania, proposto pelo Centro de Formação Popular Vida e Juventude.

O projeto foi realizado em São Sebastião (DF) e Samambaia (DF). Em São Sebastião, realizou o trabalho de mobilização social das mulheres, com a ginástica, oficinas de artesanato, grupos de terapia comunitária, grupo de cidadania, atuação com grupo de idosas e juventude, além de visitas domiciliares para o acompanhamento personalizado das mulheres participantes.

Em Samambaia, o projeto possibilitou a realização da pesquisa de Daniel Seidel, para o mestrado em Ciência Política, do Instituto de Ciências Políticas da Universidade de Brasília, sob orientação da Professora Lúcia Avelar, com o tema “Políticas Sociais e Relações de Gênero”.

600 mulheres beneficiárias dos programas Bolsa-Escola Federal e do Renda Minha participaram de duas etapas da pesquisa: 1ª) resposta ao questionário realizado por mulheres pesquisadoras de Samambaia; 2ª) participação em uma reunião, quando vivenciaram um sociodrama.

As imagens deste caderno foram registradas as sessões de psicodrama, quando cada participante, após o aquecimento, escolheu um objeto para falar sobre qual era o significado que os programas Bolsa-Escola Federal e Renda Minha tinham para elas, enquanto mulheres.

Este caderno é o retorno para o trabalho de mobilização e formação de grupos de mulheres para que se reconheçam como protagonistas de sua própria história e, organizadas, lutem pela conquista e defesa de seus direitos. Complementam este trabalho, o vídeo “Bolsa-Escola e Renda Minha: Direito ou Favor?” e o livro com os resultados preliminares da pesquisa.

As pesquisadoras foram mulheres, moradoras de Samambaia. Algumas, inclusive, também beneficiárias dos programas pesquisados. Após pesquisarem 30 mulheres, fizeram o trabalho de mobilização para as reuniões, quando se utilizou o psicodrama.

Elas participaram, além da capacitação específica para serem pesquisadoras, de um curso de formação de lideranças de 80 horas sobre História da lutas das mulheres, Saúde da Mulher, Cultura de Paz e Direitos Humanos, Relações de Gênero, Mobilização Social e Terapia Comunitária.

Este conteúdo foi utilizado neste curso de 20 horas para formação no tema “História das lutas das mulheres e Relações de Gênero”. Ele foi fruto de um seminário sobre educação popular e relações de gênero, realizado pelo Vida e Juventude, em parceria com o CEA, IBRADES e CEBI, complementado com o estudo de Daniel Seidel, realizado durante o mestrado em Ciência Política, da UnB.

O caderno está organizado em quatro encontros. Cada um deles possui quatro momentos: aquecimento, com algumas perguntas ou vivências para começar a conversa; aprofundamento, textos para leitura, reflexão e debate; texto de apoio, uma orientação para a reflexão; e exercitando, aplicação dos saberes trocados e aprendidos.

Esperamos que seja um instrumento útil para colaborar na organização das mulheres e, por isso, na transformação social.

Brasília (DF), novembro de 2005.

Daniel Seidel

Sumário

Apresentação

Sumário

Agradecimentos

1º Encontro

2º Encontro

3º Encontro

4º Encontro

Anexos:

1º Encontro

Texto 1: Desempacotando gênero – Manual de Formação em Gênero, 1999.

Texto 2: Porque gênero é uma questão de desenvolvimento - Helvi Sipila, 1975

Exercitando:

Enunciados sobre Homens e Mulheres

Gabarito do Exercício

2º Encontro

Texto 1: Os direitos do homem e do cidadão no cotidiano. Educarede, 2004.

Texto 2: O debate atual sobre Relações de Gênero. Daniel Seidel, 2005.

3º Encontro

Texto 1: Entrevista: A rebeldia que pode mudar as relações. Mundo Jovem, 2005.

Texto 2: Novas relações de gênero são possíveis. Ivone GEBARA, 2004

Texto 3: A escultura do corpo original numa forma cultural. Betania Maciel, 2004

Exercitando:

Poema “A MULHER EO HOMEM”, de Victor Hugo

Agradecimentos

A minha esposa, Jussara, pela paciência, companheirismo e exemplo de garra e coragem.

Às minhas filhas, Isabela Fernanda e Júlia Letícia, por terem partilhado o pouco tempo do Pai com os estudos, me distraíndo e tirando minha atenção para recobrar o fôlego e a motivação.

Às mulheres que participaram da pesquisa, com tanta generosidade.

A minha família do Distrito Federal, do Espírito Santo e de Minas Gerais, pela compreensão e solidariedade.

À Professora Lúcia Avelar, minha orientadora, pela profundidade, coerência, dedicação, paciência e afeto em meus momentos de maior ansiedade.

À Equipe da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, da Presidência da República do Brasil, pelo financiamento e pelas orientações necessárias à execução do Projeto.

Agradecemos especialmente a equipe que atuou diretamente na pesquisa:

Jussara Mendonça de Oliveira Seidel, como coordenadora também.

Rose Elaine Silva, Marco Aurélio Dantas e Luiz Carlos Lopes, como assistentes de pesquisa.

Agradecemos de forma especial às pesquisadoras:

(PEGAR NOMES COM LUIZ LOPES OU MAGDA E COLOCAR EM ORDEM ALFABÉTICA)

À coordenadora do Projeto em São Sebastião, Gildete, e à generosa colaboração de instrutoras de oficinas e terapeutas que atuam na cidade.

A Coordenação do Vida e Juventude: José Ivaldo Araújo de Lucena, César Fernandes, Magda Maria da Silva, Luiz Carlos Lopes, Vera Lúcia de Almeida, Jussara Mendonça de Oliveira Seidel, Cícero Fernando Barbosa, Maridelma Ilário de Lucena, José Carlos Soares Pinto e Sílvia Rejane Águeda Pinto. E à secretária do escritório: Núbia.

Agradecemos a todas as pessoas que nos cederam os espaços para fazer as reuniões: foram igrejas, academias de ginástica, centros comunitários, associações de moradores, residências de lideranças da comunidade.

Agradecemos a Paróquia Maria de Nazaré, de Samambaia, que cedeu as salas para realização do curso de formação de lideranças das pesquisadoras. Para este curso, contamos com a parceria da Rede de Educação Cidadã (Talher) do DF, do Programa Fome Zero, e da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP, da CNBB), às quais agradecemos.

Em São Sebastião, agradecemos a acolhida da Casa do MOPS (Movimento Popular de Saúde), Paróquia Santo Afonso e Associação de Moradores.

Agradecemos às pessoas e instituições que hoje colaboram nos grupos que já se criaram com as mulheres pesquisadas, realizando oficinas de artesanato e grupos de ginástica, ou cedendo espaços para que estas ações aconteçam.

1º ENCONTRO

1. Aquecimento

Que sentimentos nós queremos tirar para fora deste estudo sobre Relações de Gênero?

Que sentimentos nós queremos que estejam presentes na reflexão sobre Relações de Gênero?

Dinâmica: Escrever em um pedaço de papel os sentimentos que queremos de deixar fora da discussão e em um outro pedaço, escrever os sentimentos que devem estar vivos durante este estudo. Após o momento individual solicitar que cada um(a) compartilhe. Pode-se colocar uma caixa com a palavra LIXO para os sentimentos que queremos “jogar fora”.

2. Aprofundamento:

Leitura dos textos abaixo em subgrupos, e a partir de cada um deles, refletir: Quais são os elementos que entendemos não poderem estar ausentes neste conceito (gênero)?

Textos:

1. Desempacotando gênero – Manual de Formação em Gênero da Oxfam, 1999.
2. Porque gênero é uma questão de desenvolvimento - Helvi Sipila, 1975

3. Texto de Apoio:

A partir do texto “Desempacotando Gênero”, se faz a primeira descoberta: que sexo é diferente de Gênero. A identidade sexual é maçada pelo aspecto biológico, enquanto Gênero diz respeito à construção da identidade do Feminino e do Masculino.

As atividades exercidas por homens e mulheres são variáveis de acordo com o meio sócio-cultural. As identidades do masculino e do feminino são aprendidas, não se tem um modelo de “o homem perfeito é isto”, “a mulher ideal é aquilo”. Mesmo nas construções sócio-culturais, há a individualidade de cada ser que vive no seu cotidiano o que é ser homem e o que é ser mulher.

Historicamente se associou a formação dos papéis masculino e feminino com o binômio respectivo: força e fragilidade, hoje, porém há muitas mudanças em curso. O machismo ainda predomina, mas o movimento feminista, através de suas lutas conquistou grandes mudanças históricas (como o direito a voto, a conquista do mercado de trabalho, a realização de conferências Mundiais sobre a Situação da Mulher, entre outras). A luta feminista hoje é para também libertar o homem de sua sujeição histórica, ao seu papel de “durão”, “dominador sem sentimentos”, para o resgate da sensibilidade em todas as suas relações.

O texto “Porque gênero é uma questão de desenvolvimento” enfoca a questão da linguagem dominada pelo gênero masculino, revelando o aspecto ideológico que ela traz. Reafirma que a identidade de gênero é reproduzida culturalmente e quem se dispõe a mudá-la é taxado(a) de “diferente”.

Aborda que as diferenças entre homens e mulheres sempre existirão, considerando o aspecto biológico, e o caminho não é ignorá-las, mas mantê-las com respeito e igualdade.

Todavia alerta que refletir sobre como se estabelecem relações de gênero é uma questão de desenvolvimento, visto que a desigualdade social deixa profundas marcas nas mulheres, principalmente nas empobrecidas: a maioria dos analfabetos são mulheres. Em situações de miséria são elas que “bancam” a família sobrevivente, enfrentando a exclusão social. Nos trabalhos de base são a maioria, porém nas instâncias de decisão ainda são muito poucas.

O texto denuncia que há uma “normatização masculina” para todas as áreas humanas, onde a referência é o homem.

Gênero, sm. 1. Conjunto de espécies que apresentam certo número de caracteres comuns. 2. Classe, ordem, qualidade. 3. Modo, estilo. Gram. Propriedade que têm certas classes de palavras de se flexionar para indicar o sexo. (...) (Aurélio – Minidicionário – Ed. Nova Fronteira).

Não obstante esta definição, Marisa Rios diz que é uma construção social e a linguagem é herança cultural que carregamos. A linguagem ajuda a perpetuar a cultura machista. Para uma

cultura as palavras podem mudar de significado completamente: “gênero” está querendo falar muito, e mais, quer falar de você com você mesmo. Todos(as) temos em nós os princípios do feminino e do masculino, mas não conseguimos demonstrar sempre, pois é uma construção! Por isso, tudo aquilo que queremos colocar na lata do lixo neste debate pode ser resumido em uma só palavra: preconceito.

O sexo só se refere à diferença entre o macho e a fêmea, as relações biológicas, que não constitui tudo. Uma indicação a todos/as é o livro “O Feminino e o Masculino”, de Leonardo Boff e Rose Mary Muraro.

Outra questão se encontra implícita na fala de todos/as: o “patriarcalismo” e “Matriarcalismo”. Historicamente tivemos primeiro o matriarcalismo: liderança feminina, grandes deusas, imagens, que representaram o conjunto do que era o feminino e o masculino, porém tal cultura foi mudando com o tempo.

Feminismo não é o contrário do machismo. É uma luta para buscar uma forma de melhorar nossas relações entre mulheres e homens. O que carregamos é o forte preconceito sobre as relações de gênero, em nossa memória foi colocado desta forma.

Conceito sobre Gênero desenvolvido pela mulheres trabalhadoras rurais:

“Gênero se refere às relações entre MULHERES e HOMENS, MULHERES e MULHERES e HOMENS e HOMENS. Todas estas relações criam desigualdades, fazendo com que alguns tenham mais poder sobre outros, sendo considerados mais importantes e respeitados na sociedade. Isto também faz com que algumas pessoas tenham mais oportunidade e liberdade para se desenvolver do que outras.”

4. Exercitando

Distribuir uma folha com enunciados (em anexo) sobre homens e mulheres. Cada um(a) assinala se tal enunciado se trata de um conceito biológico ou de gênero.

2º Encontro

1. Aquecimento

Você sabe como se deu a luta das mulheres pela igualdade nas relações de gênero?

Dinâmica: Realizar um cochicho e depois partilhar, colocando em tarjetas: datas e acontecimentos importantes na luta pela igualdade nas relações de gênero.

2. Aprofundamento

Leitura dos textos abaixo em subgrupos, e a partir de cada um deles, refletir: Quais são os elementos que entendemos não poderem estar ausentes neste conceito (gênero)?

Textos:

1. Os direitos do homem e do cidadão no cotidiano. Educarede, 2004.
2. O debate atual sobre Relações de Gênero. Daniel Seidel, 2005.

3. Texto de apoio

A conscientização política que visa a garantir os direitos de cidadania.

Nas universidades o período em que se começou a trabalhar as relações de gênero, se deu por volta da década de 1920 e 30, mas a emergência veio com um processo após os movimentos revolucionários da Europa ocidental - séc. XIX - após a Revolução Francesa (1789) e Revolução Filosófica Alemã.

Antes destas revoluções, francesa e filosófica, era um absurdo falar em igualdade, cidadania. O debate sobre as Relações de gênero foi fruto do amadurecimento das relações capitalistas de produção, herança revolucionária das minorias políticas (trabalhadores, mulheres). Foi na mudança do sistema Feudal para o Liberal: substituição da aristocracia pela burguesia, momento em que os movimentos socialistas, aí também incluído o das mulheres.

Segundo a professora Lúcia Avelar, feminismo não é nome feio, antes "é adquirir consciência de direitos, conscientizar-se de que sua situação desigual é decorrente de uma estrutura social". Temos que limpar o conceito. O nosso trabalho de educação popular deve ajudar os indivíduos a se enxergarem como responsáveis por sua posição social, as relações não são de dominação, "por que Deus quis assim".

A organização dos trabalhadores se deu de modo diferente no capitalismo Norte-Americano e Europeu. Temos, assim, que o feminismo construído nos EUA é bastante diferente: surgiu junto com a idéia de que o indivíduo cresce na organização por ele próprio, não pela organização;

A construção da luta dos trabalhadores por igualdade na Europa se deu dentro do coletivismo: foi a experiência das guildas européias (trabalho junto com a família) que contribuiu para a organização política (organização para o trabalho).

O processo do trabalho político coletivo se dá dessa forma: no coletivo (grupo) os indivíduos se reconhecem através do/a outro/a; "Enxergo-me no/a outro/a que é meu/minha igual". É o que se chama dialética do reconhecimento. É o trabalho de reconhecimento recíproco que nos dá identidade individual e coletiva, que ultrapassa a nossa existência banal de ser um/a. Eis a chave para organização popular: o reconhecimento social.

A mudança advém da criação de consciência de igualdade. Nesta linguagem da igualdade, não tem diferença o homem lutar pelas causas feministas e a mulher pelas causas sociais. Se trata de focos diferentes da mesma luta pela igualdade social.

Na concepção da elite burguesa: o homem é a força de trabalho e a mulher aconchego do lar. Quando a mulher saiu disto? Quando o salário do homem não era suficiente, e a mulher reivindicou um trabalho que lhe desse maior satisfação: foi o rompimento da estrutura da familiar burguesa.

O conceito de família hoje é diferente: de amigos, duas mulheres, só mulheres, homens: com isto, muda-se o próprio conceito de sociedade!

Nesta luta pela igualdade um momento importante foi a conquista do sufrágio (direito ao voto) pelas mulheres. Quem votava? Quem possuía terra (em todos os países do mundo). Foi uma conquista através dos tempos. No Brasil, os soldados, padres, negros, mulheres, não tinham este

direito assegurado. A extensão do voto parecia uma grande conquista: sufrágio universal - todos são iguais. Definindo a potencialidade igualitária, pelo menos na teoria!

Na política, o preconceito contra as mulheres revela toda a sua força. Quando se fala das mulheres candidatas, afirma-se que o poder é a droga mais alucinante que existe. Diz-se que houve grande incidência de candidatos com mulheres vice na última eleição (2002). Tal fato, deve-se a uma pesquisa prévia de opinião com resultado que dava confiabilidade às mulheres - atrai o eleitorado. Mas atenção: ser candidata mulher, não significa que serão feministas! Para este debate ver livro: Mulheres na Elite Política Brasileira - Lúcia Avelar - Ed. Unesp.

Destacou-se que a consciência pode advir de duas formas de educação política: (a) educação formal, que nos oferece a possibilidade de reflexão própria, que dá autonomia; e (B) a educação pela organização social, que também ensina, mas que leva a pessoa a buscar os direitos sociais.

4. Exercitando

Qual é consciência de direitos que os grupos e comunidades onde você possui?

O que fazer para avançar ?

3º Encontro

1. Aquecimento

Dinâmica: Ao som de música, fazer dois círculos concêntricos, de forma que o círculo do interior esteja voltado para o exterior, e possibilite a troca de carinho através do olhar. E assim, girando em opostas direções, pode-se acariciando com o olhar, desejando boas coisas a todos/as..... Após este momento, organiza-se dois grupos pelo critério biológico: sexo feminino de um lado, masculino de outro. Convida-se a cada grupo a fazer um exercício de empatia, ou seja, colocar-se no lugar do(a) outro(a): mulheres sentindo o ser masculino e homens sentindo a forma feminina de ser. Solicita-se que:

1º Grupo formado por homens - reproduzir um som tipicamente feminino (representar a mulher através de um som);

2º Grupo formado por Mulheres - reproduzir um som tipicamente masculino (representar o homem através de um som);

3º Grupo formado por Homens - representar a mulher através de um gesto das mulheres;

4º Grupo formado por mulheres - representar o homem através de um gesto masculino.

2. Aprofundamento

Leitura dos textos abaixo em subgrupos, e a partir de cada um deles, refletir: Quais são os elementos que entendemos não poderem estar ausentes neste conceito (gênero)?

Textos:

1. A rebeldia que pode mudar as relações. Mundo Jovem, 2005.
2. Novas relações de gênero são possíveis. Ivone GEBARA, 2004
3. A escultura do corpo original numa forma cultural. Betania Maciel, 2004

3. Texto de apoio

O texto de Ivone Gebara sobre “Gênero” aponta que a reprodução da cultura machista é realizada principalmente pela mulher, visto que na divisão social do trabalho, ainda predominante, é a ela que cabe a educação dos filhos e filhas, na continuação de sua dupla jornada. É na família que se “naturalizam” as obrigações de homens e de mulheres: o que um(a) pode ou não fazer!

Simone Beauvoir, mencionada no texto, afirma que: “Não se nasce mulher, é preciso tornar-se mulher!” Ser homem e ser mulher é uma construção, uma construção social, afirma.

Algumas frases para refletir:

- É importante conhecer a história, para conhecer e transformar o presente;
- A identidade de gênero é uma construção sócio-cultural;
- Gênero é diferente de sexo;
- Tudo está ligado: política, história, gênero, cultura;
- Não basta ser mulher, tem que se pensar diferente;
- Quando se pensa em gênero, não fazer diferença ser homem ou mulher, é um questão de ação e de atitude;
- Todos/as temos dentro de nós o princípio masculino e feminino;
- Respeitar as diferenças, saber mantê-las, pois não temos que ser iguais. A questão de ser diferente não pode implicar em desigualdade, não há antônimo;
- A linguagem e o movimento não são simples instrumentos de comunicação, são reprodutores de ideologia;
- As relações têm que ser de equidade, não de desigualdade;

4. Exercitando

1. Ler em dois coros o poema de Victor Hugo
2. Refletir: Que “rótulos” de homem e de mulher está por detrás do poema de Victor Hugo?

4º Encontro

1. Aquecimento

Fazer memória dos encontros anteriores:

O que ficou marcado para cada um e cada uma?

2. Aprofundamento

Retramatização:

1º Passo: Solicita-se que todos/as peguem uma folha de papel e que ao dar uma repassada em sua própria vida, desde o nascimento até o dia de hoje, e escrever qual a experiência mais marcante no sentido de relações de gênero. Pede-se que se escreva no papel a fim de que outra pessoa possa ler, mas sem se identificar (pode-se inventar outros nomes para situações reais).

Após o relato escrito por cada um/a, forma-se pelo menos três grupos ou mais (que cada grupo tenha entre 6 e 7 pessoas). Estes grupos deverão ser organizados em uma ordem combinada entre os participantes: 1º, 2º, 3º e assim por diante.

Formados os grupos. Recolhe-se todas as histórias de cada grupo e passa-se para o grupo seguinte ler.

Nesta primeira rodada dos grupos, pede-se a todos/as a colaboração para que haja cumplicidade, pois será relatado o que faz parte da história de cada um e cada uma, e que toda esta partilha deveria ficar somente entre nós. Cada integrante do grupo lerá uma história, vinda de pessoa de outro grupo e, ao final, este grupo deverá construir uma história única (com início, meio e fim) com as histórias pessoais ouvidas.

A segunda rodada se inicia com a leitura da história elaborada pelo grupo anterior, para que o grupo atual prepare uma dramatização, distribuindo papéis e combinando as cenas, porém sem ensaiar.

Finalmente, em plenário, cada grupo apresenta a dramatização das histórias, podendo o facilitador utilizar as técnicas do psicodrama para aprofundar as cenas, os temas, as reflexões.

Assim para exemplificar:

1º momento	Cada pessoa relata por escrito uma cena de sua vida marcante em relação a relações de gênero
2º momento	Formam-se pelo menos três grupos e recolhe-se as histórias pessoais por grupos
3º momento	As histórias das Pessoas do grupo 1 serão lidas pelo grupo 2, as do grupo 2 serão lidas pelo grupo 3 e as do grupo 3 serão lidas pelo grupo 1 (se só houver 3 grupos). Cada grupo deverá elaborar uma história e lhe dar um título a partir das histórias pessoais que leu.
4º momento	O grupo 1 receberá e lerá a história elaborada pelo grupo 3; o grupo 2 receberá e lerá a história elaborada pelo grupo 1, e o grupo 3 receberá e lerá a história elaborada pelo grupo 2. Cada grupo deverá preparar uma dramatização a partir da história, distribuindo papéis e combinando as cenas.
5º momento	Cada grupo dramatizará em plenário a história.
6º momento	Comentários e reflexões: (pode ser em cochichos e depois plenária) 1. Como foi ver a minha história sendo retratada nas encenações? 2.

3. Texto de Apoio:

Temos que aprender a conviver (com - viver) com o diferente, com a diversidade; Seremos capazes de ouvir;

Mudar a imagem que temos de Deus: tentar mudá-la do "Deus autoritário" para o "Deus amoroso", que é Pai e Mãe, Ternura, Misericórdia, Vida, ...

É preciso elucidar os problemas de gênero dentro da comunidade; o trabalho deve ser gradual. Para isto, é necessário ter persistência e paciência;

É necessário repensar as práticas de nossos/as pais/mães; e passar por uma constante transformação pessoal.

È importante trabalhar a sexualidade e as relações de poder, por meio do auto-conhecimento do corpo, aguçando a percepção. Trabalhar também "traumas, medos, castigos, culpas, fulga"; Repensar os papéis do homem e da mulher nas relações de gênero.

Trabalhar ecofeminismo - relação da pessoa com a natureza; harmonia, não obstante a diferença;

As mudanças passam por rever as questões relativas à linguagem (piadas, por exemplo);

No trabalho de educação popular, conhecer e envolver as famílias, percebendo os novos tipos de famílias que existem hoje;

Ao nos revelarmos, nos expomos e já que não somos deuses/deusas, temos que conviver com a falibilidade. E cabe questionar: estamos dispostos/as a nos expor, a mostrar nossas fraquezas?

Temos que perceber como a política influencia nosso cotidiano. Há uma visão muito "Psicologizante" do tema: como se todos entrassem em terapia tudo se resolveria. Isso não é verdade! Temos que ter uma visão política. A política pública nos desafia, tendo em vista que já estamos cansados/as dela. Temos que nos organizar para que os direitos sejam respeitos. Direitos como a saúde da mulher, que é questão omissa na saúde pública;

Surgem vários desafios:

1) Organizar grupo de mulheres: organizá-las politicamente; desenvolver consciência de que sou igual ao/à outro/a;

2) Repensar nossos modelos: Deus, família,

3) Revelar os vários tipos de violência (violência velada);

4) Levar informações e trocar experiências;

5) Partir da realidade (somos educadores/as, porque estamos inseridos na realidade);

6) Observar as vertentes do trabalho: nós (trabalhar o individual e a realidade que nos cerca), as perspectivas comunitárias, e dimensão social - não é possível trabalhá-las individualmente;

7) organizar grupos de homens, para discutir as masculinidades.

4. Exercitando:

Em grupos responder à pergunta:

A partir das reflexões feitas, que desafios, respostas ou caminhos descobrimos, no âmbito da família, do trabalho/escola, da militância e da sociedade, que podemos colocar em prática para avançar na consciência e vivência das relações de gênero com mais igualdade?

1º Encontro, Texto 1:**Desempacotando o Gênero**

Gênero é uma palavra antiga que vem sendo utilizada com um novo sentido. É uma palavra “guarda-chuva” que contém um conjunto de idéias inter-relacionadas. Porque o seu uso é novo, é difícil traduzi-la. Um amigo de um técnico da Oxfam na Etiópia mostrou-se curioso e espantado ao saber que a Oxfam esteve três dias “discutindo sexo”. Na verdade, a oficina em Addis Ababa estava trabalhando a distinção entre sexo e gênero. Compreender esta diferença e o conceito de gênero, é essencial para a nossa compreensão de como o processo de desenvolvimento afeta de forma diferente homens e mulheres e meninos e meninas.

Sexo é um fato biológico: nós nascemos machos ou fêmeas; é o homem quem fecunda e é a mulher quem concebe, dá a luz e amamenta os bebês. Sobre esta diferença biológica nós construímos um edifício de atitudes e suposições sociais, comportamentos e atividades: estes são os nossos papéis e as nossas identidades de gênero. Ao questioná-los, podemos nos sentir ameaçados/as, de nossas relações pessoais e sociais, de nossa cultura e tradição.

É importante ainda compreender como nós aprendemos a ser meninos e meninas e a ser homens e mulheres; como definimos o comportamento masculino e o feminino; como nos são ensinadas as atividades que são consideradas como apropriadas ao nosso sexo e a forma como devemos nos relacionar entre nós. O que aprendemos depende da sociedade na qual nascemos e da nossa posição nesta sociedade, de nossa riqueza ou pobreza relativa e de nosso grupo racial ou étnico. Diferentemente do sexo, os papéis de gênero são variáveis. Em algumas sociedades as mulheres são agricultoras, possuem gado, lavram sua própria terra; em outras, isto é “contra a natureza e as leis de Deus”; e em outras situações onde há guerra, migração ou outros fatores que deixaram as mulheres inteiramente responsáveis pela manutenção da casa, o costume foi modificado para permitir-lhes ter os meios de produção para sustentarem suas famílias. Assim, os papéis de gênero não apenas variam de acordo com a sociedade, como também se modificam ao longo do tempo.

A análise de gênero volta-se para os papéis e atividades masculinas e femininas e para as relações entre mulheres e homens. Questiona não apenas quem faz o que, mas também quem toma as decisões, quem recebe os benefícios, quem utiliza recursos como terra ou crédito e quem controla estes recursos. Questiona ainda que outros fatores influenciam estas relações, tais como leis sobre direitos de propriedade e herança.

Isto revela que mulheres e homens, por causa de seus diferentes papéis e responsabilidades de gênero, têm experiências e necessidades diferentes. Tanto os homens, quanto as mulheres, desempenham um papel nas esferas produtiva e comunitária, mas a contribuição das mulheres pode ser menos formal. Enquanto o trabalho agrícola dos homens pode ter como resultado uma renda monetária, as mulheres podem estar produzindo comida para o consumo da família, cujo valor monetário permanece escondido. Na vida comunitária, os homens geralmente assumem o papel de representação pública; o papel organizador da mulher pode ser fundamental, mas é menos visível particularmente para as pessoas que não são da comunidade. E dando a base tanto para o trabalho produtivo quanto para a vida comunitária está o trabalho da reprodução biológica e social. Este é o fundamento da sociedade humana: os cuidados com as crianças e com a família, a manutenção da casa, a coleta de água e de combustível, o preparo e o processamento dos alimentos, a manutenção da casa e das pessoas limpas e saudáveis. Estas tarefas podem ser árduas e podem consumir muito tempo – e podem ser vistas como uma decorrência natural da condição de ser mulher. Geralmente elas recaem sobre as mulheres. O resultado tem sido que este trabalho é valorizado e freqüentemente não é incluído no planejamento de desenvolvimento com conseqüências desastrosas. Por exemplo, desconsiderar tanto o papel da mulher na responsabilidade pelo manejo

do suprimento de água como a variedade e multiplicidade de tarefas incluídas em sua rotina de trabalho, tem resultado em projetos de abastecimento de água que podem ser tecnicamente bons, mas são socialmente ineficientes: oferta de água em lugares muito distantes da casa, ou em horários inadequados para as mulheres que já têm que lidar com uma série de atividades diferentes para suprir as suas necessidades práticas.

Os programas de desenvolvimento que não adotam abordagens de gênero não apenas não beneficiam as mulheres como, muitas vezes, aumentam as suas desvantagens, aumentando sua carga de trabalho e fracassando em reconhecer seus papéis no trabalho produtivo e na vida comunitária.

A análise de gênero revela os papéis de gênero, as relações entre homens e mulheres na sociedade e as desigualdades presentes nestas relações. As estatísticas da ONU, bastante citadas, permanecem atuais ainda hoje, mesmo tendo sido formuladas há mais de uma década atrás:

- as mulheres realizam 2/3 do trabalho mundial.
- as mulheres ganham 1/10 da renda mundial.
- as mulheres são 2/3 das pessoas analfabetas do mundo.
- As mulheres possuem menos de 1/100 da propriedade mundial.

Trabalhar com as questões de gênero retira a mulher de uma posição secundária e a coloca em lugar de destaque. Nós podemos classificar a situação das mulheres de dois modos principais:

- a **condição social** das mulheres: as condições materiais que elas enfrentam – pobreza, carga de trabalho, serviços de saúde precários, etc.
- a **posição social** das mulheres: a posição social, política, econômica e cultural das mulheres em relação aos homens em um mesmo grupo.

Podemos dizer que as intervenções de desenvolvimento formuladas para aliviar/melhorar a condição das mulheres respondem às suas necessidades práticas. Mas também é necessário responder à posição social das mulheres, tratando de suas necessidades estratégicas e superando problemas que se originam de sua posição social subordinada.

Como nós tratamos destas necessidades? Um princípio básico do desenvolvimento comunitário é o de que as pessoas devem participar em todas as decisões que irão afetar as suas vidas. Isto quer dizer que as mulheres, assim como os homens, devem ser consultadas e que eles tanto quanto elas, devem lidar com as desigualdades de gênero.

Manual de Formação em Gênero da Oxfam, 1999.

1º Encontro, Texto 2:**Porque Gênero é uma Questão de Desenvolvimento**

Helvi Sipila, 1975

Nos últimos anos, as questões concorrentes às mulheres e à sua participação (ou não) no processo de desenvolvimento, vêm sendo analisadas de modo crescente. No entanto, as formas de tratamento dessas questões têm variado à medida que a compreensão acerca da posição das mulheres no desenvolvimento e, principalmente, compreensão acerca dos papéis de gênero, vem progredindo. Embora o princípio da igualdade entre homens e mulheres seja reconhecido, tanto no documento das Nações Unidas de 1945, como na Declaração dos Direitos Humanos de 1948, a maioria dos/as planejadores/as e trabalhadores/as de desenvolvimento não se reportaram enfaticamente à posição das mulheres no processo de desenvolvimento. Muitos/as pesquisadores/as têm demonstrado que os/as planejadores de desenvolvimento trabalharam com base na suposição de que aquilo que beneficiaria um setor da sociedade (homens), automaticamente afetaria outro setor (as mulheres).

A forma de definir a posição das mulheres no desenvolvimento tem se modificado ao longo dos anos:

Nos anos 50 e 60, a questão das mulheres no desenvolvimento estava contida na questão dos direitos humanos e as mulheres eram vistas como objetos a serem protegidos ou como um grupo sobre o qual se faziam recomendações, mas que não necessariamente seria consultado. As convenções das Nações Unidas, que apresentam questões específicas das mulheres, são:

- 1949: Convenção para a Eliminação do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição.
- 1951: Igualdade de Remuneração para Homens e Mulheres que Realizam Trabalhos do Mesmo Valor.
- 1952: Convenção sobre os Direitos Políticos das Mulheres.

Nos anos 70, embora às mulheres ainda não fossem necessariamente consultadas, sua posição central nos processos de desenvolvimento tornou-se mais amplamente reconhecida, especialmente em relação às questões de população e de alimentação. As mulheres eram vistas como recursos úteis a serem integrados aos processos de desenvolvimento, o que faria com que projetos específicos se tornassem mais eficientes e bem sucedidos:

“Estas são as mulheres (mais de 500 milhões são analfabetas) sobre as quais são depositadas a nossa confiança, o sucesso de nossas políticas de população, de nossos programas de alimentação e o nosso esforço total de desenvolvimento. O sucesso destas políticas depende, em outras palavras, daquelas que estão menos equipadas para levá-las adiante.” (Helvi Sipila, The Times, 23.4.75).

1º Encontro, Exercitando:**Enunciados sobre Homens e Mulheres**

1. As mulheres parem, os homens não. ()
2. Meninas são gentis, meninos são rudes. ()
3. Há um caso de uma criança que foi criada como menina e quando descobriu que, na verdade, era um menino, suas notas escolares melhoraram enormemente. ()
4. Entre trabalhadores/as rurais indianos/as, as mulheres recebem entre 40% e 60% dos salários masculinos. ()
5. As mulheres podem amamentar os bebês, os homens podem alimentá-los com mamadeiras. ()
6. A maioria dos operários da construção civil é homem. ()
7. No Antigo Egito os homens ficavam em casa e trabalhavam com tecelagem. As mulheres dirigiam os negócios familiares. As mulheres herdavam as propriedades da família e os homens não. ()
8. A voz dos homens muda na puberdade, e das mulheres não. ()
9. Em um estudo sobre 224 culturas, havia 5 onde os homens eram os responsáveis exclusivos pela cozinha e 36 onde as mulheres eram as únicas responsáveis pela construção de casas. ()
10. De acordo com estatísticas das Nações Unidas as mulheres fazem 67% do trabalho mundial e, mesmo assim, só detêm 10% da renda mundial. ()

Enunciados sobre Homens e Mulheres

1. As mulheres parem, os homens não. ()
2. Meninas são gentis, meninos são rudes. ()
3. Há um caso de uma criança que foi criada como menina e quando descobriu que, na verdade, era um menino, suas notas escolares melhoraram enormemente. ()
4. Entre trabalhadores/as rurais indianos/as, as mulheres recebem entre 40% e 60% dos salários masculinos. ()
5. As mulheres podem amamentar os bebês, os homens podem alimentá-los com mamadeiras. ()
6. A maioria dos operários da construção civil é homem. ()
7. No Antigo Egito os homens ficavam em casa e trabalhavam com tecelagem. As mulheres dirigiam os negócios familiares. As mulheres herdavam as propriedades da família e os homens não. ()
8. A voz dos homens muda na puberdade, e das mulheres não. ()
9. Em um estudo sobre 224 culturas, havia 5 onde os homens eram os responsáveis exclusivos pela cozinha e 36 onde as mulheres eram as únicas responsáveis pela construção de casas. ()
10. De acordo com estatísticas das Nações Unidas as mulheres fazem 67% do trabalho mundial e, mesmo assim, só detêm 10% da renda mundial. ()

“Gabarito”: G - gênero ; S - Sexo

1. S

2. G

3. G

4. G

5. S ou G - dependa da forma de análise;

6. G

7. G

8. S

9. G

10. G

Manual de Formação em Gênero da Oxfam,
1999.

2º Encontro, Texto 1:

Os direitos do homem e do cidadão no cotidiano

"Suor, sangue e pobreza marcaram a história desta América Latina tão desarticulada e oprimida. Agora urge reajustá-la num monobloco intocável, capaz de fazê-la independente e feliz."
(Oscar Niemeyer, 1990)

Os direitos do homem e do cidadão dizem respeito à satisfação das necessidades pessoais. Ao longo da história, eles vêm sendo formulados para que todas as pessoas possam contribuir com suas melhores qualidades para a sociedade e, ao mesmo tempo, usufruir os bens e benefícios construídos pelo trabalho humano: saúde, conhecimento, cultura, lazer. Na prática, a garantia desses direitos é um grande desafio contemporâneo.

A constituição desses direitos nunca ocorreu de forma harmoniosa. Pelo contrário, foi marcada por diferentes posições ideológicas e conflitos sociais. As mulheres, por exemplo, foram excluídas do projeto de cidadania na Revolução Francesa. A revolucionária Olympe de Gouges escreveu sua "Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã", denunciando que a queda da Bastilha não rompeu os grilhões da opressão de gênero.

Mesmo hoje, com a maioria dos direitos incorporados às Constituições nacionais, convivemos, por exemplo, com a falta de atendimento à saúde, de educação de qualidade e de lazer, ou seja, com a exclusão social de milhares de pessoas. Desse modo, garantir os direitos para todos é uma luta cotidiana.

:: O que são direitos civis?

Os **direitos civis** referem-se às **liberdades individuais**, como o direito de ir e vir, de dispor do próprio corpo, o direito à vida, à liberdade de expressão, à propriedade, à igualdade perante a lei, a não ser julgado fora de um processo regular, a não ter o lar violado.

Esse grupo de direitos tem por objetivo garantir que o relacionamento entre as pessoas seja baseado na liberdade de escolha dos rumos de sua própria vida - por exemplo, definir a profissão, o local de moradia, a religião, a escola dos filhos, as viagens - e de ser respeitado. É preciso ressaltar que liberdade de cada um não pode comprometer a liberdade do outro.

Ter os direitos civis garantidos, portanto, deveria significar que todos fossem tratados em igualdade de condições perante as leis, o Estado e em qualquer situação social, independentemente de raça, condição econômica, religião, filiação, origem cultural, sexo, ou de opiniões e escolhas relativas à vida privada.

Dessa forma, o exercício e a garantia dos direitos civis não existem sem a tolerância e o convívio com os diferentes modos de ser, sentir e agir. Se reivindicamos o direito às nossas liberdades individuais, assumimos ao mesmo tempo o compromisso e a responsabilidade de zelar para que essas liberdades existam para todos. Preocupar-se com a garantia dos direitos significa tanto exercitá-los em nossa vida quanto construir no cotidiano condições que permitam a sua ampla realização.

A condição fundamental para a garantia dos direitos civis é de natureza social. Logo, se em uma sociedade determinados grupos ficam excluídos desses direitos, essa desigualdade atinge não apenas as pessoas que sofrem as violações, mas a todos, inclusive aqueles que têm seus direitos garantidos. O nosso cotidiano está repleto de exemplos: cidadãos negros são quase sempre considerados mais "suspeitos" do que os brancos no caso de roubos.

Quando falamos do direito a liberdades individuais, uma pergunta está sempre presente: deve haver limites para o exercício dessas liberdades? Já existem formulações sobre essa discussão. Na "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão", aprovada em 1789, após a Revolução Francesa, há

um artigo a esse respeito:

Art. 4.º A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Esses limites apenas podem ser determinados pela lei.

Nesse artigo, o problema dos limites ao exercício das liberdades individuais foi resolvido pelo princípio da generalização, que pode ser explicado da seguinte forma: se a conduta de uma pessoa ou grupo for estendida a todas as pessoas ou grupos, todos terão os mesmos direitos. A intolerância religiosa, por exemplo, é uma violação dos direitos civis, pois impede que o direito à escolha da religião seja universal. Como o exercício das liberdades individuais tem conseqüências na vida coletiva, têm de ser traduzido em leis.

Os direitos civis não podem existir nem ser compreendidos isoladamente, pois têm uma estreita relação com os direitos políticos, sociais e os chamados direitos de terceira geração.

:: O que são direitos políticos?

Os **direitos políticos** referem-se à **participação do cidadão no governo da sociedade**, ou seja, à participação no poder. Entre eles estão a possibilidade de fazer manifestações políticas, organizar partidos, votar e ser votado. O exercício desse tipo de direito confere legitimidade à organização política da sociedade. Afinal, ele relaciona o compromisso de pessoas e grupos com o funcionamento e os destinos da vida coletiva.

Pode-se fazer uma distinção básica entre direitos civis e políticos. Enquanto os direitos civis se referem a um espaço de liberdade dos indivíduos **em relação ao** Estado, os direitos políticos abrangem a atuação dos indivíduos **no** Estado e na vida social. Ao participar da vida política, os indivíduos interferem em todos os outros direitos, os definem formalmente e legislam a esse respeito. Quando participamos de uma manifestação pela preservação de uma área ambiental, por exemplo, estamos exercendo nosso direito político e, com isso, lutando pela garantia de um meio ambiente saudável para todos. Desse modo, o exercício das liberdades individuais só é possível com a participação nas questões públicas e nas instituições de organização política da sociedade.

Assim, só existe a plena participação na vida pública, dentro dos limites da democracia representativa, se houver:

- igualdade de condições para a participação política, tanto dos eleitores quanto dos candidatos aos cargos públicos;
- transparência nas decisões dos representantes;
- uso do cargo público para atender a necessidades realmente públicas e não ao privilégio de poucos;
- mecanismos de consulta popular instaurados e efetivamente utilizados para a tomada de decisões.

Nesse sentido, a garantia dos direitos políticos, além do direito de votar e ser votado, pressupõe uma sociedade organizada e atuante que controla e orienta os poderes do Estado, além de participar deles. Isso implica garantia, por exemplo, da liberdade de expressão sem constrangimentos de qualquer ordem. Essa é uma condição básica para a vida política democrática. Assim, temos a responsabilidade de lutar tanto para que nossas opiniões existam e se façam valer, quanto para que todos possam ter esse mesmo direito garantido.

No Brasil, os direitos políticos nem sempre foram garantidos. Durante o período colonial, os negros eram proibidos de freqüentar a escola, de aprender a ler e escrever. As mulheres só conquistaram efetivamente o direito de voto em 1934.

Nessa época, a existência da imprensa também era proibida, impedindo a livre expressão de opinião. Esse direito foi violado também em outros períodos de nossa história, como na ditadura do Estado

Novo, de 1937 a 1945, e no período do Regime Militar, de 1964 a 1985. Essa violação do direito de opinião não afetou apenas os grupos que desejavam ter suas idéias veiculadas e discutidas naquele momento. Mais que isso, significou a ausência de um espaço público de debates sobre a vida social, política e cultural brasileira, com repercussões negativas para toda a sociedade.

:: O que são direitos sociais?

Os direitos sociais, assim como os demais, são constituídos historicamente e, portanto, produto das relações e conflitos de grupos sociais em determinados momentos da história. Eles nasceram das **lutas dos trabalhadores pelo direito ao trabalho** e a um **salário digno**, pelo direito de usufruir da **riqueza** e dos **recursos** produzidos pelos seres humanos, como moradia, saúde, alimentação, educação, lazer. Esses são, por exemplo, os direitos ratificados na legislação trabalhista, como a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Para que os direitos sociais sejam estendidos a todas as pessoas, é preciso, em primeiro lugar, que todos já tenham o direito à vida assegurado. Todas as coisas que possuímos, como dinheiro, bens materiais, trabalho, poder e até mesmo nossos direitos, perdem valor quando a nossa vida está ameaçada. Nenhum bem humano é superior à vida, que é o bem maior de qualquer pessoa. Ao valorizar a minha vida e a do outro, estou valorizando a humanidade. Mas, além de garantir a vida, há ainda que se viver com dignidade, o que requer a satisfação das necessidades fundamentais.

O trabalho é um direito e um dever de todo cidadão. De certa forma, é pelo trabalho que construímos grande parte dos bens coletivos, sejam eles de origem manual ou intelectual. É um direito fundamental, pois é por meio dele que transformamos a natureza e melhoramos nossa qualidade de vida e a de todas as pessoas. É preciso ressaltar que a remuneração pelo trabalho deveria proporcionar aos trabalhadores e suas famílias a satisfação de suas necessidades fundamentais de alimentação, moradia, saúde, educação, cultura e lazer.

O **direito à saúde** é um dos direitos fundamentais dos seres humanos; sem ela ninguém consegue viver com "bem estar", nem realizar tudo o que for necessário para ser feliz. Por isso, ele deve ser garantido a todos, independentemente da condição financeira. Ou seja, esse direito não pode ser considerado como um produto comercializável, ao qual somente as pessoas de maior poder aquisitivo têm acesso. Além disso, boas condições de moradia, alimentação e trabalho devem ser consideradas como essenciais para a saúde das pessoas.

A Constituição Federal afirma que a **educação** é um direito de todos e um dever do Estado e da família, que visa ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania. No entanto, não basta dizer que todos têm o mesmo direito de ir à escola. É preciso que tenham efetivamente a mesma oportunidade, independente das condições econômicas de cada um. Crianças e adolescentes que têm de ser submetidas ao trabalho precoce para contribuir no orçamento familiar, vêem as suas oportunidades de acesso à educação tolhidas por conta da situação sócio econômica de suas famílias.

Sobre o **direito à educação**, o "Estatuto da Criança e do Adolescente" estabelece as seguintes responsabilidades do Estado:

- Oferta do Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, e progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade para o Ensino Médio;
- Oferta de creche e pré-escola para as crianças de 0 a 6 anos;
- Oferta de ensino noturno regular para atender ao adolescente trabalhador;
- Atendimento especializado para portadores de necessidades especiais;
- Obrigatoriedade dos pais em matricular seus filhos na escola, definindo como direito dos responsáveis participar da definição das propostas educacionais;
- Garantia de oferta de ensino de boa qualidade.
-

Os direitos sociais, apesar de expressos em quase todas as legislações nacionais, não estão totalmente assegurados a todos, além de ainda correrem o risco de que sejam retirados das constituições. Exemplo disso no Brasil são os direitos trabalhistas, como a estabilidade no emprego, décimo terceiro salário, licença maternidade e férias, entre outros, que podem, de acordo com os

interesses econômicos, deixar de ser direitos de uma hora para outra.

Ou seja, direitos não são "dados" historicamente e sim conquistas que resultam de muitas lutas. Ainda hoje, com Constituições modernas e democráticas, é preciso lutar para que sejam efetivamente garantidos na nossa vida cotidiana e, ainda, para que continuem inscritos nas legislações dos diferentes países.

:: O que são os direitos de terceira geração?

Como produto da ação de diversos movimentos sociais nas últimas décadas do século XX, surge um conjunto de direitos referentes à dignidade humana. A característica marcante desses direitos é que os seus titulares são grupos sociais e não pessoas individualmente, como negros, mulheres, homossexuais. Esses direitos buscam garantir condições para que esses grupos sociais possam existir e se desenvolver integralmente, sem serem subjugados ou discriminados. Por serem direitos atribuídos a grupos sociais, são chamados de "difusos".

Os direitos de terceira geração buscam também garantir a qualidade da vida humana, regularizando a intervenção na natureza e a utilização de patrimônios universais, como o fundo dos mares, o espaço cósmico e a Antártida. Eles definem, também, bens culturais e naturais como patrimônios da humanidade, incluindo obras de arte, construções e recursos naturais que tenham valor estético, histórico ou científico.

Embora os detentores dos direitos de terceira geração ou do direito de solidariedade sejam grupos sociais, sua violação compromete o conjunto da sociedade. Por exemplo, não se pode falar de uma sociedade livre, se as mulheres, as crianças, os negros ou os homossexuais são reprimidos dentro dela. Da mesma forma, a preservação das obras de arte de um museu europeu e de uma cidade histórica brasileira são importantes para a história não apenas de um grupo cultural, mas de toda a humanidade.

Outros direitos de terceira geração são o direito à paz e ao desarmamento. O combate às formas de violência e ao desarmamento das populações civis e dos Estados são condições para a melhoria da vida humana, para a coexistência da diversidade de vida dos grupos sociais e para a mediação pacífica dos conflitos.

A formulação dos direitos difusos e solidários reforça a idéia de universalidade e interdependência dos direitos. Em seu conjunto, eles buscam melhorar a vida humana nos seus aspectos econômicos, culturais, sociais e políticos, e esse é também o objetivo de todos os que lutam pela sua efetivação global.

Texto original: Maurício Érnica, Alexandre Isaac e Ronilde Rocha Machado
Edição: Equipe EducaRede

2º Encontro, Texto 2:**O debate atual sobre Relações de Gênero.**

Daniel Seidel

Situar o debate sobre as relações de gênero requer algumas colocações de base: (1) o conceito “relações de gênero” se refere a relações entre pessoas de sexos diferentes ou do mesmo sexo (ou seja, relações entre homens e mulheres; mulheres e mulheres; homens e homens); (2) a diferença de sexos é biológica; a diferenciação de gênero refere-se à construção da identidade do masculino e do feminino, sendo por isso uma construção cultural; (3) o debate sobre “relações de gênero”, no marco da cultura ocidental revela que existe uma enorme desigualdade no exercício dos papéis de homens e mulheres, sendo esta construção histórica marcada por um milenar processo de dominação dos homens sobre as mulheres, num fenômeno histórico chamado “patriarcalismo”.

Este fenômeno se traduz através da construção histórica do modelo burguês de família, onde as mulheres são responsáveis pelo mundo privado; e os homens pelo mundo público. Contudo, o desenvolvimento do capitalismo e a concentração de renda obrigaram as mulheres a buscarem seu espaço de trabalho profissional; não se alteraram, todavia, as relações de gênero, nem no espaço familiar (dupla jornada: trabalho profissional e cuidado com a casa, filhos, marido), nem no ambiente do trabalho profissional (salários diferentes para homens e mulheres, fazendo o mesmo trabalho; as mulheres ocupando posições operacionais e subalternas no processo produtivo; as mulheres sem direito ao voto).

Com o avanço das conquistas da classe trabalhadora, direito ao voto, à organização sindical, as mulheres também se organizaram e foram conquistando seus direitos. Um marco importante neste processo foram a revolução filosófica alemã e a Revolução Francesa. Quando a classe trabalhadora conquista os direitos civis e políticos, as mulheres, no bojo desta mesma luta, vão conquistar parte de seus direitos civis e políticos. Assim, a história do feminismo se confunde com a história do socialismo, ou seja, com a luta por uma sociedade sem desigualdades.

Pode-se afirmar que o século XX foi o século das mulheres, visto que foi naquele século que “a situação das mulheres, as relações entre mulheres e homens, e as representações do feminino e do masculino ganharam mais visibilidade e foram amplamente problematizadas nas diversas sociedades” (RODRIGUES, 2001: 7).

Foi no século passado que as mulheres se organizaram enquanto sujeito político em várias regiões do mundo a partir de suas privações, discriminações e opressões, criando movimentos feministas e de mulheres. Ocorreu a politização das situações e das representações que envolviam mulheres e homens.

Foi o século das conquistas das mulheres: o direito a freqüentar escolas e universidades; o direito ao trabalho remunerado; o direito de votar e ser votada, o direito à liberdade sexual e reprodutiva; o direito ao tratamento digno pela família e pelo cônjuge, enfim, o direito à igualdade de direitos e de oportunidades e o direito à diferença sem desigualdade. (Cfe. RODRIGUES, 2001: 7).

Nos últimos vinte e cinco anos do século passado é que se iniciou a realização de Conferências Mundiais sobre a mulher, promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Elas ocorrem no México (1975); em Copenhague, Dinamarca (1980); Nairóbi, Quênia (1985) e, por último, a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, em Pequim, China (1995).

As propostas aprovadas nestas conferências internacionais constituem um marco fundamental no processo de reconhecimento dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero. São plataformas referenciais para a luta das mulheres nos vários países.

Assim foram definidas na “Plataforma de Ação” da IV conferência que “os Estados, ..., têm a obrigação de promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais ... das mulheres, afim de se chegar à igualdade, ao desenvolvimento e à paz” (AVELAR, 2001: 41 e 42).

Foram definidos objetivos estratégicos: 1º) considerar a questão da pobreza através de políticas e programas macroeconômicos que tomem como referência o gênero; 2º) revisar leis e práticas administrativas que assegurem à mulher a igualdade de direitos e de acesso aos recursos econômicos; 3º) garantir o acesso da mulher aos serviços de saúde adequados de baixo custo e de boa qualidade, bem como o fortalecimento de programas preventivos que promovam a saúde da mulher; 4º) prevenir e combater a violência contra a mulher, como danos físicos, sexuais e psicológicos, incluindo-se a coerção ou a privação da liberdade, tanto na vida pública como na privada; 5º) maior participação das mulheres nos níveis de decisão econômica e nas formulações de políticas financeiras e salariais; 6º) incrementar a presença das mulheres nas instâncias de poder e

nas decisões governamentais; entre outros que se referem à educação, conflitos armados, direitos humanos, meios de comunicação, meio ambiente e meninas. (cfe. AVELAR, 2001: 42 a 44).

No Brasil, muitas iniciativas ocorreram a partir da preparação para a I Conferência Mundial Sobre Mulheres, realizada em 1975 no México. São práticas desenvolvidas pelos movimentos feministas no Brasil: a realização de encontros, debates e troca de experiências; a construção de redes e articulações de grupos de mulheres; a realização de campanhas de denúncia e de conscientização; o cultivo de datas históricas e expressivas para o movimento; a construção de alianças e parcerias no âmbito da sociedade civil para a defesa e promoção de direitos e cidadania das mulheres; a apresentação de propostas para a elaboração de leis e de políticas públicas; e a interlocução com o Estado para a promoção de intervenções e mudanças sociais a partir da perspectiva de gênero. (cfe. RODRIGUES, 2001:9).

Assim importantes conquistas, além da assinatura desses acordos internacionais, conquistou-se no Brasil, tendo se consagrado na Constituição de 1988, direitos importantes. Além disso, ainda em 1985, por meio da Lei 7.353, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, com o objetivo de formular políticas públicas para as mulheres, promover a articulação e a integração de ações no âmbito do Governo Federal e a sua interlocução com a sociedade civil.

Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vinculada à Presidência da República com status de “Ministério”.

3º Encontro, Texto 1:

Entrevista: A rebeldia que pode mudar as relações

Durante séculos se pensou que as diferenças de comportamento entre homens e mulheres eram naturais e que, por isso, não podiam ser mudadas.

Acreditava-se, ainda, ser impossível mudar idéias a respeito daquilo que é masculino e do que é feminino, como considerar que os homens são racionais e as mulheres emocionais; ou as idéias a respeito do que homens e mulheres são capazes ou não de fazer, como dirigir um ônibus e lavar a louça.

Sobre isto conversamos com a educadora e teóloga Edla Eggert.

Mundo Jovem: Como é a relação de gênero (homem e mulher) entre os jovens?

Edla: O jovem e a jovem, hoje em dia, estão muito preocupados com o emprego, com a condição de vida. E eles estão trabalhando muito e tentando buscar, no mínimo, uma vida dentro dos padrões dos pais. Dentro deste conflito de classes sociais em que nós vivemos, numa situação econômica difícil, com dificuldade de acesso a uma educação de qualidade, nós temos também este conflito que acaba gerando alguns impasses na relação das construções de homem e mulher, nas relações de gênero.

O menino e a menina vão aprendendo, na família, na escola, jeitos de ser homem e mulher e, muitas vezes, de uma forma que é muito antiga e ainda persistente. A mulher vai aprendendo desde muito cedo que as coisas que estão ligadas ao mundo dela, que foram destinadas a ela não são as mais interessantes. Ela acaba buscando (como foi o primeiro movimento feminista) o mundo público.

Então, para ter igualdade, para ter os mesmos direitos, ela também sai para trabalhar e ganhar dinheiro. Logo, as coisas da casa, as coisas do dia-a-dia, da rotina do cuidado com o outro parecem não ser as melhores, elas são repetitivas e muito chatas. Esta é a leitura que a gente pode fazer. E as coisas lá fora parecem melhores e muito mais atrativas, a mulher vai querer lutar por elas.

Mundo Jovem: Então, sair de casa, foi uma conquista para as mulheres?

Edla: O espaço público, no século XX, foi um espaço de grande conquista pelas mulheres. Por outro lado, na medida em que as mulheres foram fazendo esse movimento, elas não conseguiram estabelecer uma forma de fazer com que o seu próprio mundo, que era um mundo privado, fosse invadido, no bom sentido, pelo mundo dos homens, no sentido de que, de fato, os homens pudessem dividir as “coisinhas” da casa, do dia-a-dia, aprender a cuidar no detalhe.

Porque isto não é visto e nunca foi visto como algo grandioso, importante, e sim como algo chato, repetitivo, difícil e cansativo.

O espaço doméstico quase sempre foi entendido assim. E ele pode ser aprendido pela mulher como o espaço que sobrou para ela e por pelo menos duas formas de identificar a mulher: pela natureza biológica, ou seja, é ela que carrega e têm os bebês mais perto logo que nascem então é “natural” que fique com eles; pela religião pode ser identificado com culpa, pois pela narrativa bíblica a mulher representada por Eva pecou, então é justo que pague pelo que fez... que seja dominada e privada de muitas coisas... que seja entendida como desencadeadora da discórdia, da luxúria, do desejo!

Mundo Jovem: Onde está a raiz desta visão negativa da mulher?

Edla: Em grande parte, nós herdamos da tradição cristã a idéia de que a mulher tem a responsabilidade de ter possibilitado o pecado. Ou seja, a curiosidade da mulher sobre o fruto do conhecimento do bem e do mal fez com que ela fosse responsável pela queda da harmonia entre Deus e a humanidade.

E a única forma da mulher superar isto seria pela maternidade. Dentro desta concepção de que o corpo das mulheres é uma grande tentação se gerou uma construção ruim e isto foi se desdobrando ao ponto de hoje em dia, no século XXI, o corpo da mulher ser explorado como um objeto a ser vendido com cerveja, com automóvel...

E se perde a possibilidade de pensar o quanto a gente tem que retrabalhar o conceito de corpo, de ser humano. No Brasil temos várias teólogas que já estão trabalhando com essas releituras, como Mara Parlow, Elaine Neuenfeld, Marga Ströehr, Wanda Deifelt, Maria José Nunes Rosado, Nanci Cardoso e a teóloga que considero mais importante que é Ivone Gebara. Temos muitas outras que estão abrindo caminhos e publicando suas pesquisas.

Mundo Jovem: A visão negativa da mulher que predomina na nossa sociedade?

Edla: Sim. A menina vai aprendendo que o menino não deve imitar as coisas de menina. Se ele quer brincar com boneca, usar roupa de mulher ele é mal visto pelos outros. Dos sete anos em diante, principalmente, isto é visto como um perigo, uma tragédia.

E a menina, se quer jogar bola, fazer coisas de menino não é esta a leitura que se faz. Ela é vista como corajosa. Então ela vê que as coisas de menina vão até um certo ponto, depois não é mais tão interessante.

Esta ligação que eu estou fazendo aqui é bastante complexa, mas acho que a gente tem que começar a articular isso de um outro jeito e falar mais com os jovens sobre isso. Porque, no fundo, por mais avançadas que muitas meninas sejam, ou os meninos, esse conceito ainda está muito bem estruturado na escola, na família e nas Igrejas.

E ainda se constrói muito em cima desse pensamento, que é ensinado dentro de uma hermenêutica, ou seja, numa interpretação que vem de uma tradição patriarcal.

Mundo Jovem: E a questão do preconceito?

Edla: A gente vê ainda hoje a juventude se agarrando a conceitos de um feminino negativo e de um masculino como referência. Mas dentro de um estereótipo forte, onde o homem não pode fraquejar e tem que provar o tempo todo que ele é bom, que vai vencer na vida etc. A gente vê alguns jovens tentando ir contra esta marca. E, neste aspecto, os jovens fazem alguns movimentos de rebeldia, e outros de revolta.

Entendo a rebeldia como uma energia boa. Ela faz com que a pessoa questione profundamente e tente provar que as coisas podem ser diferentes. A revolta, segundo Madalena Freire, é a parte negativa. Você vai lá e quebra, não consegue canalizar e, com isso, deixa de ser rebelde para ser um revoltado. E aí perde a possibilidade de encaminhar a energia para algo que possa ser concluído de forma mais criativa. O movimento feminista foi rebelde, a indicação de se pensar a partir dessa proposta é uma pro-vocação rebelde.

Mas, no próprio movimento feminista ou em movimentos de mulheres, algumas coisas foram revoltosas e não produziram a criação a partir do mundo das mulheres. Produziram a crítica, mas em cima deste estereótipo de mundo masculino, querendo ser tal e qual e não conseguiram com isto se enxergar e conversar entre si, para poder avançar no próprio conhecimento de si.

Mundo Jovem: Então, são os jovens que começam a mudar esta mentalidade?

Edla: Eu não diria assim no genérico, mas sim que quem muda essa mentalidade é quem está inconformado com essa realidade. Hoje em dia a gente vê que a juventude (homens e mulheres) está se permitindo pensar mais entre si. No fundo a gente não se conhece.

A gente passa a se conhecer na medida em que vai permitindo que o outro se aproxime da gente

para que, nesse movimento, se construa o conhecimento. Eu acho que este é um grande desafio da humanidade para este século: poder conversar mais entre si. Pensar mais a si mesmos e a si mesmas. Quem somos como SERES HUMANOS.

Mundo Jovem: A educação pode ajudar os jovens nesta mudança?

Edla: A educação deve ajudar e ela acontece em todos os lugares. A escola tem uma responsabilidade. Não pode se omitir desta análise. Um menino e uma menina que se tornam jovens, quando constroem suas famílias, devem levar dessa educação o aprendizado de que o relacionamento se dá pela palavra e não pela violência. Se eu aprendo desde pequeno que posso bater e consigo as coisas batendo, eu posso vir a ser um marido que bate para convencer a outra pessoa a ser submissa, isto é muito sério.

A cada 15 segundos uma mulher sofre algum tipo de violência no Brasil. Então, a juventude que vai crescendo na dificuldade econômica em que vive, na busca por emprego, ainda tem a experiência da diferença de gênero aprendendo que mulher é inferior, que os conflitos podem ser resolvidos com violência então estamos numa sociedade que vai de mal a pior.

São muitas diferenças que atravessam o mundo dos jovens. Por isso também nós, enquanto professores(as), não podemos fazer vista grossa. A gente tem que se dar conta de que toda e qualquer ação, por ser através da escola, está passando uma mensagem que, muitas vezes sem querer, pode ser de violência.

Mundo Jovem: O que é diferença natural e o que é diferença cultural?

Edla: Pela Genética constatamos a diferença do aparelho reprodutor (você olha, ele é diferente) e, no cérebro, nos neurônios, em relação à quantidade (mais ou menos neurônios). Isto são diferenças que dá para constatar.

Agora, geneticamente não tem como provar que o homem não consegue fazer lista de compras, ir ao mercado ou trocar fraldas. Na verdade, a capacidade de com-viver no espaço doméstico foi ensinado culturalmente, e não geneticamente.

Mundo Jovem: Como seria um relacionamento ideal entre homem e mulher?

Edla: Um relacionamento ideal seria o de não se construir mais em cima da lógica da violência. E isto é a coisa mais difícil que existe porque o poder e a força, geram a resolução rápida. Eu posso bater na criança para que ela faça o que eu quero, por exemplo.

Acho que pequenos acordos de como administrar uma casa, tomariam tempo, mas deveriam fazer com que eu não precisasse decidir sozinha as coisas, que a outra pessoa pudesse estar junto, fazer esta troca, ou que a minha autonomia fosse respeitada. Acho que seriam as condições mínimas de ver o outro como alguém que está construindo comigo e que ele é diferente de mim.

Mundo Jovem: Poderíamos dizer que as diferenças entre o homem e a mulher deveriam complementar e enriquecer o relacionamento?

Edla: A idéia do equilíbrio é justamente esta: o que eu sei não é necessariamente o que o outro sabe; o que eu desejo, não é o que o outro deseja. Aí entra a palavra, o processo do diálogo. É pelo argumento, e não pela força.

Na medida em que o argumento começa a aparecer com a maior criatividade possível, as pessoas vão inventar jeitos de viver e conviver. E isto independente de classe social. Se a gente entende o complemento como um ideal, se trabalharia a convivência, a troca como o instrumental para que aconteça uma relação saudável, e não a competição. E aí nós mudamos completamente a lógica da sociedade.

As mulheres vão mudar o jogo?

Uma chilena, Margarida Pizano, usa a tese do futebol: “Só porque as mulheres querem jogar futebol, elas entram no mesmo jogo, nas regras do futebol, isto é alcançar a igualdade? Conseguir chutar do mesmo jeito, falar palavrão, brigar do mesmo jeito, isto é um patamar de igualdade?”

O que é ser, hoje em dia, uma Margareth Thatcher ou uma Condoleezza Rice? São de fato mulheres? Biologicamente, naturalmente, são mulheres. Agora, elas foram construídas dentro de uma estrutura de guerra, de competição. Elas foram para o mundo público e conseguiram conquistar espaços. Mas a que preço? Será que não perderam toda a discussão das mulheres que poderiam ter construído entre si uma outra alternativa de mundo?

Eu vejo mulheres empresárias, em cargos de chefia, mas eu não me vejo nelas. Parece que pela astúcia de terem convivido no mundo das mulheres e terem que sobreviver, se proteger no espaço público, se tornaram extremamente ardilosas e, além disso, capturaram o poder e a forma de pensar do mundo masculino. E aí juntam o útil ao agradável e se tornam mais violentas do que chefes ou ditadores do sexo masculino. Isso é um tiro no pé.

Uma das bandeiras da luta das feministas foi a participação no mundo público. Mas começaram a ver que existe algo maior, muito mais competente na qual estamos inseridas como pessoas. A Margarida Pizano diz que nós estamos dentro de uma lógica patriarcal e que mesmo as feministas, achando que dirigir um ônibus é a grande solução, se tornam tão violentas quanto os outros motoristas, ou seja estão IDENTIFICADAS com o modelo patriarcal.

Nós mulheres precisamos conversar mais entre nós para descobrirmos o que é próprio nosso, o que é ser uma mulher. Esses questionamentos são fundamentais se a gente pensar que estamos vivendo uma identificação cada vez maior com o modo patriarcal de ser e estar no mundo. No momento em que a mulher está mandando da mesma forma como mandavam os homens, a sociedade não mudou, ou seja ela continua patriarcal, onde o poder e a marca maior são as coisas do mundo masculino.

Acredito que os jovens e as jovens podem mais facilmente questionar as “identidades patriarcais”, fazer DES-IDENTIFICAÇÕES e com isso ajudar a humanidade a construir uma outra identidade mais igualitária, criativa e pacifista.

Edla Eggert,
professora na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).
Endereço eletrônico: egbert@terra.com.br

3º Encontro, Texto 2:**Novas relações de gênero são possíveis****Ivone GEBARA**

Há problemas sociais que percebemos à primeira vista. Não precisamos de muito esforço para notar a fome das crianças, o desemprego, a falta de saúde dos pobres. Não precisamos muito esforço para descobrir que o mundo vive guerras impressionantes, expressões do poder imperialista de alguns povos sobre outros. Não precisamos de muito esforço para perceber a precariedade dos transportes coletivos em algumas cidades e a ausência de saneamento básico. Entretanto, quando se trata de rever as relações sociais que são também relações de poder, entre mulheres e homens nem sempre percebemos essa problemática à primeira vista. Estamos de tal maneira habituadas/os a viver certos papéis sociais que achamos que eles fazem parte da própria natureza humana. Achamos que os modelos de ser homem e ser mulher sempre foram assim e portanto devem ser assim. Raramente pensamos nos processos de evolução histórica e cultural, nos encontros entre culturas, nas influências recíprocas. Raramente nos damos conta de forma existencial que são os diferentes grupos e pessoas nas diferentes relações que criam suas interpretações antropológicas e sociais.

Quando começamos a refletir sobre as relações entre mulheres e homens nos damos conta que quase que espontaneamente nossas sociedades atribuem mais poder, maior valor, maior força organizativa, maior força política aos homens e deixam as mulheres em segundo plano. Nós mesmas mulheres, muitas vezes acolhemos esta condição particular como se a natureza ou as forças divinas tivessem feito uma divisão de capacidades e papéis, de forma que só nos resta aceitar com submissão a evidente força masculina. A radicalização dessa forma de organização social marcada pela ausência do feminino nos níveis decisórios mais amplos começou a acentuar uma série de disfunções sociais, assim como a percepção de que essa maneira de organizar-se socialmente era geradora de grandes injustiças. As primeiras a detectar e a denunciar essas formas de injustiça e violência contra as mulheres foram as feministas, organizadas em movimentos sociais com o objetivo de afirmar a igual dignidade das mulheres e sua integral cidadania. Por essa razão uma abordagem de qualquer problema a partir da noção de gênero deve situar-se nesse processo de reivindicação das mulheres de uma nova relação social entre mulheres e homens. Não se trata pois de uma abordagem só para mulheres, mas de uma abordagem que revela a intimidade de nossas relações de poder tanto a nível público quanto a nível doméstico. Não se trata de um ajuste das mulheres a esta estrutura política e social hierárquica dominada pelos homens como se fosse uma concessão ou como se fosse o ideal a ser seguido, mas sim de juntas e juntos criar novas relações de compreensão e de convivência.

Hoje muitos movimentos sociais acreditam que é inaceitável a manutenção da desigualdade antropológica, social e política que nos dirigiu durante séculos e buscam caminhos para a construção de novas relações. Estamos percebendo que uma nova compreensão do ser humano – mulher e homem – se impõe. E que essa nova compreensão deve acompanhar a criação de uma nova ordem social e política nacional e internacional. Novas relações mundiais implicam em novas relações de gênero. Novas relações mundiais implicam numa nova compreensão do lugar do ser humano – mulheres e homens – no conjunto das instituições sociais e nos ecossistemas. Entretanto, sabemos bem, que um novo mundo de relações não acontece de uma hora para outra. Ele vai se preparando lentamente ao longo de séculos de História até que passa a ter maior visibilidade e passa a integrar os novos comportamentos sociais. Dependendo dos grupos, das pessoas, dos tempos e dos interesses a sensibilidade para um ou outro problema social é maior ou menor. A questão da igualdade entre homens e mulheres, a igualdade de gênero, sobretudo em relação aos direitos, tem sido uma longa luta sobretudo encabeçada pelas mulheres de muitas partes do mundo. Verificamos, entretanto, uma forte resistência à mudanças antropológicas e culturais ou, em outros termos, às mudanças em relação a compreensão de nossa própria identidade histórica. Este é um dos desafios que estamos enfrentando já há mais de cem anos se começarmos a contar desde os primeiros esforços feministas mundiais.

Nossas diferentes culturas latino-americanas e até se poderia dizer, culturas de todo o mundo, são marcadas por uma compreensão hierárquica do ser humano. Esta parece ser uma compreensão onipresente. O valor do ser humano é pré-determinado a partir de sua riqueza, seu lugar social, sua cor e seu sexo. E, nessa escala hierárquica de valores as mulheres quase sempre

foram consideradas antropológicamente e socialmente inferiores. Não podemos agora analisar as causas dessa consideração. Suas raízes são profundas e as hipóteses interpretativas as mais variadas. O que mais nos importa neste momento é perceber que uma espécie de reviravolta na própria compreensão que temos de nós mesmas/os está acontecendo. Em diferentes partes do mundo as mulheres não só reivindicaram o direito ao voto, mas à participação política nas grandes decisões de seus respectivos países. Elas reivindicaram igualmente o direito à autonomia e escolha, isto é, o direito de não serem pré-definidas a partir dos papéis que a sociedade patriarcal e hierárquica lhes determina. Elas contestaram os modelos masculinos de pensar o mundo explicitando o caráter particularista da ciência masculina. Foram capazes em diferentes lugares de salvar a memória de seus filhos e esposos mortos em guerras, dizendo Não à violência das armas e reclamando corajosamente uma atitude de esclarecimento e ressarcimento de danos, aos poderes constituídos. Elas vem igualmente revendo a própria compreensão de suas culturas e das diferentes expressões religiosas que legitimaram a dominação feminina de diferentes maneiras. Uma nova maneira de pensar e viver as diferentes tradições religiosas têm crescido em diferentes lugares do mundo mesmo que as instituições religiosas oficiais tenham dificuldades de aceitá-las. E, não se pode esquecer que as instituições religiosas fundadas em estruturas patriarcais de pensamento e comportamento são as que mais têm resistido ao diálogo com os movimentos feministas e às mudanças em curso.

Apesar disso, muitos são os grupos de mulheres que buscam resgatar a auto-estima feminina em vista de um empoderamento social e político que poderá criar relações mais justas em todos os níveis da vida humana. Este processo tem convidado também diferentes grupos de homens a pensarem de novo sua identidade. E isto porque as relações humanas são marcadas por uma reciprocidade de relações e uma interdependência nos comportamentos. A revolução antropológica provocada pelas mulheres não pode ser ignorada pelos homens. Não nascemos para viver em guetos separados, ou em ilhas isoladas, mas para construir a partir de nossas semelhanças e diferenças o mundo que queremos. Por essa razão muitos homens têm não só refletido a questão de gênero como fazendo parte de sua vida cotidiana mas têm procurado em grupos repensar sua nova identidade pessoal e social. Nessa linha, mulheres e homens fazem parte da construção de um novo mundo, um novo mundo de justiça possível. Trata-se portanto de criar relações mais democráticas e igualitárias, relações que devem estar presentes como fermento em todas as nossas atividades. Assim, todas as nossas atividades, nossos pensamentos e ações devem ser tocadas pelo fermento da igualdade e das novas relações democráticas.

Escrever sobre isso pode parecer fácil. Entretanto, a dificuldade maior é sem dúvida a prática cotidiana. Nosso corpo foi de certa forma moldado para repetir a dança patriarcal em nossos usos, costumes, pensamentos, crenças e concepções da vida. Muitas vezes tentamos novos passos, mas é como se nossos passos só sentissem segurança nas formas tradicionais de socialização de nosso corpo. Queremos o novo, mas nosso corpo parece repetir os velhos movimentos aprendidos secularmente. Por isso, um austero exercício de mudança se impõe a nós. Nossas crenças em um mundo diferente deveriam passar para os movimentos de nosso corpo mesmo se de uma forma lenta e imperfeita. As mudanças culturais, sabemos disso, se dão de forma lenta, ora constante, ora interrompida, ora imprevisível. O mesmo acontece com os outros níveis da vida humana. Mudanças econômicas e políticas mais solidárias e democráticas não acontecem por decreto. Habitadas aos sistemas hierárquicos autoritários temos dificuldade de integrar existencialmente as novas formas de exercício do poder. Temos dificuldade, por exemplo, de acolher na vida cotidiana novos comportamentos éticos que têm a ver com o respeito ao bem comum, com o cuidado com a natureza e o nosso meio ambiente. Seguimos o comportamento habitual das massas sem perceber que toda a mudança exige esforço e disciplina. Por isso, todas as iniciativas de mudança precisam ser respaldadas por grupos ou comunidades capazes de nos sustentar nas mudanças que queremos viver. Um novo mundo a partir de uma perspectiva igualitária entre o gênero feminino e o masculino deve ter como respaldo um grupo constituído por nós mesmas/os, capaz de avaliar nossa compreensão do mundo e ajudar-nos a dar novos passos no claro-escuro de nossa história. E além disso devemos estar cientes de que nossos progressos não serão feitos de forma linear. Nossa história tem altos e baixos, avanços e retrocessos. O importante é acolher essa condição frágil de nossa existência histórica e apostar na ajuda mútua para que um mundo mais justo, uma nova ordem nacional e internacional sejam possíveis.

3º Encontro, Texto 3:

A escultura do corpo original numa forma cultural

Por Betania Maciel*

Quando Simone de Beauvoir diz "não se nasce, mas torna-se mulher", podemos observar que ela está afirmando a não coincidência de identidade natural e identidade de gênero.

Como o que nos tornamos não é o que já somos, o gênero é desalojado do sexo; a interpretação dos atributos sexuais é distinguida da facticidade ou simples existência desses atributos. O verbo "tornar-se" encerra, porém, uma ambigüidade conseqüencial. Não só somos nós culturalmente construídos como, em certo sentido, construímo-nos a nós mesmos. Para Beauvoir, tornar-se mulher é um conjunto de atos propositais e apropriativos, a aquisição gradual de uma postura, um "projeto" em termos sartrianos, assumir um estilo e significado corpóreo culturalmente estabelecido. Quando "tornar-se" é entendido como significando "assumir ou encarnar intencionalmente", a declaração de Beauvoir parece arcar com o fardo da escolha sartriana. Se os gêneros são em certo sentido escolhidos, então o que acontece com a definição de gênero como uma interpretação cultural de sexo, isto é, que acontece com os modos pelos quais somos, quer dizer, já culturalmente interpretados? Como pode o gênero ser ao mesmo tempo questão de escolha e construção cultural?

Beauvoir não afirma estar expondo uma teoria da identidade do gênero ou aquisição de gênero em *O Segundo Sexo*, e além do mais sua formulação de gênero como um projeto parece convidar precisamente a uma especulação sobre uma teoria dessa. A feminista francesa Monique Wittig, que escreveu um importante artigo intitulado "*Não se nasce mulher*" (1978), amplia a teoria de Beauvoir sobre a natureza ambígua de identidade de gênero, isto é, esse eu cultural em que nos transformamos mas que parece termos sido sempre. As posições de Beauvoir e Wittig, embora diferentes em pontos cruciais, sugerem em comum uma teoria do gênero que tenta dar o sentido cultural da doutrina existencial da escolha. O gênero torna-se o lugar dos significados culturais tanto recebidos como inovados. E "escolha", nesse contexto, vem a significar um processo corpóreo de interpretação no seio de uma rede de normas culturais profundamente entranhadas.

Quando o corpo é concebido como um lugar cultural de significados de gênero, torna-se obscuro que aspectos desse corpo são naturais ou isentos de marca cultural. De fato, como devemos encontrar o corpo que preexiste à sua interpretação cultural? Se o gênero é a corporificação da escolha, e a aculturação do corpóreo, então o que sobrou da natureza, e em que se transformou o sexo? Se o gênero é determinado na dialética entre cultura e escolha, então a que papel o "sexo" serve, e devemos concluir que a própria distinção entre sexo e gênero é anacrônica? Teria Beauvoir refutado o significado original de sua famosa frase, ou aquela declaração era mais ambígua do que antes supúnhamos? Para responder a essas questões, e considerar o estado atual de sua teoria na obra de Monique Wittig que, de fato, considera a distinção anacrônica. Examinaremos então a rejeição de Michel Foucault da categoria de "sexo natural", compararemos esse ponto de vista com o de Wittig e tentaremos uma reformulação de gênero como um projeto cultural.

A noção de que escolhemos em parte nossos gêneros suscita um enigma ontológico. À primeira vista poderia parecer impossível que possamos ocupar uma posição fora do gênero a fim de recuar e escolher nossos gêneros. Se estamos sempre já dotados de gênero, imersos em gênero, que sentido tem dizer que escolhemos o que já somos? Não só a tese parece tautológica, mas na medida em que postula um eu que escolhe antes do seu próprio gênero escolhido, parece adotar uma visão cartesiana do eu, uma estrutura egológica que vive e luta antes da linguagem e da cultura. Esse modo de ver o eu contraria recentes descobertas sobre construção lingüística de iniciativa e arbítrio pessoais e, como o problema dos egos cartesianos em toda parte, sua distância ontológica da linguagem e vida cultural impede a possibilidade de sua verificação final. Para que a afirmação de Beauvoir seja irrefutável, e para ser verdade que "nós tornamos" nossos gêneros por uma espécie de atos volitivos e ajustativos, ela deve significar algo diferente de um ato cartesiano não localizado. Que uma atuação pessoal é requisito lógico para assumir um gênero não pressupõe que essa ação

seja por sua vez desencarnada; de fato, nós nos tornamos nossos gêneros, e não nossos corpos. Para que a teoria de Beauvoir seja entendida como isenta do fantasma cartesiano, devemos primeiro estabelecer de que maneira ela enxerga nossa identidade encarnada, e considera suas meditações sobre as possibilidades de almas desencarnadas.

Quanto à questão de a consciência ter algum status ontológico sutil à parte do corpo é uma questão que Sartre responde de maneira inconsistente em *O Ser e o Nada*. Essa ambivalência quanto ao dualismo mente/corpo cartesiano ressurgiu, embora menos gravemente, em *O Segundo Sexo* de Beauvoir. De fato, nesse livro podemos ver um esforço por radicalizar a implicação da teoria de Sartre quanto demonstrar uma noção encarnada de liberdade. O capítulo sobre "O Corpo" em *O Ser e o Nada* repercute o cartesianismo que paira sobre o seu pensamento, mas também comprova seus esforços por expulsar o fantasma cartesiano. Embora Sartre argumente que o corpo é coextensivo com a identidade pessoal (é uma "perspectiva" que se vive), também insinua que a consciência está de certo modo além do corpo ("Meu corpo é um ponto de partida que eu sou e que ao mesmo tempo ultrapasso"). Em vez de refutar o cartesianismo, a teoria de Sartre assimila o momento cartesiano como um aspecto imanente e parcial da consciência. A teoria de Sartre procura conceitualizar o aspecto desencarnado ou transcendente da identidade pessoal como paradoxalmente, embora essencialmente, relacionada com a consciência enquanto encarnada. A dualidade da consciência como encarnada e transcendente é intrínseca à identidade pessoal, e o esforço por situar a identidade pessoal exclusivamente aqui ou ali é, de acordo com Sartre, um projeto de má-fé.

Embora as referências de Sartre a "ultrapassar" o corpo possam ser interpretadas como pressupondo um dualismo mente/corpo, devemos entender essa auto transcendência, por sua vez como um movimento corporal, e pois repensar nossas idéias costumeiras de "transcendência" e o próprio dualismo mente/corpo. Para Sartre, pode-se ultrapassar o corpo, mas isso não significa que se vá definitivamente além do corpo; o paradoxo subversivo consiste no fato de que o corpo em si é um ultrapassamento. O corpo não é um fenômeno estático ou idêntico a si mesmo, mas um modo de intencionalidade, uma força direcional e modo de desejar. Como condição de acesso ao mundo, o corpo é um ser encerrado além de si mesmo, referindo-se ao mundo e com isso revelando o seu próprio status ontológico como uma realidade referencial. Para Sartre, o corpo é vivido e percebido como "o contexto e meio para todos os esforços humanos." Dado que para Sartre todos os seres humanos se empenham por possibilidades ainda não realizadas, os seres humanos são nessa medida "além" de si mesmos. De fato, para Sartre o corpo natural só existe na condição de ser ultrapassado: "Jamais podemos apreender essa contingência como tal na medida em que nosso corpo é para nós; porque somos uma escolha, e para nós ser é nos escolhermos... esse corpo inapreensível é precisamente a necessidade de fazer uma escolha, de que não existo repentinamente."

Beauvoir não refuta Sartre mas adota a seu lado não-cartesiano. Em *O Ser e o Nada* escreve Sartre que "seria melhor dizer, usando "existir" como verbo transitivo, que a consciência existe seu corpo". A forma transitiva de "existir" não está muito longe do emprego conciliatório de "tornar-se" em Beauvoir, e o seu conceito de tornar-se um gênero parece ao mesmo tempo radicalização e concretização da formulação sartriana. Ao transpor a identificação da existência corpórea e "tornar-se" para a cena de sexo e gênero, Beauvoir ajusta a necessidade ontológica do paradoxo, mas a tensão na sua teoria não reside entre estar "no" e "além" do corpo, mas a mudança do corpo natural para o corpo aculturado. Não nascer, mas tornar-se uma mulher não implica que esse tornar-se percorre um caminho da liberdade desencarnada a uma incorporação cultural. Na realidade, é-se um corpo de início, e só depois nos tornamos nosso gênero. O movimento do sexo ao gênero é interno à vida incorporada, uma escultura do corpo original numa forma cultural. Juntando a fraseologia sartriana com a de Beauvoir, poderíamos dizer que "existir" nosso corpo em termos culturalmente concretos significa, pelo menos em parte, tornarmo-nos nosso gênero.

Embora segundo Beauvoir nos "tornemos" nossos gêneros, o movimento temporal desse tornar-se não segue uma progressão linear. A origem do gênero não é temporalmente descontínua precisamente porque o gênero não é originado de repente em algum ponto do tempo depois do que assume forma definitiva. Sob importante aspecto, o gênero não é historiável a partir de uma origem definível porque, por sua vez, é uma atividade originante que acontece sem cessar. Já não mais

entendido como produto de antigas relações culturais e psíquicas, o gênero é um modo contemporâneo de organizar normas passadas e futuras, um modo de nos situarmos e através dessas normas, um estilo ativo de viver nosso corpo no mundo.

Escolhemos nosso gênero, mas não o escolhemos de uma distância, que assinale uma junção ontológica entre o agente optante e o gênero escolhido. O espaço cartesiano do "optador" deliberado é fictício, mas se as deliberações distanciadas do espectador não são as escolhas de que fala Beauvoir, então como entender a escolha na origem do gênero? Beauvoir vê o gênero como um projeto incessante, um ato diário de reconstrução e interpretação, de acordo com a doutrina de Sartre de escolha pré-reflexiva e dá àquela estrutura epistemológica abstrata um significado cultural concreto. A escolha pré-reflexiva é um ato espontâneo e tácito que Sartre chama de "quase-conhecimento". Não inteiramente consciente, mas apesar disso acessível à consciência, é o tipo de escolha que fazemos e só mais tarde entendemos que fizemos.

Beauvoir parece basear-se nessa noção de escolha ao mencionar o tipo de ato volitivo pelo qual o gênero é assumido. Não é possível assumir um gênero de um momento para o outro. Trata-se de um projeto laborioso, sutil e estratégico, e quase sempre velado. Tornar-se um gênero é um processo impulsivo, embora cauteloso, de interpretar uma realidade plena de sanções, tabus e prescrições.

A escolha de assumir certo tipo de corpo, viver ou usar o corpo de certo modo, implica um mundo de estilos corporais já estabelecidos. Escolher um gênero é interpretar normas de gênero recebidas de um modo que as reproduzam e organizem de novo. Menos um ato radical de criação, o gênero é um projeto tácito para renovar a história cultural nas nossas próprias condições corpóreas. Não é uma tarefa prescritiva de que devemos nos esforçar por fazer, mas aquela em que estamos nos esforçando sempre, desde o começo.

Ao examinar minuciosamente o mecanismo de atuação e ajuste, Beauvoir tenta, a meu ver, juntar a análise da opressão das mulheres com o potencial emancipatório. A opressão não é um sistema autocontido que confronta os indivíduos como objetivo teórico ou nos gera como seus joguetes culturais. É uma força dialética que exige participação individual em larga escala a fim de manter sua vida maligna.

Beauvoir não trata diretamente do fardo da Liberdade que o gênero apresenta, mas podemos extrapolar de sua posição como as normas constringentes do gênero atuam para reprimir o exercício da liberdade do gênero. As constringências sociais sobre conformidade e desvio de gênero são tão grandes que a maioria das pessoas se sente profundamente ferida se lhes dizem que exercem sua masculinidade ou feminilidade inadequadamente. Na medida em que a existência social exige uma inflexível afinidade de gênero, não é possível existir num sentido socialmente significativo fora das normas de gênero estabelecidas. A queda a partir dos limites de gênero estabelecidos causa um sentido de deslocamento radical que pode assumir uma significação metafísica.

Se a existência humana é sempre existência dotada de gênero, extraviar-se do gênero estabelecido é em certo sentido questionar a própria existência. Nesses momentos de deslocamento de gênero em que compreendemos que é duramente necessário que sejamos os gêneros em que nos transformamos, defrontamos o fardo da escolha intrínseca a viver como homem ou mulher ou alguma outra identidade de gênero, liberdade que se torna pesada pela constringência social.

A análise de Simone de Beauvoir adquire seus contornos na situação cultural na qual os homens têm sido tradicionalmente associados com o aspecto corporal e imanente da existência humana. Sua perspectiva de uma identidade encarnada que "incorpora" transcendência também subscreve qualquer dessas posições. Embora por vezes ela pareça admitir uma visão de autoridade modelada na transcendência desencarnada da consciência, sua crítica da perspectiva desencarnada sugere outra versão de autonomia implicitamente em ação na sua teoria.

As mulheres são "outros" de acordo com Beauvoir enquanto definidas por uma perspectiva masculina que procura salvaguardar seu status desencarnado mediante identificação das mulheres em geral com a esfera corporal. O desencarnamento masculino só é possível sob condição que as

mulheres ocupem seus corpos como suas identidades essenciais e escravizadoras. Se as mulheres são seus corpos (para ser distinguido de "existir" seus corpos, o que implica viver seus corpos como projetos ou portadores de significados criados), se as mulheres são apenas seus corpos, se sua consciência e liberdade são apenas umas tantas permutações e necessidade e inevitabilidade corpóreas, então as mulheres têm, de fato, monopolizado com exclusividade a esfera corporal da vida. Ao definir as mulheres como "outro", os homens se capacitam pelo caminho mais curto da definição a sair de seus corpos, fazer-se diferentes de seus corpos - símbolo em potencial de efemeridade e decadência humanas, de limitação em geral - e fazer seus corpos diferentes de si mesmos. Dessa afirmativa de que o corpo é "Outro" vai um simples passo à conclusão de que outros são seus corpos, ao passo que o "Eu" masculino é uma alma incorpórea. O corpo transformado em "Outro" - o corpo reprimido ou negado e, depois, projetado - ressurgiu para esse "Eu" como a visão dos outros como essencialmente corpo. Daí, as mulheres se tornam o "Outro"; elas vêm a encarnar a própria corporalidade. Essa redundância torna-se sua essência, e a existência como mulher torna-se o que Hegel designou como "uma tautologia imóvel" .

A dialética de Beauvoir do eu e Outro mostra os limites de uma versão cartesiana da liberdade desencarnada, e critica implicitamente o modelo de autonomia sustentado por essas normas masculinas de gênero. A busca da desencarnação é necessariamente ilusória porque o corpo jamais poderá ser realmente negado; sua negação torna-se a condição de seu surgimento em forma estranha. A desencarnação torna-se um modo de existir o próprio corpo à maneira de negação. E a negação do corpo - como na dialética de Hegel do senhor e o escravo - revela-se como nada mais que a encarnação da negação.

Beauvoir sugere uma alternativa para a polaridade de gênero da desencarnação masculina e a escravização feminina ao corpo na sua noção de corpo como uma "situação". O corpo como situação tem pelo menos um duplice significado. Como um lugar de interpretações culturais, o corpo é uma realidade material que já foi situado e definido dentro de um contexto social. O corpo é também a situação de ter que estudar e interpretar aquele conjunto de interpretações recebidas. Como um campo de possibilidades interpretativas, o corpo é o ensejo do processo dialético de interpretar de novo um conjunto histórico de interpretações que já deram conteúdo ao estilo corporal. O corpo torna-se um nexos peculiar de cultura e escolha, e "existir" o próprio corpo torna-se um modo pessoal de examinar e interpretar normas de gênero recebidas. Na medida em que as normas de gênero operam sob a égide de construções sociais, a reinterpretação daquelas normas pela proliferação e variações de estilos corpóreos torna-se um modo muito concreto e acessível de politizar a vida pessoal.

Se aceitarmos o corpo como uma situação cultural, a noção de um corpo natural e, de fato, um "sexo" natural parece cada vez mais suspeita. Os limites ao gênero, a gama de possibilidades para uma interpretação vivida de uma anatomia sexualmente diferenciada, parecem menos restringidos pela anatomia do que pelo peso de instituições culturais que têm interpretado a anatomia de modo convencional. De fato torna-se confuso, quando tomamos a formulação de Beauvoir a essas conseqüências não declaradas, se o gênero precisa de algum modo estar vinculado com sexo ou se essa própria vinculação é uma convenção cultural. Se o gênero é um modo de existir o próprio corpo, e esse corpo é uma situação, um campo de possibilidades a um tempo recebidas e reinterpretadas, então gênero e sexo parecem ser questões inteiramente culturais.

O gênero parece menos uma função da anatomia que qualquer de seus possíveis usos: "o corpo da mulher é um dos elementos essenciais em sua situação no mundo. Mas o corpo não é suficiente para defini-la como mulher; não há absolutamente verdadeira realidade viva a menos que manifestada pelo indivíduo consciente através de atividades no seio da sociedade".

Se o corpo natural - e o "sexo" natural - é uma ficção, a teoria de Beauvoir parece implicitamente indagar se sexo não seria gênero desde sempre. Monique Wittig formula de modo explícito esse questionamento do sexo "natural". Embora Wittig e Beauvoir ocupem lados muito diferentes do espectro político feminista na França contemporânea, no entanto convergiram teoricamente em sua recusa de doutrinas essencialistas da feminilidade. O artigo de Wittig "Não se Nasce Mulher" extrai o título da formulação afirmada por Beauvoir, e foi apresentado pela primeira vez numa conferência

sobre Simone de Beauvoir em New York, em 1979. Embora o artigo não mencione Beauvoir nos primeiros parágrafos, podemos no entanto interpretá-lo como um esforço por explicitar a teoria tácita de Beauvoir sobre a aquisição do gênero.

Para Wittig, a própria discriminação de "sexo" ocorre dentro de uma tessitura política e lingüística que pressupõe, e, portanto, exige, que o sexo permaneça didático. A demarcação da diferença dos sexos não precede a interpretação daquela diferença, mas essa demarcação é por sua vez um ato interpretativo carregado de pressupostos normativos sobre um sistema binário de gêneros. Discriminação é sempre "discriminação", e oposição binária sempre atende a propósitos de hierarquia. Wittig entende que sua posição é contra-intuitiva, mas é precisamente a educação política da intuição que ela quer expor. Para Wittig, quando designamos diferença de sexo, nós a criamos; restringimos nosso entendimento de relevantes partes sexuais àquelas que ajudam no processo de reprodução, e com isso tornamos a heterossexualidade uma necessidade ontológica. O que distingue os sexos são aqueles aspectos anatômicos que, ou dizem respeito diretamente á reprodução, ou são construídos para ajudar no seu sucesso final. Por isso, Wittig argumenta que a heterogeneidade, a reatividade sexual do corpo, está restrita pela institucionalização da diferença binária dos sexos; sua questão: por que não chamamos de aspectos sexuais nossas bocas, mãos e costas? Sua resposta: só chamamos de sexuais - entenda-se, sentimos como sexuais aqueles aspectos que funcionam na atividade reprodutiva.

Sua posição é contra-intuitiva porque percebemos diferença de sexo constantemente, e ela nos parece um dado imediato da experiência. Diz ela: "sexo... é tido como um dado imediato, um dado sensível, aspectos físicos pertencentes a uma ordem natural". Mas o que acreditamos ser uma percepção física e imediata é apenas uma construção requintada e mítica, uma formação imaginária, que reinterpreta aspectos físicos (em si mesmos tão neutros, mas assinalados por um sistema social) pela tessitura de relacionamentos nos quais são percebidos."

Como Beauvoir, Wittig entende gênero como proscricção e tarefa de fato, gênero é uma norma que lutamos por encarnar. Nas palavras de Wittig: "Temos sido compelidas em nossos corpos e mentes a corresponder, aspecto por aspecto, à idéia de natureza que foi estabelecida para nós." Que nos vivenciemos ou outros como "homens" e "mulheres" são categorias políticas e não fatos naturais"

A teoria de Wittig é alarmante por um sem-número de razões, sendo a mais importante delas a insinuação de que o discurso sobre sexo cria a denominação errônea de anatomia. Se essa fosse a questão de Wittig, poderia parecer que a diferença de sexos não tem base material necessária, e que ver diferenças entre corpos, que vêm a ser binárias, é uma profunda ilusão na qual têm incorrido as culturas de modo quase universal. Felizmente, acho que não é assim que Wittig pensa. Evidentemente, diferenças existem que são binárias, materiais e distintas, e não estamos nas garras da ideologia política quando concordamos com o fato. Wittig contesta a prática social de valorizar certas características anatômicas como definitivas não só de sexo anatômico mas de identidade sexual. Observa que há outras espécies de diferenças entre as pessoas, diferenças em forma e tamanho, na formação das orelhas e na extensão dos narizes, mas que não indagamos quando uma criança vem ao mundo que tipo de orelha ela tem. Nós imediatamente indagamos sobre certos traços anatômicos sexualmente diferenciados porque presumimos que aqueles traços irão num certo sentido determinar o destino social da criança, e que o destino, seja o que mais houver, é estruturado por um sistema de gênero predicado segundo a pretensa naturalidade das oposições binárias e, por conseguinte, heterossexualidade. Daí, ao diferenciar bebês do modo que fazemos, recapitulamos a heterossexualidade como uma condição prévia para a identidade humana, e apresentamos essa norma constringente à guisa de fato natural.

Poderia parecer que Wittig entrou no terreno utópico que deixa o resto de nós como almas situadas esperando impacientemente esse lado do seu espaço liberador imaginário

Parece importante observar que o questionamento de um sistema de gênero - que a teoria de Beauvoir permite e que Wittig ajuda a formular - é também implicitamente um questionamento daquelas posições feministas que afirmam a diferença sexual como irreduzível, e que procuram dar expressão ao lado distintivamente feminino daquela oposição binária. Se o sexo natural é uma

ficção, então o distintivamente feminino é apenas um momento histórico no desenvolvimento da categoria do sexo, o que Foucault chama de "o elemento mais especulativo, o mais ideal e mais interno numa distribuição de sexualidade organizada pelo poder em sua dificuldade com corpos e sua materialidade".

"Não só escolho meu gênero, e não só o escolho dentro das condições culturalmente disponíveis, mas na rua e no mundo estou sendo constantemente constituída por outros, de modo que meu eu assinalado por um gênero que outros enxergam em mim ou a mim atribuem."

A objeção psicanalítica é talvez a mais aguda, porque as teorias psicanalíticas da identidade de gênero e aquisição de gênero tendem a insistir em que aquilo em que nos tornamos é sempre em certo sentido o que sempre fomos, embora o processo de tornar-se é de edípica inevitabilidade um processo de restringir nossa ambigüidade sexual de acordo com tabus do incesto que são fundantes da identidade. A ambigüidade, seja explicada no discurso da bissexualidade ou no caráter polimórfico, deve ser sempre pressuposta, e a identidade de gênero estabelecida contém e esconde essa ambigüidade reprimida. A proliferação de gênero além da oposição binária constituiria assim um retorno à ambigüidade pré-edípica que, suponho eu, nos levaria para fora da cultura tal como a conhecemos. De acordo com a teoria psicanalítica, o ideal normativo da multiplicação de gêneros seria sempre um misto peculiar de lembrança e fantasia a ser entendido no contexto de um sujeito edipicamente condicionado numa contenda afetiva com o tabu do incesto. Esse é o conteúdo da grande literatura, talvez, mas não necessariamente praticável na luta cultural para renovar as relações de gênero tais como as conhecemos.

Será que podemos mostrar que as mulheres têm uma essência mais abrangente, ou podemos voltar àquela promissora sugestão de Simone de Beauvoir, a saber, que as mulheres não têm essência absolutamente alguma, e, pois, nenhuma necessidade natural, e que, de fato, o que chamamos essência ou fato material não passa de uma opção cultural imposta que se tem disfarçado como verdade natural?

In IX COMPÓS, Porto Alegre, junho de 2000. GT: Comunicação e Campo do Inconsciente

© Betania Maciel
betania@cts.usal.es

3º Encontro, Exercitando:**A MULHER EO HOMEM****Vitor Hugo**

O homem é a mais elevada das criaturas. A mulher o mais sublime dos ideais.

Deus fez para o homem um trono; para a mulher um altar: o trono exalta; o altar santifica.

O homem é o cérebro; a mulher, coração. O cérebro produz a luz; o coração produz o amor. A luz fecunda, o amor ressuscita.

O homem é gênio; a mulher anjo. O gênio é incomensurável; o anjo indefinível. A aspiração do homem é a suprema glória; a aspiração da mulher a virtude extrema.

A glória promove a grandeza; a virtude a divindade.

O homem é forte pela razão; a mulher invencível pelas lágrimas. A razão convence, as lágrimas comovem.

O homem é capaz de todos os heroísmos; a mulher de todos os martírios. O heroísmo nobilita; o martírio purifica.

O homem é código; a mulher, evangelho. O código corrige, o evangelho aperfeiçoa.

O homem é templo, a mulher sacrário. Ante o templo nos descobrimos; ante o sacrário nos ajoelhamos.

O homem pensa; a mulher sonha. Pensar é ter uma larva no cérebro; sonhar é ter uma auréola.

O homem é oceano; a mulher é lago. O oceano tem a pérola que adorna; o lago a poesia que deslumbra.

O homem é a águia que voa; a mulher o rouxinol que canta. Voar é dominar o espaço; cantar é conquistar a alma.

O homem tem um fanal: a Consciência. A mulher uma estrela: a Esperança. O fanal guia, a esperança salva.

Enfim, o homem está colocado onde termina a terra; a mulher onde começa o céu.